



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia



Vladimir de Souza Nascimento

***“EU NÃO QUERO SER PEQUENO NEM GRANDE, QUERO SER IGUAL”.***  
**SIGNIFICAÇÕES SOBRE O FUTURO CONSTRUÍDAS POR PESSOAS**  
**EM SITUAÇÃO DE RUA**

Salvador  
2018

Vladimir de Souza Nascimento

***“EU NÃO QUERO SER PEQUENO NEM GRANDE, QUERO SER IGUAL”.***  
**SIGNIFICAÇÕES SOBRE O FUTURO CONSTRUÍDAS POR PESSOAS**  
**EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito final para concessão do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilena Ristum.

Área de concentração: Cognição social e dinâmicas interacionais.

Salvador  
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nascimento, Vladimir de Souza  
"Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual". Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua. / Vladimir de Souza Nascimento. -- Salvador, 2018.  
130 f. : il

Orientadora: Marilena Ristum.  
Dissertação (Mestrado - Psicologia) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2018.

1. Significações. 2. Futuro. 3. Imaginação. 4. Pessoas em Situação de Rua. I. Ristum, Marilena. II. Título.

Nome: Vladimir de Souza Nascimento

Título: “Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”. Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito final para concessão do título de mestre. Área de concentração: Cognição social e dinâmicas interacionais.

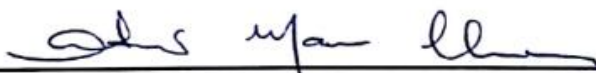
Aprovado em: 18 de abril de 2018.

### **Banca Examinadora**



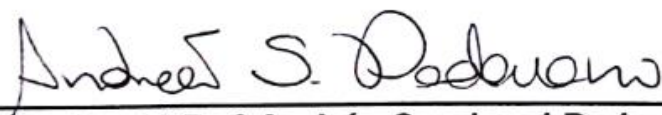
---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilena Ristum (Orientadora)**  
*Universidade Federal da Bahia – UFBA*



---

**Prof. Dr. Antônio Marcos Chaves**  
*Universidade Federal da Bahia – UFBA*



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Sandoval Padovani**  
*Faculdade Maurício de Nassau - UNINASSAU*

À minha pequena Helô.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo!

À minha esposa Faby pelo apoio, cumplicidade e ensinamentos que me fazem evoluir a cada dia.

À minha orientadora Marilena Ristum pela destreza no saber ensinar, habilidade de perceber as lacunas existentes na minha pesquisa e capacidade em me indicar as possibilidades de um melhor desenvolvimento.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa: Agnaldo, Alane, Ana Clara, Brena, Carolina, Dora, Elsa, Julianin, Leonardo, Michelle, Ramiro e Ramon. Agradeço pelo apoio e orientações nas discussões sobre esse trabalho (especialmente a Julianin, Ramiro e Brena que me ajudaram nessa reta final com sugestões cruciais após a leitura do presente trabalho), e principalmente pelo acolhimento caloroso e humano que recebi desde o primeiro dia em que comecei a participar do grupo.

A todos os professores e funcionários do POSPSI.

Ao meu estagiário Ronildo, pela grande e cuidadosa ajuda nas transcrições das entrevistas.

Às colegas assistentes sociais Gleide e Carmel que me apoiaram neste projeto antes mesmo de começá-lo, apresentando-me ao Núcleo de Feira de Santana do Movimento Nacional para Pessoas em Situação de Rua.

À Carla, Edicarlos e todos os membros do Movimento Nacional para Pessoas em Situação de Rua de Feira de Santana-Ba, sem os quais este trabalho não seria concretizado. Agradeço imensamente à disponibilidade, ao esforço e ao empenho de todos do Movimento na busca pelos participantes e por acreditarem nessa pesquisa desde o início.

Por fim, porém não menos importante, agradeço a todas as pessoas em situação de rua que já atendi e às que participaram desta pesquisa. Obrigado por me confiarem suas lágrimas, dores, angústias e aflições muitas vezes nunca reveladas a ninguém, pois elas fizeram (re)formular minha *práxis* profissional, ensinando-me a sobrepôr o ser humano acima de quaisquer técnicas e/ou teorias.

## NÃO SOMOS LIXO

Não somos lixo  
Não somos lixo nem bicho.  
Somos humanos.  
Se na rua estamos é porque nos desencontramos.

Não somos bicho e nem lixo.  
Não somos anjos, não somos o mal.  
Nós somos arcanjos no juízo final.  
Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.  
Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.

Não somos lixo.  
Será que temos alegria? Às vezes sim...  
Temos com certeza o pranto, a embriaguez,  
A lucidez e os sonhos da filosofia.  
Não somos profanos, somos humanos.  
Somos Filósofos que escrevem  
Suas memórias nos universos diversos urbanos.  
A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.

Não somos bicho nem lixo, temos voz.  
Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasma.  
Existem aqueles que se assustam,  
Não estamos mortos, estamos vivos.  
Andamos em labirintos.  
Dependendo de nossos instintos.

Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

**Carlos Eduardo Ramos, o Cadú,  
Morador das Ruas de Salvador.**

## RESUMO

Nascimento, V. S. (2018). “Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”. Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua. Dissertação de Mestrado. Salvador. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia.

Embasado na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural, sob a égide de Vygotsky, o presente estudo objetivou compreender as significações de futuro que as pessoas em situação de rua (PSR) constroem sobre o futuro. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um delineamento qualitativo que buscou investigar a construção subjetiva de futuro produzida por indivíduos em situação de rua, compreendendo os diversos aspectos psicológicos relacionados a essa condição. Participaram deste estudo quatro adultos (três homens e uma mulher), todos vivendo há mais de dez anos em situação de rua. Os dados foram obtidos em duas etapas: a primeira, através da utilização de recurso fotográfico, e a segunda, de uma entrevista semiestruturada. Todo o processo de análise das entrevistas e fotografias foi realizado através das categorias extraídas dos dados da entrevista e a partir da explicação sobre todos os registros fotográficos que os participantes fizeram. Os resultados revelaram que, apesar de a literatura pesquisada mostrar que as PSR têm uma perspectiva focada no curto-prazo e dificuldades para projetar seu futuro, nesse estudo, todos os participantes apresentaram perspectivas de futuro. Estas foram organizadas em sete categorias de significações, cinco das quais foram comuns aos quatro participantes: reconhecimento sobre a garantia de direitos, ter uma casa, constituir uma família, voltar a estudar, e trabalhar. Quanto às duas outras categorias, as significações pautadas no altruísmo foram comuns a apenas dois participantes enquanto a ajuda divina envolveu a significação de um único participante. A análise contextualizada evidenciou que as significações de futuro foram balizadas pelas condições sociais atuais dos participantes, discriminações e violências sofridas, tempo em que estão em situação de rua e insipiência, fragilidade e ineficiência das instituições públicas para as PSR e pelas estratégias de sobrevivência utilizadas, as quais, de certa forma, dão ordem, coerência e significado às suas vidas nas ruas. As significações dos futuros, tanto mediato quanto imediato, foram projetadas fora das ruas, porém havia dificuldade de elaborar estratégias para o seu alcance. Finalizando, este estudo propõe que é imprescindível um acentuado investimento na implantação e efetivação de políticas públicas voltadas para esta população, com o escopo de, ao garantir seus direitos essenciais, criar possibilidades de concretização dos futuros imaginados.

Palavras-chave: Significações; Futuro; Imaginação; Pessoas em situação de rua.



## ABSTRACT

Nascimento, V. S. (2018). "I don't want to be small even big, I want to be equal". Meanings about the future build by homeless. Dissertation of Masters Degree. Salvador. Institute of Psychology. Federal University of Bahia.

Based in historical-cultural Psychology perspective under Vygotsky aegis, the actual study objected the future meanings where people in homeless (PSR) build about the future. The research was developed by a qualitative design that looked for to investigate the subjective building of future produced by homeless, understanding the most several psychological aspects related by on this condition. Four adults participated in this studying (three men and one woman) from the city of Feira de Santana, state of Bahia, all living for more of ten years in street situation. The data was obtained in two stages: the first one through the use of photographic research, the second was a half-structured interview. All interviews analysis process and photos was realized through of categories extracted of the collected material, and from the explanations about all the photographic registers that the participants made. Results developed that in spite of the researched literature shows that PSR have a perspective focused in a short period and to manifest difficulties to project their future, in this study, all participants presented future perspectives. These were organized into seven categories of meanings, five of which were common to the four participants: recognition of rights, having a home, raising a family, going back to school, and working. As for the other two categories, the meanings based on altruism were common to only two participants while divine assistance involved the significance of a single participant. The contextualized analysis showed that the meanings of the future were marked by the current social conditions of the participants, discriminations and violence suffered, on time that they are in street situation and insipidity, fragility inefficiency of public institutions to the PSR and surviving strategies in what they give order, coherence and meanings to the life in streets. The meanings of the futures, both immediate and immediate, were projected off the streets, but there was difficulty in devising strategies to reach them. Finishing, this study proposes that in indispensable an accentuated investment on implant and effectuation of public politics back to this population, with the scope of, by ensuring their essential rights, create concretization possibilities of the imagined future.

Keywords: Meanings; Future; Imagination; Homeless.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Políticas públicas relacionadas às Pessoas em Situação de Rua.....	22
FIGURA 2 – Intersetorialidade da Política Nacional para População em Situação de Rua.....	25
FIGURA 3 – Quantitativo de pesquisa sobre PSR por País.....	29
FIGURA 4 – Fachada do Centro POP de Feira de Santana-Ba.....	83
FIGURA 5 – Aviso colado pela coordenação no interior das dependências do Centro POP.....	83
FIGURA 6 – PSR dormindo embaixo de um monumento em Feira de Santana.....	85
FIGURA 7 – Casa de Passagem na qual Pedro dorme às vezes com sua companheira.....	91
FIGURA 8 – Refeitório da Casa de Passagem.....	91
FIGURA 9 – Sala de TV da Casa de Passagem.....	92
FIGURA 10 – Família que estava em situação de rua e agora tem uma casa para morar.....	92
FIGURA 11 – Criança em situação de rua dormindo com sua família.....	95
FIGURA 12 – Fachada da Faculdade que Moisés pretende cursar Direito.....	96
FIGURA 13 – Local de trabalho de Pedro.....	98
FIGURA 14 – Espaço físico onde Pedro participou de uma capacitação.....	99
FIGURA 15 – PSR sem oportunidade de mostrar seu potencial.....	101
FIGURA 16 – Significação de futuro de Moisés longe da situação de rua.....	103
FIGURA 17 – Linha do tempo de Pedro.....	108
FIGURA 18 – Linha do tempo de Alan.....	109
FIGURA 19 – Linha do tempo de Moisés.....	109
FIGURA 20 – Linha do tempo de Joana.....	110

## **LISTA DE SIGLAS**

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano  
CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público  
CRP – Conselho Regional de Psicologia  
EOH – Observatório Europeu sobre Pessoas em Situação de Rua  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros  
LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
MNPR – Movimento Nacional para Pessoas em Situação de Rua  
OIM – Organização Internacional para as Migrações  
PL – Projeto de Lei  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos  
PSR – Pessoa(s) em Situação de Rua  
SCIELO – Scientific Electronic Library Online  
SJDHDS – Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social  
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social  
SUAS – Sistema Único da Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana  
ZTPI – Inventário de Perspectivas de Tempo Zimbardo

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: alguns dados sociais, demográficos e históricos. .	17
1.2. Políticas públicas para Pessoas em Situação de Rua.....	21
1.3. Pessoas em situação de rua frente a (im)possibilidade de significações de futuro: uma revisão de literatura .....	28
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>34</b>
2.1. Sentidos e significados .....	37
2.2. Significações de Futuro.....	40
<b>3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>44</b>
3.1 Objetivos .....	46
<b>4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>47</b>
4.1. Contexto da pesquisa e participantes .....	48
4.2. Procedimentos éticos.....	49
4.3. Instrumentos e Procedimentos de coleta de dados .....	49
4.4. Procedimento da análise de dados.....	51
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>53</b>
5.1. Dados sociodemográficos dos participantes .....	54
5.1.1. Trajetória de Pedro .....	54
5.1.2. Trajetória de Alan.....	59
5.1.3. Trajetória de Moisés.....	66
5.1.4. Trajetória de Joana .....	70
5.2. Princípios norteadores das práticas institucionais .....	75
5.3. Significações sobre o futuro.....	87
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>126</b>
ANEXO A .....	127
ANEXO B .....	128
ANEXO C .....	129

## APRESENTAÇÃO

"(...) Eu queria ter na vida simplesmente,  
um lugar de mato verde,  
pra plantar e pra colher.  
Ter uma casinha branca de varanda,  
um quintal e uma janela  
para ver o sol nascer (...)"

**Gilson Campos & Joran (1979)**

Esse trecho da música “Casinha Branca”, eternizada na voz de Peninha, foi cantado entre lágrimas e risos esperançosos por José<sup>1</sup>, um senhor de meia idade vivendo em situação de rua, em um dos meus atendimentos no Centro POP de Candeias-Ba, onde trabalhei por dois anos.

O Centro POP é um Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, instalado em 230 municípios do país<sup>2</sup>. Nesse trabalho como psicólogo vivenciei várias situações como essa supracitada, nas quais permearam miríades de sentimentos: de frustrações à esperança, de impotência à autonomia, de desânimo ao entusiasmo.

Nesse interim, também surgiram muitas inquietações: por que essas pessoas não aderem completamente à nossa política de atendimento? Será que as diretrizes do Centro POP foram criadas a partir dos interesses das pessoas que estão nas ruas? Quem são essas pessoas e o que elas realmente querem? Elas se reconhecem como cidadãos detentores de direitos? Quais são seus anseios, motivações e inquietações? Como chegaram a essa situação, como estão e o que pensam do futuro?

O presente estudo, portanto, foi motivado e elaborado a partir dessas inquietações trazidas não apenas pelo trabalho no Centro POP, mas pelos meus quase dez anos de experiência como psicólogo no âmbito da Assistência Social.

O trabalho da Psicologia no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é relativamente novo, principalmente se comparado às atuações no Sistema Único de Saúde (SUS). Todavia, seja enquanto ciência ou profissão, a Psicologia não está desarraigada dos aspectos sociais, históricos e culturais, ao contrário, influencia e sofre influências significativas no que tange às mais tênues

---

<sup>1</sup> Nome fictício.

<sup>2</sup> Fonte: Censo SUAS (Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>). Acesso em: 12 de Janeiro de 2018.

mudanças na sociedade. Isso significa que, por não estar imune a tais variações, a Psicologia precisa constantemente significar e integrar essas transformações cotidianas.

E foi através dessas integrações da Psicologia à realidade encontrada que me permitiram atuar mais significativamente com essas Pessoas em Situação de Rua (PSR). Martín-Baró (1996), psicólogo salvadorenho, defendia veementemente essa conexão da Psicologia com a realidade, com práticas que pudessem ser relevantes para a referida sociedade. Ele advogava uma reestruturação da Psicologia que rompesse com o prisma individualista e a-histórico, compreendendo a necessidade da Psicologia em tomar a realidade como impulsora para uma análise psicossocial, possibilitando ao profissional subsídios para desenvolver melhores estratégias de enfrentamento.

Estudar as PSR, portanto, é reconhecê-las como parte de um fenômeno sócio-histórico, que vêm ganhando visibilidade frente ao crescimento alarmante do número de pessoas que se encontram nesta situação, com direitos fundamentais violados, e que denuncia muito além da ausência de moradia e do habitar nas ruas, revelando um conjunto de necessidades construídas histórica, social e culturalmente. Destarte, a visão de homem que esse trabalho assume é a do “sujeito histórico-social, produto e produtor de sua cultura, singular e único, em constante construção e, portanto, tão mutável quanto o mundo em que vive” (Maheirie, Boeing & Pinto, 2005, p. 214).

Como Vygotsky (2009) aponta, não podemos negar nossas influências sociais, históricas e culturais; todavia, apesar dos seres humanos não estarem imunes a elas, o autor não os vê como robotizados, uniformizados, padronizados. Nas entrelinhas dessas repercussões existem as peculiaridades individuais, que é o que os diferencia dos demais. Nesse sentido, Kubota, Pires e Neves (2008) argumentam que é imprescindível conhecer as características da história particular de cada pessoa que está nessa situação de rua, sem deixar de considerar as questões macrossociais imbricadas. “E por isso é interessante perceber que podem existir muitas perspectivas sobre o significado dessa experiência, isto é, podem existir várias maneiras de se significar essa realidade” (p. 231).

O ser humano que vive em situação de rua tem uma história de vida, tem afetividade, sexualidade, cria vínculos de relacionamentos, pode lutar por um processo de saída das ruas, mas também tem o direito, inclusive, de querer ficar na rua. Cabe ao Estado, através de políticas públicas, e da sociedade como um todo, impedir a violação dos direitos desses cidadãos.

Além das poucas garantias de efetivação dos seus direitos mais básicos, também são incipientes os dados e subsídios sobre essas pessoas, que sequer são incluídas nos censos demográficos brasileiros, reforçando, ainda mais, o estigma da invisibilidade e inviabilizando uma melhor efetivação de políticas públicas voltadas para esta população. Mas, de acordo com Kubota, Pires e Neves (2008) “não basta quantificar os moradores de rua, como se pessoas fossem apenas números, ou como se essa realidade estivesse totalmente distante de nós, que vivemos numa outra forma de estrutura social” (p. 232). Para esses autores, faz-se necessário sair do campo da superficialidade, de interpretações pessoais e pré-juízos se quisermos compreender profundamente o ser humano que vive em situação de rua: analisar suas peculiaridades e as múltiplas dimensões envolvidas, “e não apenas maquiagem a situação para que ela pareça mais aceitável para alguns, ou mesmo omitir informações, mas ouvirmos e vermos com outro olhar a experiência de morar nas ruas” (p. 233).

Sobre esse aspecto, além de enxergar as pessoas imersas neste contexto e compreender sua subjetividade, faz-se necessário atinar sobre o que pensam frente ao porvir. O presente trabalho justifica-se, portanto, pela escassez de pesquisas sobre o futuro a partir da ótica dessas pessoas. Ao serem convidados a falar sobre sua significação de futuro, esses indivíduos podem expressar seus valores, seus afetos, suas ideias, de forma a permitir uma melhor compreensão de como eles se veem na sociedade e como se colocam, para eles, as perspectivas de futuro, tanto mediato como imediato, além de possibilitar o entendimento das suas estratégias de luta, sua autonomia a partir de sua realidade concreta. Tais dados ainda poderão contribuir para suscitar reflexões ou debates acerca das reestruturações de políticas públicas.

Orientados por esses objetivos, o presente trabalho foi organizado da seguinte forma: inicialmente, são apresentados alguns dados sociais, demográficos e históricos, além de uma breve explanação sobre os aportes legais e políticas públicas construídas no Brasil destinadas às PSR, desde a promulgação da Constituição Federal, de 1988, passando pela criação de movimentos sociais importantes, como o Movimento Nacional para Pessoas em Situação de Rua (MNPR) até o Decreto de Lei 7.0053/2009 e a tipificação e criação de serviços socioassistenciais, como o Centro POP (2009). Ainda nessa parte introdutória, trazemos alguns achados na literatura que abordam o tema das PSR e de sua relação com o futuro.

Nos três capítulos seguintes serão apresentados o referencial teórico que fundamenta este trabalho, bem como a delimitação do problema e os objetivos, respectivamente. No capítulo

cinco, serão apresentados a parte metodológica do estudo, que envolve o contexto da pesquisa, as questões éticas, os instrumentos utilizados na coleta de dados, além do procedimento da análise desses dados. Por fim, no capítulo seis, serão apresentados os resultados da pesquisa e a discussão dos quatro casos investigados, fundamentados na abordagem Histórico-cultural e na literatura encontrada.

Ante o exposto, faz-se necessário frisar que, neste estudo, deparei-me mais com inquietações e questionamentos do que respostas. Desconforto esse que serviu para mim, enquanto psicólogo, como um fluido especial que ajudou a lubrificar as engrenagens do meu instrumento de trabalho na direção de uma atuação melhor com esses seres humanos. Sou cômico, entretanto, de que o hiato que separa a garantia de direitos das PSR que temos e a que queremos é avassalador, e a construção da ponte que poderia aproximar os dois lados está ainda vagarosamente sendo construída. De qualquer forma, anseio para que a Psicologia possa, paulatinamente, adentrar, ocupar e influenciar cada vez mais espaços como o Centro POP, a fim de que eles se concretizem em ações eficazes que possibilitem tornar reais todas as linhas que regem as leis destinadas às PSR.

Depois que saí do Centro POP nunca mais tive notícias de José, mas, independentemente de onde e de como esteja, sua situação de outrora não destoa muito da de milhares de Josés espalhados hoje pelo Brasil. A elaboração do presente trabalho sempre tencionou buscar um melhor entendimento sobre quem são e o que poderíamos fazer por essas pessoas, a fim de evitar que as lágrimas que José humilhantemente derramava implorando por dignidade não tenham sido em vão!



## 1. INTRODUÇÃO

Nenhum estrato ou fenômeno social pode ser analisado de forma desmembrada ou fragmentada do seu contexto sociocultural e econômico, e com a população em situação de rua não poderia ser diferente. São múltiplas as realidades desses indivíduos, por isso a necessidade de analisar a situação sob uma ótica holística. Qualquer diagnóstico, portanto, que desconsidere essa contextualização é superficial e limitado, e não poderia dar conta do complexo processo de compreensão da subjetividade dessas pessoas no que se refere a família, ao trabalho, à moradia, à saúde e a tantas outras esferas que estão interligadas (Brasil, 2008b; Dornelles, Silva, Gehlen & Shuch, 2012).

As PSR apresentam-se, nas sociedades contemporâneas, como uma realidade em vigência no Brasil e no exterior (Andrade, Costa & Marquetti, 2014; Brasil, 2011a; Viegas, 2013). Apesar de serem realidades heterogêneas, são uniformes as variações de aviltamento social sofridas pelas pessoas que vivem nessa situação, entre as mais comuns: desqualificação da condição de sujeitos de direitos; e vítimas dos mais diversos tipos de violência e discriminação (Argiles, 2012).

Assim, nesta seção, são apresentados dados demográficos e sociais sobre as PSR, bem como os aportes legais destinados a este público, desde a Constituição Federal (1988) até os dias atuais. Além disso, são mostrados os dados da literatura pertinente, encontrados na revisão de trabalhos referentes às PSR.

### 1.1. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: alguns dados sociais, demográficos e históricos.

Em relação à caracterização e ao perfil dessas PSR, a única pesquisa realizada no Brasil foi em 2008, cujo público-alvo foi composto apenas por pessoas acima de 18 anos. O levantamento abrangeu 71 cidades brasileiras (23 capitais e outros 48 municípios com mais de 300 mil habitantes). À guisa desses resultados, podem-se elencar como principais: a população em situação de rua é **predominantemente masculina** (82%); mais da metade possui **entre 25 e 44 anos** (53%); 67% são **negros**; tem **baixo nível de renda**; 74% **sabem ler e escrever**; é composta, em grande parte, por trabalhadores (**70,9% exercem alguma atividade remunerada**); parte considerável da população em situação de rua é **originária do município onde se encontra**, ou locais próximos; e 51,9% dos entrevistados **possuem algum parente residente na**

**cidade onde se encontram.** Cerca de 30% **estão na rua há mais de 5 anos**; sofrem **altos índices de discriminação** ao serem impedidos de entrar em locais como transporte coletivo, rede de saúde, outros órgãos públicos; a grande maioria (95,5%) **não participa de qualquer movimento social**; alguns **não possuem quaisquer documentos de identificação** (24,8%); e uma grande parcela **não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto** (61,6%); nem são **amparados por programas governamentais** (88,5%). Ainda, de acordo com os resultados desta pesquisa, as principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: **alcoolismo/drogas** (35,5%); **desemprego** (29,8%); **problemas com familiares** (29,1); **perda da moradia** (20,4%); e **separação/decepção amorosa** (16,1%) (Brasil, 2008c).

Além dessa, foi realizada, em novembro de 2013 uma pesquisa na cidade do Rio de Janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com o escopo de agregar uma estrutura administrativa necessária para que esta população, futuramente, fosse incluída no Censo nacional (IBGE, 2013). Uma das conclusões desta pesquisa é que o melhor horário para as entrevistas é no início da noite, que é quando as PSR estão mais concentradas em lugar só.

Com relação ao contexto internacional, uma pesquisa com países da Europa, realizada pelo Observatório Europeu sobre Pessoas em Situação de Rua (EOH), em 2014, mostra alguns dados semelhantes aos brasileiros (em grande parte dos países, os homens predominam entre essas pessoas, cuja maioria é relativamente jovem); e outros diferentes, como o aumento considerável dessa população associado à imigração (Busch-Geertsema, Benjaminsen, Filipovič Hrast, & Pleace, 2014). Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), de 2010 a 2015, a população de migrantes vivendo no Brasil cresceu 20%, chegando a 713 mil (ONUBR, 2017). Desse contingente, 207 mil vêm de outros países da América do Sul. Segundo o Censo da População de Rua de São Paulo, a presença de imigrantes vivendo em situação de rua é de 8% (Boehm, 2016).

São, portanto, diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas, e o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS, Brasil, 2008b) os definem como um grupo populacional “heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho” (p. 8). Essas pessoas não têm moradia convencional regular, e adotam a rua como espaço de moradia e sustento.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) conceituam esse segmento populacional a partir de uma dimensão mais subjetiva: são pessoas que vivem em situação de extrema instabilidade, desprovidas de serviços básicos de higiene e abrigo, sem trabalho regular e sem contato permanente com a família. A fragilidade dessa referência familiar e a falta de apoio social impedem que tais indivíduos estabeleçam projetos de vida e/ou resgatem uma imagem positiva de si mesmos.

E, sob a égide das investigações de Alvarez, Alvarenga e Rina (2009), podemos ainda captar, de maneira fulcral, a deslegitimação da humanidade dos integrantes desse grupo: “Criaturas humanas tornadas descartáveis, que não cabem mais nas jogadas cruéis de um jogo que vai se tornando cada vez mais seletivo no sistema político-econômico-psicossocial” (p. 270). Para Nascimento (2003), é como se eles deixassem de existir para a sociedade, irreconhecíveis em sua humanidade e cidadania: “(...) não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujeitos, cheiram mal e são feios. Não são homens ou mulheres, embora um dia tenham sido. Pedacos perdidos da Humanidade” (p. 56).

Tais caracterizações evidenciam, portanto, uma gama de tessituras que envolve essas PSR, assim como a peculiaridade dos modos de vida, das trajetórias, das realidades e das suas concepções de mundo. Essa complexidade configura um impasse, porque os problemas advindos dessa situação geram uma demanda cada vez maior de ações para seu enfrentamento.

É notório o investimento do poder público na proteção social (Bursztyn, 2003). Todavia, de acordo com a análise de Dornelles *et al.* (2012), para essa parcela da população esses investimentos são visivelmente insipientes porque “vem crescendo e sofrendo diretamente as consequências de um modelo econômico neoliberal globalizado, produtor de exclusão em todas as esferas, tanto econômica como política, cultural e social” (p. 43).

Para Prates, Prates e Machado (2011), que também coadunam com essa observação, as ações que existem são restritas a atenções superficiais, e a rede de proteção social coesa que deveria investir no fortalecimento e autonomização dos sujeitos é ausente ou fragmentada. Eles defendem que tais obstáculos dificultam a celeridade das ações, afetando o reconhecimento da “complexidade da problemática, o planejamento integrado de ações e sua priorização enquanto intervenção realizada a partir de um conjunto articulado de políticas públicas de estado” (p. 206).

Entrementes, são inegáveis os avanços, se compararmos as ações atuais com as práticas assistencialistas e, por vezes, higienistas que imperavam no início do século passado, no Brasil.

“As visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumavam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de ‘higienização social’” (Brasil, 2008b, p. 6).

Sobre esse aspecto, Argiles (2012) frisa que essas práticas eram admissíveis naquela época. Para este autor, o movimento higienista, no início do século XX, tirava desumanamente o sujeito das ruas, pela coerção física, com o objetivo de limpar a cidade, sem nenhuma prática assistencial. Existia também o higienismo relativo que, apesar de não usar a violência, aceitava estratégias de limpeza social que visavam resolver o problema, mas que, nas entrelinhas das ações, camuflavam sutilmente a questão. O poder público, segundo Rosa (2005), agia de forma truculenta, hostil e com perseguição à população de rua, como: expulsão das praças com jatos de água de carros-pipa, a proibição de catar papelão, além do gradeamento de praças e de outros espaços públicos para restringir o direito de ir e vir.

O desinteresse do Estado com as PSR, atualmente, ainda “reflete a contradição com que a sociedade trata o tema, ora com compaixão, preocupação e até assistencialismo, ora com repressão, preconceito e indiferença” (Costa, 2005, p. 5). É como se ainda houvesse a influência de uma lógica higienista, “com essas pessoas sendo vistas como um problema social que precisa ser camuflado – retirando-as das ruas e internando-as em comunidades terapêuticas, deixando a ‘rua livre’ para os ‘cidadãos’” (CRP-Mg, 2015, p.22).

Além de não terem direitos garantidos como cidadãos, ainda são rotulados, discriminados, alvo de preconceitos, invisibilidade, indiferença, desrespeito e insensibilidade por parte da sociedade, vítimas de um olhar de suspeita e anormalidade; podemos falar ainda das práticas de violência física que reforçam a visão de um mal que precisa ser expurgado da sociedade (Brasil, 2011a; Schuch & Gehlen, 2012a).

A pesquisa de Freitas (2014) investigou, em uma cidade paulista, a forma como trabalhadores de serviços públicos da assistência social lidavam com as PSR. Através do método etnográfico em Psicologia, com observação participante, identificaram-se estratégias e práticas de assistência que objetivavam retirar essas pessoas dos espaços públicos, removendo-as para instituições, ou mesmo para a cidade de origem (proibindo-as de entrarem novamente na cidade).

É nessa mesma direção que se coloca a análise de Pizzato (2012): os direitos dessas pessoas de usar o espaço público e transitar por ele são muitas vezes violados. É como se fossem

vigiadas pelo Estado, visto que apresentam riscos à sociedade. Por isso, por serem sujeitos sem direitos e sem cidadania não podem parar nem permanecer por muito tempo em lugares públicos.

Tais comportamentos, ao longo dos anos, abriram espaços para que organizações da sociedade civil “assumissem propostas solidárias de atendimento; não obstante, em muitos casos, de cunho assistencialista, distantes, portanto, da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado” (Argiles, 2012, p.42). Trata-se de um consentimento dissimulado, repleto de contradições, apenas com o escopo de preservar o *status quo* entre aqueles que se enquadram, mantendo a ordem social. Isto é, se aceita a presença da PSR, mas privando-a de seus direitos (Giorgetti, 2006).

Tudo isso corrobora ainda mais à fragilidade das políticas públicas existentes em relação a este segmento da população, na perspectiva de concretização de direitos. Por isso a importância de explorar todas as dimensões que circunscrevem esse segmento social, prezando pelo atendimento de seus membros em sua integralidade, como sujeitos de direitos. Dessa forma, são imprescindíveis planejamentos, avaliações e efetivações das políticas públicas, em consonância com as características e necessidades específicas dessas pessoas (Pizzato, 2012).

## **1.2. Políticas públicas para Pessoas em Situação de Rua**

As PSR existem no Brasil desde que o país era colônia do império português. De acordo com os estudos de Andrade, Costa e Marquetti (2014), muitos escravos, mesmo antes da abolição de 1888, aumentaram consideravelmente a população em situação de abandono e de rua, com um acréscimo considerável após a chegada dos imigrantes camponeses europeus, no final do século XIX e início do XX.

Nesse período, segundo Justo (2008), era muito comum classificar esses indivíduos como “vagabundos”. “No século XIX, a vagabundagem passou a ser crime, e a lei servia para classificar os moradores de rua” (p. 9). Desde então, e com poucas mudanças, essa população tem lutado em busca de renda e moradia (Andrade, Costa & Marquetti, 2014).

Para Ferro (2012), sempre coexistiram historicamente no Brasil dois tipos de políticas públicas destinadas às PSR: um primeiro tipo de política é a violência atrelada à limpeza étnica e social por parte de agentes públicos, com o escopo de cercear os direitos dessas pessoas, ou até mesmo criminalizando-as. Esse tipo de ação estatal reflete “a cultura dominante em nossa

sociedade de discriminação e culpabilização do indivíduo por estar e morar nas ruas, visão que é projetada e estimulada por diversos meios de comunicação” (p. 36). O segundo tipo de política é a omissão do Estado através da deficiência ou inexistência de políticas sociais para este grupo, nas esferas municipais, estaduais e federal.

Portanto, para se chegar ao que temos atualmente como aportes legais para PSR (Figura 1) foi indispensável um embate contra a negação do direito e contra as práticas assistencialistas. Nesse ínterim, cabe ressaltar as lutas desse segmento fundamentadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal para a criação de políticas que garantissem direitos, pautados no respeito à dignidade da pessoa humana (Brasil, 2011a).

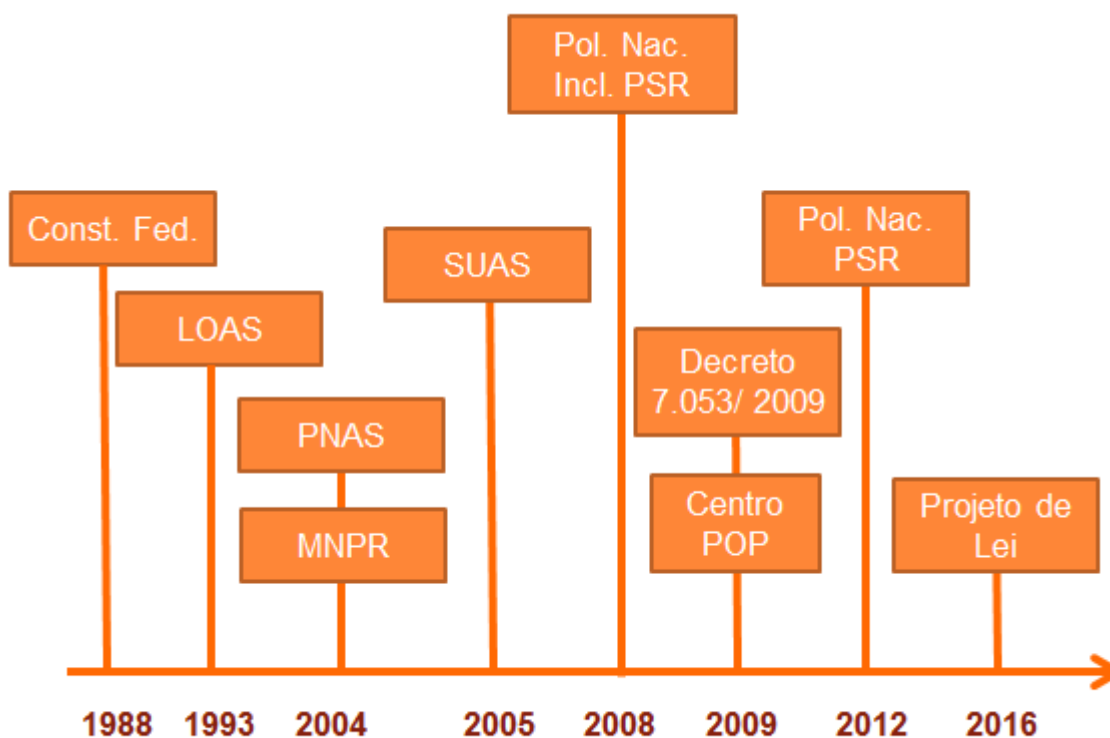


Figura 1: Políticas públicas relacionadas às PSR.

Fonte: Figura criada pelo autor.

A partir do final da década de 1970, surgiram, no Brasil, diversos movimentos sociais comprometidos com a ampliação dos direitos de cidadania e da participação política. Nos anos 1980, a abertura política do país permitiu também que despontassem as primeiras organizações das PSR, recebendo posteriormente apoio de diversas organizações internacionais, além de estudiosos e especialistas. E um ponto importante é que a constituição desses movimentos buscou

retificar a crença desenvolvida pelas práticas assistencialistas de que esse segmento da população não seria capaz de mobilizar e protagonizar transformações individuais e coletivas. Esses indivíduos, então, conhecidos nas cidades por viver da caridade, da Igreja e do Estado, e que eram julgados incapazes de construir sua própria autonomia, ganharam novos contornos com esses marcos legais (Brasil, 2011a).

Segundo Argiles (2012), a partir do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, as PSR vêm se organizando, no Brasil e no mundo. Foi a partir dos anos 1990 que se realizaram pesquisas exploratórias sobre o fenômeno e que começaram a ganhar visibilidade as ações de governo para o enfrentamento da questão. Juntamente com outros movimentos sociais, as PSR começaram a construir espaços para a discussão da problemática por elas vivenciada, “reivindicando seus interesses e demandas aos governantes, enquanto sujeitos portadores de direitos legítimos, através da proposição de políticas públicas” (p. 13-14).

Em 1993, a partir da Constituição Federal de 1988, foi regulamentada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), começando a desconstruir as mais cruéis armadilhas do assistencialismo, e passando a substituir benesses por direitos garantidos por lei. A partir dessa promulgação, muito se tem discutido e concretizado no que se refere às políticas de cumprimentos básicos e fundamentais dos direitos sociais. Desde então, a assistência social vive um processo de grandes mudanças, decorrentes da sua definição como política integrante do Sistema de Seguridade Social (Brasil, 2008a).

Em 2004, a partir da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2005), a PSR é reconhecida no seu modo de vida e passa a ter programas específicos para seu atendimento. “Essa conquista foi obtida através da resistência imprimida pela população de rua, que passa a ocupar espaços de controle social, locais de disputas sociais na obtenção de direitos sociais” (Pizzato, 2012, p. 80-81). Nesse sentido, a PNAS intenta estabelecer nortes que possibilitem a integralidade dos direitos a todos os cidadãos brasileiros, entre esses, a oportunidade de desenvolvimento social pleno, a partir das relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua (Brasil, 2008b).

Tal Política propõe um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para, assim, garantir uma proteção social integral. Assim, é a partir da PNAS que esse segmento passa a ser inserido como população referenciada pela assistência social, através da garantia de direitos, e não mais do assistencialismo, “exigindo do poder público esse

reconhecimento e organização para o enfrentamento da problemática da rua” (Nectoux, Machado & Santos, 2012, p. 114).

Interessante notar que nesse período foi criado o MNPR, cujos princípios balizadores de sua organização são: “democracia direta; ação direta; ser apartidário; apoio mútuo interno; solidariedade com causas sociais; não violência; honestidade e transparência; compromisso pessoal; igualdade e controle social” (Pizzato, 2012, p. 82). Esse Movimento também objetiva “fomentar a instrumentalização de (...) outras pessoas que ainda estão em situação de rua, de modo a potencializar sua autonomia, poder de diálogo e negociação de suas demandas com o poder público” (Carvalho, *et al.*, 2016, p. 74-75).

Ante esse amálgama de referências que ajudaram na estruturação e consolidação da Política de Assistência, foi constituído, em 2005, um sistema descentralizado em termos político e administrativo, o SUAS, que busca, segundo Nectoux, Machado e Santos (2012) organizar os elementos importantes para a execução da política de assistência social, “possibilitando a normatização dos padrões de serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial” (p. 105-106).

A principal função desse Sistema Único é cumprir as competências definidas na LOAS, além de contribuir na efetivação não só da Política, mas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, tendo como principais eixos: a organização da Assistência Social; conhecimento mais denso da realidade local; além do “mapeamento e cobertura de todas as redes prestadoras de serviços; convívio social em que estão envolvidas as famílias e a comunidade; e a elaboração de diagnóstico de necessidades comuns” (Brasil, 2005, p. 6)

A partir dessas ações, a PSR começou a ter mais visibilidade, principalmente a partir da aprovação da Política Nacional para Inclusão de Populações em Situação de Rua, em 2008, que, vinculada à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, prevê, já no seu delineamento, a participação ativa de múltiplas áreas, buscando contemplar a integralidade. Essas populações começam a ter legitimamente seus direitos reconhecidos e defendidos, não apenas como agentes passivos, mas através de ações que incluem processos de participação, com vistas a estimular o seu protagonismo (Brasil, 2008b).

Outro importante marco para as PSR se deu através do Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, da Presidência da República, que instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua, além de um Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Para



Pizzato (2012), esse Decreto foi definitivamente uma referência no reconhecimento dos direitos negados a essa parcela da população. Apesar de ainda não ter se tornado lei, tais regulamentações apontam e orientam ações que devem ser efetivadas no âmbito das diversas políticas, reconhecendo a pluralidade desse fenômeno, não se restringindo somente à assistência social, mas reconhecendo essa população como um grupo heterogêneo e peculiar (Brasil, 2009a).

De acordo com Ferro (2012), a construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio desse Decreto, sem dúvida foi uma iniciativa basilar do Governo Federal, pois até então o Estado Brasileiro não tinha dado credibilidade e atenção para políticas sociais nessa área. Ainda, segundo observação desse autor, o que outrora era descaso passa a ser obrigação do Estado e uma questão de cidadania, pondo a “problemática no contexto dos direitos e das políticas públicas sociais, superando a concepção assistencialista e da ‘caridade aos mais necessitados’, historicamente predominante” (p. 39). Para tal, essa Política está articulada intersetorialmente em eixos estratégicos: segurança alimentar, direitos humanos, educação, assistência social, habitação e saúde (Figura 2).



Figura 2: Intersetorialidade da Política Nacional para População em Situação de Rua.

Fonte: Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Brasil, 2011a).

Em 2010, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, fundamentou ainda mais as ações voltadas para a concretização de direitos, sem deixar de atender à população em situação de rua. As ações foram discriminadas em alguns eixos, entre esses: geração de emprego e renda; prevenção à violência contra esse segmento; enfrentamento ao preconceito; punição para policiais que cometam violência contra população em situação de rua; além da criação de centros de referência e garantia de serviços de acolhimento adequados (Brasil, 2010).

Foi ainda nessa época que aconteceu o II Encontro Nacional de População em Situação de Rua, organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esse encontro teve como objetivo “fazer uma análise da realidade de vida desta população no Brasil, com a participação de atores qualificados, e traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionalmente articuladas” (Brasil, 2011a, p. 17). De acordo com as análises de Pizzato (2012), a partir de então, as PSR começam a ter visibilidade não apenas pela vulnerabilidade social que apresentam, mas também pela sua potencialidade.

Observou-se, na prática – com a tipificação de serviços socioassistenciais em âmbito nacional – a concretização de toda essa política da assistência social, através da implantação de serviços especializados exclusivamente para PSR, como por exemplo: Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em República (Brasil, 2009b; Reis & Dutra, 2013).

Destarte, ao contrário de práticas arraigadas em uma lógica assistencialista e/ou higienista de outrora, todas as ações desenvolvidas no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem ser pautadas no reconhecimento dos seus usuários como sujeitos de direitos. Para tanto, os referidos usuários devem estar incluídos em uma rede de proteção social, de modo a enfrentar e superar a situação vivida, “muitas vezes relacionada, dentre outros fatores, à falta de acesso a serviços e direitos assegurados nas normativas vigentes” (Brasil, 2011a, p.70).

Um dos serviços de referência para PSR, que faz parte dessa rede de proteção especial, é o Centro POP (Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua). De acordo com o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS, 2016), existem atualmente 230 unidades de Centro POP no Brasil, sendo 16 na Bahia<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2018.

Como preconizado pelo MDS, este serviço representa um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Os usuários do serviço são jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. E o escopo primordial desse serviço é proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social (Brasil, 2011b). Pretende-se, assim, contribuir para que estas pessoas se tornem mais independentes, conscientes de seus direitos e, por fim, reconheçam-se como cidadãos, possibilitando a construção de novos projetos de vida. “Nesses espaços se deve assegurar acolhida com postura ética, de respeito à dignidade, diversidade e não-discriminação que possa ser transformadora, inclusive, das experiências de dificuldades de acesso a serviços e direitos” (Brasil, 2011a, p. 31).

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2015), outra finalidade deste serviço é garantir o atendimento e proporcionar atividades voltadas para o desenvolvimento de sociabilidades, com vistas a fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares. A partir de então, “mediante oferta de orientações individuais e grupais e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e demais políticas públicas” (p. 57), torna-se mais viável a construção de novos projetos de vida.

Sem dúvida, a implantação desses serviços de referência é um avanço na política de assistência social e um ganho para essa população, porém, a complexidade da situação de rua se sobressai no contato com outros atores da rede de proteção e/ou de outras políticas públicas. Por isso, apenas “quando estiver garantido o acesso dessa população às demais políticas públicas é que realmente se fará o enfrentamento necessário a essa situação” (Nectoux, Machado & Santos, 2012, p. 114). Em outros termos, o que se percebe na prática é que as ações são restritas a atenções superficiais que não investem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos. Com efeito, é indispensável um planejamento integrado com todos os setores da rede de proteção social e sua priorização como intervenção realizada para esse público específico (Brasil, 2008c).

Além disso, é imprescindível que seja sancionada uma lei que possa garantir os direitos mais fundamentais para essa população. Como dito anteriormente, existe um Decreto da Presidência da República, que instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua. Entretanto, um decreto não tem *status* de lei, por isso, o cumprimento se dá pela adesão voluntária de cada estado da federação. Atualmente, existe um Projeto de Lei em vigor na câmara

dos deputados (PL 5740/16), do Deputado Nilto Tatto, que “Estabelece Direitos e Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e dá outras providências”. Neste momento, a situação da tramitação é: “Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)” (Tatto, 2016).

Enfim, apesar das dificuldades e entraves existentes, ainda assim, a PSR tem conquistado visibilidade no cenário brasileiro (Pizzato, 2012). E isso graças às várias “formas de resistências que imprimem principalmente nos grandes centros urbanos através de seu protagonismo em organizações coletivas e em movimentos sociais na luta por dignidade e garantia de direitos” (p.78).

Diante desse quadro, as ações públicas para a PSR devem ter um caráter de afirmação de direitos, e não de ações que sejam referenciadas em práticas excludentes de outrora. Ou seja, os serviços e programas devem ser desvinculados de práticas higienistas, com o objetivo de evitar que a atenção ofertada seja mais um instrumento de discriminação e deterioração dessa condição de vida. “A rede de atendimento deve estar atenta a essas questões, para que não se agravem ainda mais as barreiras entre a população em situação de rua e os demais cidadãos brasileiros” (Brasil, 2011a, p.31).

Ante o exposto, faz-se necessário uma análise crítica sobre a direção que vem assumindo a PNAS em relação a esta população, como propõem Reis e Dutra (2013), ao invés de priorizar “medidas paliativas efetivadas através de uma linha de atendimento emergencial, com enfoque no recolhimento/abrigo, contribuindo para o fortalecimento de práticas de apartação social” (p.9), é mais importante trabalhar com esses cidadãos sob a ótica da organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, como sujeitos de direitos (Brasil, 2005).

### **1.3. Pessoas em situação de rua frente a (im)possibilidade de significações de futuro: uma revisão de literatura**

A revisão de literatura do presente estudo sobre pessoas adultas em situação de rua foi construída a partir do levantamento de trabalhos acadêmicos, discriminados em teses, dissertações e/ou artigos, sem nenhum tipo de limitação quanto ao ano de publicação. Tal pesquisa foi compilada através das seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online),

Portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Google acadêmico. Os descritores utilizados foram: Pessoas em situação de rua; processos de significação sobre futuro; homeless; sin hogar.

Nesta revisão foram encontrados vários trabalhos na literatura nacional e internacional, sendo os temas mais comuns: **processo de saída ou não das ruas** (Alvarez, Alvarenga & Rina, 2009; Matos, 2006); **incipiência de políticas públicas** (Moura, Ximenes & Sarriera, 2013; Valencio, Pavan, Siena & Marchezini, 2008); **fatores que levam pessoas às ruas** (Andrade, Costa & Marquetti, 2014); **problemas enfrentados e táticas de sobrevivência** (Abreu & Farias, 2015; Costa, 2005; Kunz, Heckert & Carvalho, 2014); **violência e discriminação sofridas** (Andrade, Costa & Marquetti, 2014; Mattos & Ferreira, 2004; Pinto, 2013); **pobreza** (Argiles, 2012; Brasil, 2010; CNMP, 2015; Junior, 2012; Melo, 2011); **institucionalização** (Mattos, Yamaguchi & Domingues, 2005); **significação da situação de rua** (Andrade, Costa & Marquetti, 2014; Campos, 2012; Henrique, 2015; Kubota, Pires & Neves, 2008; Viegas, 2013). Com relação ao **futuro**, à exceção da dissertação de Mendonça (2006), todos os trabalhos encontrados sobre esse tema foram trazidos de forma transversal, não como questão central: **perspectiva focada no curto-prazo** (Doorn, 2010); **perda de perspectivas de futuro** (Viegas, 2013); **imediatismo ou cronologia irregular** (Frangella, 2004; Mattos, 2006); **impossibilidade de construção de futuro** (Mendonça, 2006). Um ponto importante a destacar é que dados estatísticos do Observatório Europeu de Pesquisas sobre Pessoas em Situação de Rua na Europa mostram que, entre 1946 e 2012, o Brasil estava entre os dez países<sup>4</sup> que mais publicaram pesquisas com relação a esse tema (Figura 3).

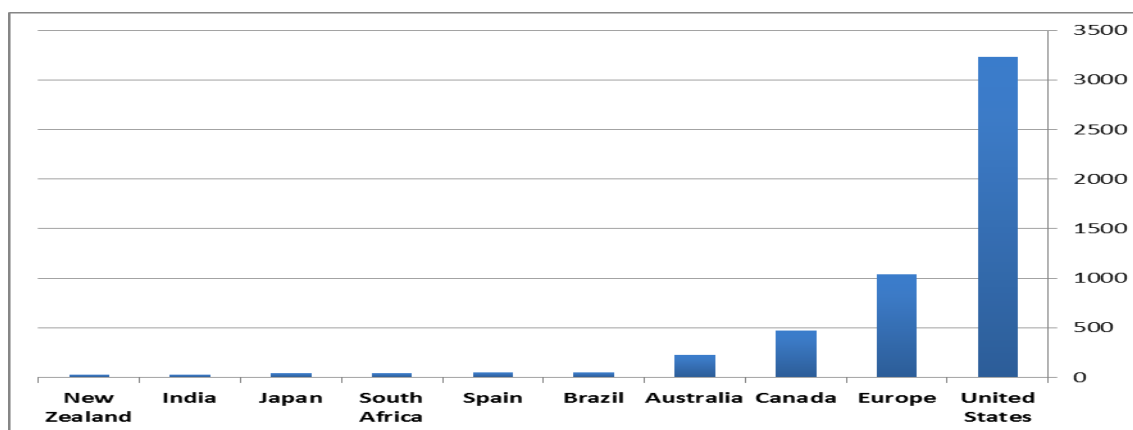


Figura 3: Quantitativo de pesquisa sobre PSR por País, 1946-2012

Fonte: International Homelessness Policy and Research Profile: European Union (O'Sullivan, 2013).

<sup>4</sup> O autor engloba alguns países da Europa em um único bloco.

A população em situação de rua é um fenômeno social que ganha diferentes contornos em cada país ou região “de acordo com o contexto histórico, social e cultural e com as formas com que o poder público lida com esse problema social” (CRP-Mg, 2015, p. 7). Vários estudos, nacionais e internacionais, mostram que este grupo tem várias histórias em comum, entre as quais estão: sucessivas perdas (da família, do emprego, da casa, da autoestima), exclusão/inclusão precária, “desqualificação e subalternidade, vivências marcadas pela violência, culpas, uso abusivo de álcool, e grande incidência de sofrimento psíquico” (Prates, Prates, Rosário, Azevedo, Prates & Nunes, 2013, p.5).

Através de uma pesquisa documental e bibliográfica, Araújo e Tavares (2015) mostram que as identidades e representações para esta população são marcadas por uma relação dialética de inclusão/exclusão, e que “vem sendo imposta constantemente e sem escrúpulos pelo restante de nossa sociedade, em um processo dialético em que a população em situação de rua torna-se produto da própria sociedade, que forçadamente os exclui mesmo quando tenta incluir” (p. 127).

Sobre esse aspecto, Costa (2005) mostra a necessidade de contextualizar a realidade de exclusão social que vive essa parcela da população, avançando na definição dos principais problemas enfrentados. O desafio está em vislumbrar “como, em uma sociedade com tantas contradições insuperáveis, contrastes e exclusões, é possível criar referenciais positivos para a constituição da identidade valorativa da população que vive em situação de rua” (p. 14). Ainda segundo essa autora, sentir-se incluído à sociedade e ser capaz de planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento.

Em outra pesquisa, de cunho qualitativo, através da observação participante e diários de campo em situações ocorridas nos serviços sociais pesquisados da Prefeitura de Fortaleza, os resultados demonstraram que as PSR foram rotuladas pela sociedade e por alguns profissionais como violentas, criminosas e usuárias de substâncias psicoativas. Na mesma pesquisa, através de Entrevistas Narrativas com quatro pessoas em situação de rua (três homens e uma mulher) que frequentavam esses serviços sociais, os autores mostraram que elas se percebiam como agredidas, humilhadas e envergonhadas. Concluíram sugerindo que é imprescindível o desenvolvimento de ações transformadoras na sociedade e nos serviços sociais direcionados a essas PSR (Moura, Ximenes, Verônica & Sarriera, 2013).

Na pesquisa realizada por Prates, Prates e Machado (2011), destaca-se que a percepção dessas PSR quanto à comunidade e aos próprios pesquisadores é que estes as veem de modo

estigmatizado, reiterando os processos de interdição de seus direitos, que finda por reverberar em sua autodepreciação: “Verifica-se, em suas expressões, o que se pode chamar de autoexclusão, ou seja, o não reconhecimento de si próprios como sujeitos de direitos, como parte integrante da sociedade” (p. 197-198). É essa a culpabilização que a sociedade frequentemente atribui a tal grupo. Pela condição vivenciada, a sociedade de uma forma geral, tende a buscar nessas PSR a causa desse complexo processo, bem como os recursos necessários para sua superação, reforçando essa condição como um fracasso individual, e não como uma questão social.

O mesmo resultado foi encontrado no estudo de Mattos e Ferreira (2004), cujos perfis relacionados a esses indivíduos configuram-nos como: vagabundos, sujos, loucos, perigosos e coitados. Tais estereótipos compartilhados findam por justificar a violência perpetrada contra essas pessoas. Além disso, como fatores agravantes, os serviços públicos destinados a essas pessoas, com vistas a atender suas necessidades básicas, são precários e deficientes, ajudando a reforçar ainda mais a invisibilidade delas (Pinto, 2013). O estudo desse autor sugere que a implantação de políticas públicas deverá contribuir nesse processo de garantia dos direitos sociais, visando atenuar os diversos tipos de violações de direitos. Em outra pesquisa (Valencio, Pavan, Siena & Marchezini, 2008), conclui-se também que as políticas atuais para as PSR são insuficientes para possibilitar o mínimo de cidadania.

Diante desse cenário, Gonçalves (2010) defende que a Psicologia também pode e deve oferecer subsídios na construção de políticas públicas destinadas às PSR, possibilitando a cada indivíduo exercitar sua condição de sujeito histórico, a partir da sua subjetividade. Essa dimensão subjetiva pode ser apreendida a partir das vozes dos próprios moradores de rua, como defende Henrique (2015): “vozes que me parecem o melhor caminho para se aprofundar acerca dos seus modos de vida, dos seus pensamentos e, também, dos seus sentimentos” (p. 69).

No trabalho de Viegas (2013), argumenta-se que as experiências subjetivas de indivíduos que vivenciam essa condição são representadas normalmente de forma superficial, como um grupo homogêneo, ignorando suas complexidades. As críticas que Kubota, Pires e Neves (2008) fazem seguem justamente esse viés. Eles condenam a amiúde universalização das características e perfis do que seriam essas PSR, deixando de correlacioná-los com o que é a realidade concreta dessa experiência de estar nas ruas, isto é, desmembrando essas pessoas da realidade que as cercam.

Essa análise não pode ser, portanto, a-histórica nem fragmentada, correndo o risco de o indivíduo ser responsabilizado por um problema construído socialmente. Por isso, os trabalhos em Psicologia, ao focalizar essas pessoas, devem considerar todas as dimensões que as envolvem. Para compreender a subjetividade do indivíduo é imprescindível, como argumenta Bock (1997), levar em consideração a singularidade desse sujeito a partir da inserção do mesmo na realidade social e histórica que atribuem sentido à sua forma de ser.

É importante, assim, contribuir para a desconstrução de representações bastante comuns sobre a PSR, cujos conteúdos “reforçam a autoimagem e identidades negativas, levando ao rebaixamento da autoestima, dificultando o surgimento de uma consciência crítica sobre sua própria condição, e a reivindicação de direitos e a construção de novos projetos de vida” (Brasil, 2011a, p. 30).

Alvos do preconceito e do processo de exclusão de uma sociedade que o rejeita, muitas vezes “o morador de rua assume, de forma extremamente rígida, o estigma lançado sobre si, sentindo-se fracassado, caído” (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004, p. 100). Conforme a pesquisa Nacional realizada com a PSR, a percepção dos entrevistados é de que eles são vistos como: vagabundos, drogados, bêbados e loucos (Brasil, 2008c). Ou seja, esse amálgama de preconceitos e estereótipos faz com que sejam relegados e responsabilizados por toda sorte de infortúnios, inclusive pela violência, sujeira da cidade e pelo tráfico de drogas, ou seja, criminalizados e, portanto, tratados como caso de polícia (Pizzato, 2012).

Refletindo sobre como essas pessoas são vistas e tratadas pela sociedade em geral e pelos agentes institucionais que trabalham diretamente no atendimento da população de rua na cidade, Campos (2012) mostra que as imagens que elas constroem sobre si são, muitas vezes, internalizadas a partir da elaboração da visão que a sociedade formula sobre elas.

É imprescindível, portanto, análise mais ampla sobre essas pessoas, compreendendo sua trajetória de vida, como se organizam e se relacionam, quais são suas necessidades e vontades, histórias e memórias (Andrade, Costa & Marquetti, 2014). O trabalho com esses indivíduos deve ser orientado por uma perspectiva crítica dessa realidade – não de forma isolada, pronta a enquadrar o indivíduo em um esquema pré-estabelecido – mas buscando construir estratégias em uníssono com eles.

Em outros termos, seguir uma linha de trabalho por esse viés evita pré-concepções e pré-conceitos, como por exemplo, deduzir que toda PSR quer sair da rua. Segundo orientações do



Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-Mg, 2015), ninguém pode exigir que uma PSR abandone essa condição, ao contrário, é imprescindível entender que os sujeitos precisam reestruturar suas vidas (novos projetos, novos vínculos e pertencimentos sociais), antes desse processo de saída. Por isso, é necessário enxergar cada uma dessas pessoas como um cidadão, direcionando as ações para o desenvolvimento da autonomia desses sujeitos.

Mattos (2006) argumenta que “propor a saída das ruas para algumas pessoas é tão coercitivo como propor o auxílio para se viver nas ruas para outras” (p. 168). Ou seja, deve haver, como sugerem Justo, Nascimento e Assis (2005), serviços e alternativas concretas para ajudar as PSR, tanto para quem não quer sair dessa condição, quanto para quem assim o desejar; respeitando, portanto, esses indivíduos em suas peculiaridades, de modo que possam escolher livremente o destino que almejam construir.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicologia histórico-cultural reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens. De acordo com Zanella (2004), essa síntese permitiu a Vygotsky conferir, ao ser humano, uma “existência ao mesmo tempo biológica, psicológica, antropológica, histórica e essencialmente cultural” (p. 128).

Essa proposta de Vygotsky visou superar as dicotomias que dividiam a Psicologia na época: uma essencialmente naturalista e a outra mentalista. Na sua percepção, segundo Lucci (2006), tal divisão acentuava a questão do dualismo mente-corpo, natureza-cultura e consciência-atividade. Por isso, a teoria psicológica construída por Vygotsky rompeu com as correntes até então estruturadas e partiu de uma nova concepção de realidade e de homem, evitando reducionismos e simplificações de qualquer espécie, contribuindo para superar também a dicotomia objetividade-subjetividade – uma das mais tradicionais da Psicologia (Ristum, 2001).

O fundamento dessa teoria é que a gênese das funções psicológicas está nas relações com o outro e com a cultura, sendo a constituição do funcionamento humano socialmente mediada (Smolka, 2000). Nesse sentido, tais funções psicológicas seguem duas linhas diferentes em sua origem: um processo elementar, de base biológica, e um processo superior, de origem sociocultural. As primeiras se caracterizam pelas ações involuntárias, pelas reações imediatas e sofrem controle do ambiente externo. Por outro lado, as funções psicológicas superiores são de origem social e, por isso, estão presentes apenas no homem, cujas ações resultam da interação entre os fatores biológicos e os culturais, que evoluíram no decorrer da história humana. Assim sendo, pode-se inferir que as funções psíquicas são de origem sociocultural, visto que resultaram da interação do indivíduo com seu contexto cultural e social. A teoria do desenvolvimento vygotskyana, dessa forma, parte da concepção de que todo organismo é ativo e estabelece contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis, e a base biológica do comportamento humano (Lucci, 2006).

Diante de tal quadro, Vygotsky propôs, então, uma nova Psicologia que, baseada no método e nos princípios do materialismo dialético, “compreendesse o aspecto cognitivo a partir da descrição e explicação das funções psicológicas superiores, as quais, na sua visão, eram determinadas histórica e culturalmente” (Lucci, 2006, p. 4). Segundo as próprias palavras do psicólogo russo, “cada pessoa é em maior ou em menor grau o modelo da sociedade, ou melhor,

da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais” (Vygotsky, 1996, p. 368).

É imprescindível, dessa forma, superar a universalização da representação do indivíduo e enfatizar o papel do social e cultural na configuração de sua subjetividade (González Rey, 1993). A relação indivíduo-sociedade é, portanto, dialética. Nesta concepção o homem, desde seu nascimento, começa a se constituir como “sujeito ativo, social e histórico à medida que é capaz de transformar seu ambiente – que é social e cultural – e, na medida em que transforma o mundo, é por ele transformado” (Nascimento, Sarubbi & Souza, 2009, p. 10). É a partir dessas atividades que a subjetividade é constituída e ininterruptamente transformada. As pessoas e o mundo se relacionam permanentemente e, neste processo, ambos se transformam.

Em suma, esse sistema de mediação simbólica, que funciona como instrumento de comunicação, planejamento e auto-regulação, é constituído pela linguagem. “É o meio pelo qual o ser humano constitui-se sujeito, atribui significados aos eventos, aos objetos, aos seres, tornando-se, portanto, ser histórico e cultural” (Costas & Ferreira, 2011, p. 213).

Podemos inferir, ante o exposto, que a subjetividade do indivíduo não é uma instância predeterminada, mas uma produção psíquica singular, construída permanentemente na sua vida cotidiana, cujo desenvolvimento acontece a partir das condições de vida social do indivíduo, na sua relação com o mundo material e social. Sob essa análise, a subjetividade está organizada por processos e configurações que se “interpenetram permanentemente, estão em constante desenvolvimento e vinculados à inserção simultânea do sujeito em outro sistema igualmente complexo, que é a sociedade, dentro da qual o sujeito tem de seguir os desafios e contradições de se desenvolver através dos diversos sistemas” (Molon, 2011, p. 615-616).

Isso significa que o sujeito é constituído e constituinte do contexto no qual está inserido. E, o contexto social de desigualdade no qual estão inseridas a PSR, não é diferente. Bock, Gonçalves, Pacheco e Barbosa (2011), através de uma pesquisa sobre desigualdade social, revelam que a subjetividade de indivíduos que estão inseridos nessas condições envolve relações de percepção, imaginação, sentimentos e emoções, como por exemplo, quando o sujeito realiza uma negação do passado (suas experiências concretas), em função de um porvir (suas projeções futuras), constituindo-se, assim, numa articulação temporal. De qualquer forma, é necessário destacar que “o que envolve este processo como um todo deve ser compreendido sempre como

um produto histórico-social, portanto completamente inserido no tempo/espaço no qual se dá, a partir das condições objetivas do contexto” (p. 22).

Esse mundo psicológico, na perspectiva histórico-cultural, é constituído em uma relação dialética, complexa e processual, com a realidade objetiva, material e social (Nascimento, Sarubbi & Souza, 2009). Esse domínio se organiza a partir das vivências dos sujeitos, em uma relação dialética com o mundo social. Segundo os autores supracitados, estas vivências “são o conjunto de atividades e relações que ao serem exercidas pelos sujeitos se organizam e se estruturam como conteúdos singulares” (p.15).

Refletir, entretanto, sobre os processos individuais de subjetivação perpassa inevitavelmente pela compreensão do contexto social e histórico-cultural no qual ocorrem. É através dos contextos histórico e social “que o sujeito se constitui e se apropria dos símbolos encontrados na cultura de uma forma inexoravelmente dialética, reproduzindo-os e transformando-os” (Dantas, 2008, p. 97).

Para Vygotsky, a vida não é apenas um evento circunstancial ou apenas um episódio ocasional, “mas é o modo de ser do sujeito nas relações e práticas sociais, no acontecimento que se dá em um determinado contexto concreto e histórico, engendrado pelas diferentes posições sociais ocupadas e pelo lugar singular que cada um ocupa num dado momento” (Molon, 2011, p. 617). Por isso, a importância de não estudar o indivíduo em situação de rua de forma isolada, mas em uníssono com seus múltiplos contextos, de modo integrativo e sob o viés temporal; não como algo natural pelo qual todos passam, mas como um processo dialético entre os indivíduos e o contexto em que vivem.

Em seu livro "Pensamento e Linguagem", Vygotsky (2009) afirma que a palavra é o microcosmo da consciência humana. Assim, “a linguagem é construída por uma reunião e reinvenção de significados sociais. Destes significados surgem os sentidos próprios, pessoais” (Mendes, 2014, p. 19). As significações construídas sobre futuro, portanto, que constituem o foco desse trabalho, estão inevitavelmente ligadas à interpretação que cada pessoa na situação de rua confere à sua realidade social, econômica, histórica e cultural, pois são essas peculiaridades que atribuem sentido a sua forma singular de ser. Ou seja, a subjetividade é construída cultural e historicamente, e a visão da Teoria histórico-cultural permite ler as vivências das PSR a partir desta perspectiva.

## 2.1. Sentidos e significados

A apropriação da realidade na perspectiva vygotskyana é uma relação semiótica que se origina na atividade, mas que permite ao sujeito transcendê-la. Na visão de Lucci (2006), é pela mediação que o indivíduo se relaciona com o ambiente, pois “enquanto sujeito do conhecimento, ele não tem acesso direto aos objetos, mas, apenas, a sistemas simbólicos que representam a realidade. É por meio dos signos, da palavra, dos instrumentos, que ocorre o contato com a cultura” (p. 8). Ou seja, as experiências vividas são inseparáveis da organização subjetiva dos sujeitos e dos múltiplos contextos da sua vida social.

Segundo González-Rey (2004), a produção individual de sentido tem sua gênese no encontro singular de um sujeito com a experiência social concreta, e se produz em várias dimensões. Primeiramente, o sujeito vivencia e representa em nível consciente vários elementos da experiência, que podem ou não ser portadores de sentido. Por outro lado, o indivíduo também experimenta emoções que não consegue explicar e sobre as quais, às vezes, nem tem consciência. Ainda para este autor, ambos os níveis de expressão de sentido subjetivo de experiência integram em uma unicidade indestrutível “a história do sujeito e o contexto social da experiência subjetivada, provocando formas diferentes de conduta, emoções e representações que acompanham a posição do sujeito diante da situação” (p.51).

Assim, de acordo com Costas e Ferreira (2011), o processo de humanização ocorre de forma “instrumental e cultural, em uma esfera social e, por isso, no desenvolvimento, os significados e os sentidos são constituídos transformados na medida em que este homo também evolui” (p. 208). Isso significa que é impossível compreender o processo de formação psíquica pelas relações sociais, sem considerar a produção simultânea de signos e sentidos, relacionada à constituição de sujeitos (Smolka, 2000).

A leitura, a partir dessa ótica, permite entender a cultura como um conjunto de significados construído e compartilhado a partir das relações sociais. Não obstante, essa perspectiva de entendimento da subjetividade humana não ignora a autonomia do indivíduo. Mas, ele se produz como indivíduo na ação social e na interação, internalizando significados a partir do social; por isso, só podemos ser compreendidos a partir da análise de tais conexões – vigorosamente influenciadas pela linguagem e pelos signos (Vygotsky, 2007).

Ante o exposto, os pressupostos teóricos da Psicologia histórico-cultural apontam dois construtos que norteiam este trabalho: o de sentido, referente aos aspectos subjetivos do

significado, nos quais estão envolvidos o momento e a intenção do sujeito individual; ou seja, é o signo interpretado pelo sujeito histórico, dentro de seu tempo, espaço e contexto de vida pessoal e social. E o significado que está relacionado ao sistema de relações semânticas (Dantas, 2008).

Dessa forma, o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. “O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (Vygotsky, 2009, p. 138).

A produção de sentidos na instância individual diferencia-se, dessa forma, tanto de sujeito para sujeito “como da instância social, pois, no indivíduo concreto, entram em ação elementos individuais de sua história de vida” (Mendonça, 2006, p. 47). Ou seja, para este autor, frente a cada situação social vivida, existem outros elementos anteriores à experiência social que entram no jogo subjetivo produzindo diferentes sentidos em cada indivíduo. Dessa forma, é através da experiência atual do sujeito somado aos aspectos históricos que, nas práticas sociais, o sentido é produzido. Assim, “abrem-se vias para que se admita a polissemia da linguagem e, conseqüentemente, para que se pense em múltiplas construções de sentidos” (Barros, Paula, Pascual, Colaço & Ximenes, 2009, p. 179). O sentido, portanto, “coloca-se em um plano que se aproxima mais da subjetividade, que com mais precisão expressa o sujeito, a unidade de todos os processos cognitivos, afetivos e biológicos” (Aguiar & Ozella, 2013, p. 304).

Souza e Andrada (2013) ilustram perfeitamente a importância da compreensão desses sentidos imbricados no contexto social, quando frisam que o sentido emerge na consciência individual a partir da complexidade de aspectos psicológicos privados. Os sentidos são “construídos por meio de lembranças, vivências, percepções únicas, singulares e que dependem do contexto em que são despertados. O que significa dizer que os sentidos atribuídos a algo são a própria revelação dos afetos do sujeito” (p. 358). O sentido se produz nas práticas sociais, através da articulação dialética da história de constituição do mundo psicológico com a experiência atual do sujeito. Por isso, para compreender o pensamento do outro é imprescindível compreender suas motivações, e não apenas ter o entendimento de sua fala e/ou de seu significado. O sentido é, portanto, “aquele instante, não tem a estabilidade de um significado, pois mudará sempre que mudarem os interlocutores, os eventos. Tem caráter provisório e é revisitado e se torna novo sentido em situações novas” (Costas & Ferreira, 2011, p. 216).

Assim, as concepções das pessoas a respeito de um tema, cujos elementos dessas concepções estariam retidos, poderiam ser alcançadas através do significado. Porém, a partir do momento que este significado é determinado pelo outro social em um contexto objetivo, ele passa a integrar o sentido (Ristum, 2001). O significado, dessa forma, é a estabilização de ideias por um determinado grupo, que são utilizadas na constituição do sentido. Mas, é importante ressaltar que esta relação depende do contexto sociocultural.

Na concepção de Vygotsky (2009), o significado que a palavra adquire tem uma ligação estreita com o pensamento e a linguagem. Equivale a um conceito ou generalização que, longe de ser estático, evolui na medida em que ganha dinamicidade. É a parte mais instituída dos conteúdos compartilhados pelo sujeito ao longo da história de suas interações sociais, segundo Dantas (2008). “Já o sentido reside em uma zona mais instável, mais fluida, que nasce das necessidades mais intimistas do sujeito no espaço das redes de relações pelas quais ele transita” (Dantas, 2008, p. 94).

Os significados, de acordo com estudos de González Rey (2004), “mesmo que com grande frequência representem vias de expressão dos sentidos, não expressam de forma direta nem linear o sentido associado ao conteúdo” (p. 163). Portanto, a construção de significados e sentidos tem lugar num contexto de comunicação interpessoal. Esses processos são fortemente impregnados e orientados pelas formas culturais existentes nessa comunicação e sofrem constantes modificações (Smolka, 2000). Os significados referem-se, assim, “aos conteúdos instituídos, mais fixos, compartilhados, que são apropriados pelos sujeitos, configurados a partir de suas próprias subjetividades” (Aguiar & Ozella, 2013, p. 304).

Disso se infere que a relação do sujeito com o outro é mediada, bem como as relações entre pensamento e linguagem, pelo significado. Assim, a constituição do sujeito ocorre através do processo de significação estabelecida nas relações sociais (Molon, 2011). Ainda para este autor, “a subjetividade e o sujeito são compreendidos na realidade social e na vida social, vista esta como, primordialmente, histórica” (p. 617).

Sobre esses aspectos, os sujeitos são afetados de diferentes modos por signos e sentidos produzidos nas relações com os outros como também na história dessas relações. Desse modo, para Smolka (2000), essa apropriação está “relacionada a diferentes modos de participação nas práticas sociais e possibilidades de produção de sentido, o que nos leva a considerar que nem

tudo que é transmitido torna-se necessariamente internalizado” (p. 30). É nessas práticas, como relações significativas, que o sujeito se constitui.

O conjunto das expressões de sentido formuladas pelas PSR poderá indicar aspectos que compõem estas vivências: “são significados, emoções, imagens, conceitos que se estruturam de modo a dar, à experiência, um significado pessoal e que no coletivo, compõe a dimensão subjetiva” (Nascimento, Sarubbi & Souza, 2009, p. 20).

Conhecer o cotidiano e ouvir sobre como essas PSR significam o futuro em seu contexto histórico-cultural, poderá nos indicar alguns caminhos na direção de maior compreensão dessas especificidades. Isso porque, para Vygotsky (1996), o contexto social no qual todo o ser humano se desenvolve não é simplesmente um ambiente objetivo, porque há relações dialéticas entre os diversos níveis sociais e individuais.

E essa forma de adentrar nas mais diversas instituições sociais é um dos objetivos cruciais para a Psicologia Social. Segundo González Rey (1993), ela tem que penetrar nos mais complexos relacionamentos do homem com a sociedade. E a busca dos mais diferenciados significados das instituições sociais, bem como da cultura, nas mais variadas unidades de integração social dos indivíduos, é um o objetivo essencial para a Psicologia Social.

Esse aporte teórico de investigação permite, portanto, perceber os sujeitos como “históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência; e que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela” (Freitas, 2002, p. 22).

## **2.2. Significações de Futuro**

Nossa visão de mundo e nossos relacionamentos são filtrados através de processos cognitivos temporais. Aprendemos a vivenciar o fluxo de experiências pessoais nas categorias de passado, presente e futuro. A perspectiva do tempo, portanto, é um processo fundamental, uma maneira generalizada de se relacionar com pessoas e eventos (Keough, Zimbardo & Boyd, 1999).

Em seus estudos, Zittoun (2015) introduz a noção de imaginação para captar essa significação de futuro. Para ela, a imaginação nos permite expandir nossa experiência além do aqui-e-agora, conectando-nos com o que é passado e criando novas possibilidades para o futuro.

Vygotsky (2009) também se utiliza dessas relações entre a atividade imaginária e a realidade a partir de elementos extraídos do contexto, permitindo uma reelaboração desses



elementos. Para Cruz (2015), Vygotsky entende esse processo sem desconectar o indivíduo de suas conjunturas histórico-culturais: “o papel do sonho, do pensamento, da imaginação, do afeto, da memória no funcionamento psíquico será distinto em cada pessoa e guardará as marcas de suas pertencas histórico-culturais” (p. 372). Essa individualidade do ser humano, para Vygotsky (2007), surge a partir da imersão cultural, constituídas nas relações sociais.

Alimentados por estes meios semióticos, em consonância com nosso passado, vidas afetivas e imaginação, Zittoun (2012) argumenta que “estamos constantemente explorando os possíveis resultados de situações, escolhas alternativas, novas versões do passado, ou futuros possíveis” (p. 519). Ainda segundo ela, Vygotsky viu a imaginação como o processo central de desenvolvimento pessoal e cultural, possibilitando às pessoas a construção de novos projetos e visões do futuro. Porém, para autores como Viegas (2013) e Mendonça (2006), as PSR perdem dimensões como a identidade social, a autoestima, as perspectivas de futuro e o sentido de pertença à sociedade.

Esse é um dos grandes dilemas da pessoa que vivencia recentemente a situação de rua, segundo Mattos (2006), ela “nega o presente para sobreviver simbolicamente, em termos de representação positiva de si, ao mesmo tempo em que a imediaticidade do presente se afirma na consecução de sua sobrevivência física” (p. 134). Para este autor, quanto mais esse indivíduo se insere no mundo da rua, em seu presente, mais se distancia de seu projeto futuro. Frangella (2004), por exemplo, destaca que as histórias parecem seguir uma “cronologia irregular”, pois costumam fatos fragmentados e desconexos entre si na tentativa de tornar inteligível como se deu a situação de rua presente.

Para autores como Epel, Bandura e Zimbardo (1999), uma perspectiva de tempo desorientada pode ter sido influenciada por muitos fatores, como os socioculturais, as experiências religiosas, educacionais, familiares e pessoais, assim como por uma circunstância, como, por exemplo, estar em situação de rua.

Para as PSR, até a noção de tempo (horas, dias, meses) vai se dissipando, visto que esses indivíduos começam a viver no seu próprio tempo, em uma perspectiva focada no curto-prazo. A representação da noção de tempo dessa experiência é mais subjetiva do que cronológica. Para muitos que vivem nessa condição, a vida não tem mais um direcionamento linear em direção ao futuro, mas avançam e recuam frequentemente ao ponto de partida, de forma circular, conservando a situação dessas pessoas de forma inalterável (Doorn, 2010).

Então, o indivíduo pode se encontrar em uma situação circular: se não há futuro a ser construído, também, não tem sentido a criação de projetos; e sem essa possibilidade de planejamento, não existe possibilidade de construção de futuro (Mendonça, 2006). As PSR mantêm-se, dessa forma, à mercê de práticas assistencialistas e imediatistas, pois se não há futuro a ser construído não há a necessidade de planejar ou se preparar para o porvir. Mattos (2006) também defende que nessa percepção, “A dificuldade de atribuir um sentido ao presente, de vê-lo em continuidade com um passado, também não permite projetar um sentido ao futuro como algo novo, transformado” (p. 138-139).

Os psicólogos estadunidenses Philip Zimbardo e John Boyd, em 1999, criaram o Zimbardo Time Perspective Inventory (ZTPI)<sup>5</sup>, que é um instrumento de escala multidimensional que avalia os diferentes marcos temporais (passado, presente e futuro). Esse inventário contempla os cinco aspectos da perspectiva temporal, segundo eles: passado-negativo, passado-positivo, presente-hedonista, presente-fatalista e futuro (Leite & Pasquali, 2008; Ortuño & Gamboa, 2009).

Estudos de Epel, Bandura e Zimbardo (1999), a partir da aplicação desse inventário, mostram que a perspectiva temporal das PSR está mais orientada para o presente, principalmente por causa da urgência da sobrevivência diária. Segundo esses autores, as pessoas que estão nessa condição abandonam a significação de futuro convencional para se adaptar à dura realidade de atender sua sobrevivência a partir das necessidades imediatas.

Mas González Rey (2003) afirma a possibilidade de que uma pessoa em situação de rua pode se organizar subjetivamente de modo que viabilize a formulação de projetos para seu futuro, mesmo imerso em uma realidade social que o restringe. Isso porque a condição de sujeito, como indivíduo constituído subjetivamente, permite que o mesmo rompa os limites imediatos que o contexto social parece impor. Até porque, mesmo “em um contexto de desigualdades sociais, o papel da imaginação no funcionamento psíquico não é o mesmo em todas as pessoas” (Cruz, 2015, p. 372).

Para Melsert e Bock (2015), a importância em compreender as significações sobre o futuro de pessoas imersas nessa realidade social como as ruas, por exemplo, é porque elas podem ajudar no entendimento e na construção do fenômeno a partir desses registros simbólicos. Além disso, a compreensão que essas autoras têm, sob a égide da Psicologia histórico-cultural, indica

---

<sup>5</sup> Apesar de contribuir no embasamento das discussões, não é objetivo desse trabalho avaliar a perspectiva temporal de futuro das PSR a partir da aplicação desse inventário.

que uma leitura coerente dessa realidade social das ruas deve ser feita a partir da ótica dos que a vivenciam, até porque “sujeitos constituídos em camadas sociais diferentes, com acesso desigual a bens materiais e culturais, significam/sentem também de maneiras diferentes” (p. 777).

Padovani (2017) complementa essa análise, ao frisar que, através de processos de imaginação as pessoas são capazes de modificar sua relação com o mundo, visto que esse recurso imaginativo tem uma significativa importância durante toda a vida do indivíduo, a partir das decisões tomadas, “Nossas memórias dizem sobre quem somos, de onde viemos, o que nos aconteceu, e nossas imaginações do futuro dizem sobre quem queremos ser, onde queremos estar” (p. 100). “O futuro, para nós humanos”, complementa a autora, “apresenta-se regulado por uma complexa construção de significados” (p. 229), e são justamente algumas dessas construções que esse estudo se propõe a pesquisar.

### 3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Diversas são as razões que fazem as pessoas estarem em situação de rua. Os resultados da pesquisa de Abreu e Farias (2015) – analisados através de um estudo qualitativo com uso de entrevistas, histórias de vida e análise do discurso – apontam que nessas trajetórias costumam perpassar rupturas nos vínculos laborais e/ou sociofamiliares.

Sobre esse aspecto, o trabalho de Andrade, Costa e Marquetti (2014) ainda mostra que a rua pode até não oferecer suporte, mas, ainda assim, permite maior liberdade, diminuindo as cobranças. Esse estudo traz discussões acerca das estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos-SP, cujo levantamento dos dados ocorreu em 2009 e 2010. Os dados foram obtidos através de um acompanhamento de trajetórias nas ruas e entrevistas abertas na forma de narrativas sobre memórias de vida dessas PSR. Os resultados evidenciaram inúmeros projetos futuros, tanto nas ruas como fora delas. Mostraram que algumas pessoas têm como plano de futuro viver e sobreviver nas ruas, mas outros pretendem sair dessa situação, arrumar um emprego, conseguir uma casa, reunir-se novamente com a família; outros ainda pretendem rever a família, mas sem necessariamente sair das ruas. Entretanto, segundo esses autores, qualquer novo fato acrescentado às suas vidas (novas amizades, perdas, mudança da rotina), facilmente altera o que haviam planejado para o futuro.

Uma pesquisa inglesa investigou o impacto do apoio social recebido e sua relação com as expectativas frente ao futuro entre jovens adultos em situação de rua. A amostra intencional foi de 185 jovens, com idades entre 18 a 23 anos, usuários de álcool ou drogas. As análises mostraram que os participantes que tinham níveis mais elevados de bem-estar e de apoio social, tinham expectativas mais otimistas do futuro e uma melhor percepção do fluxo do tempo; ao contrário, os que tinham níveis mais baixos de bem-estar subjetivo e menos apoio social, apresentavam visões mais fatalistas de futuro (Barczyk, Thompson & Rew, 2014).

No Reino Unido, utilizando o ZTPI, pesquisadores descobriram que as PSR, em comparação com um grupo controle, veem o passado de forma negativa, com baixas pontuações positivas no ZTPI. No entanto, com relação ao presente e ao futuro, quase não existem distinções entre os dois grupos. Os indivíduos mantiveram uma tendência positiva para o pensamento futuro, caracterizado a partir do próprio esforço para alcançar seus objetivos. Não houve relação

significativa entre abuso de substâncias e a perspectiva de tempo (Pluck, Lee, Lauder, Fox, Spence & Parks, 2008).

Mas o detalhe é que a pesquisa acima citada avaliou apenas o nível de satisfação dessa percepção relacionada a aspectos depressivos e não o processo de significação sobre esse futuro. Segundo análise crítica de Kubota, Pires e Neves (2008), é muito incomum enxergar as PSR a partir do modo como elas concebem sua própria vivência e o que querem, analisando todos os processos que as envolvem, sem as enquadrar em concepções deterministas. Sobre esse aspecto, é interessante destacar a denúncia, feita por uma pessoa em situação de rua, na pesquisa de Viegas (2013), em Porto, Portugal, de que os profissionais que trabalham nessa área deveriam conhecer melhor quem está nas ruas, suas condições atuais, quais são seus projetos de vida e suas necessidades.

Na verdade, não existe uma única forma de ser da rua (Kubota, Pires & Neves, 2008). Ante essa complexidade, Mattos (2006) faz algumas provocações: “Quais motivos haveriam para se pensar que, de fato, as pessoas em situação de rua querem realmente se desvencilhar dessa condição? E, ainda, para quem seria importante essa saída”? (p. 165). O autor continua: será que esse é um desejo de todas as PSR? Será que o fato de querer incluir ou reinserir essas pessoas socialmente, não significa querer normatizar o diferente, no sentido de querer enquadrá-lo nos padrões tidos como normais, melhores ou considerados como a única forma digna de se viver?

Sobre esse aspecto, pode-se inferir que a significação da situação de rua não é universal e que as próprias pessoas que vivem nessa conjuntura têm visões diferentes a respeito dela. No trabalho de Kubota, Pires e Neves (2008), uma pessoa que esteve nessa condição expressou que, apesar dos vários problemas que enfrentou (violência, vícios, solidão e abusos), houve também muito aprendizado durante esse processo. Um participante de outra pesquisa (Alvarez, Alvarenga & Rina, 2009) ensina-nos, com suas palavras, a desconstruir o determinismo dessa realidade, como se fosse constituída apenas por experiências negativas, por mais difícil que isso possa parecer para a compreensão de alguns. Ou seja, pode ser um momento de grandes descobertas sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo: “Se toda essa experiência teve momentos péssimos, posso dizer que também houve reflexões ‘essenciais’ para a minha vida e que com certeza me transformaram” (p. 229). Nessa mesma pesquisa, o discurso de uma PSR ajuda a descrever bem o sistema de vida de rua. Ela frisa que a pessoa vai vivendo, sobrevivendo, se acostumando com a situação e vai se acomodando; quando percebe, está numa prisão. “Quer

tentar sair daquela coisa ali, daquele sistema de vida e sempre tem uma coisa que faz a gente voltar pro sistema de novo...” (p. 262).

Entretanto, como afirmam Andrade, Costa e Marquetti (2014): “Para muitos que hoje habitam as ruas, é insustentável o discurso de que morar em uma casa seja melhor” (p. 1260). Segundo esses autores, parece difícil ouvir e legitimar as falas de algumas destas PSR que afirmam gostar de estar onde estão, e que não se veem vivendo em outras condições diferentes da atual, porque querem ou se acostumaram a viver desta forma.

Por isso, Henrique (2015) defende que é imprescindível privilegiar a ótica das pessoas que vivem na rua, escutando atentamente suas narrativas e abrindo possibilidades para fortalecer e construir estratégias mais efetivas. Segundo ele, conhecer tais histórias e formas de vida, além de alimentar o protagonismo e a autonomia desses indivíduos, contribui para ruir os pilares de invisibilidade desse fenômeno que, verdadeiramente, ainda precisa ser mais bem compreendido pela Psicologia e por outras ciências, de modo a produzir, sobre ele, um olhar multidisciplinar.

Ante o exposto, conhecer sobre como, e se essas pessoas constroem significações sobre o futuro a partir de sua condição atual é imprescindível para traçar quaisquer intervenções com essa população sem enquadrá-los em políticas públicas obsoletas, superficiais e/ou negligentes.

### **3.1 Objetivos**

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender como as pessoas em situação de rua significam seu futuro, tanto mediato quanto imediato. E, a partir dos relatos dos participantes, pretendeu-se:

1. Descrever como a trajetória de vida na rua e as percepções e sentimentos sobre essa situação estão imbricados na construção da significação de futuro dessas pessoas;
2. Identificar como as estratégias de sobrevivência utilizadas na situação de rua se relacionam com as significações de futuro;
3. Analisar se e como os princípios norteadores das práticas institucionais direcionadas às PSR estão presentes nas suas significações de futuro.

## 4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A Psicologia histórico-cultural tem como fundamento central a compreensão de que todo indivíduo se constitui como ser humano a partir das relações que estabelece com os outros, com seu contexto e com todas as dimensões micro e macrosociais. Nessa perspectiva, compreender os processos de significação da PSR perpassa pela análise e compreensão de todo esse processo (Araújo, 2014). “Portanto, os estudos que focalizam o ser humano, buscando compreendê-lo, não podem ser examinados fora dessa relação com o social e nem de uma forma estática” (Freitas, 2002, p. 27).

A presente pesquisa, dessa forma, se desenvolve a partir de um estudo qualitativo, cujo objetivo é compreender a construção subjetiva de futuro produzida por indivíduos em situação de rua, compreendendo, de forma contextualizada, os diversos aspectos psicológicos e sociais relacionados a essa condição. De acordo com as experiências de Schuch e Gehlen (2012b), as pesquisas e o uso de instrumentos metodológicos adequados são decisivos para entender, projetar estratégias de mudanças através de políticas públicas e, a *posteriori*, criar melhores condições para essas PSR.

A pesquisa qualitativa, conforme explica Minayo (1996), é uma das ferramentas mais representativas de investigação de fenômenos da realidade, ainda mais quando estes são fundamentados pelos valores culturais de determinados grupos. Além disso, de acordo com a autora, é importante também para avaliar políticas públicas e sociais.

Em uma perspectiva histórico-cultural, a realidade e a relação ser humano/mundo são entendidas como “mediadas por sistemas simbólicos e pela cultura” (Trindade & Menezes, 2013, p. 147). Assim, para estudar o sujeito é imprescindível analisar e entender as condições sociais, históricas e econômicas nas quais ele está imerso, além das características dos grupos sociais de que faz parte (Zanella, 2004). Ou seja, é incoerente coletar dados sem contextualizá-los com os conteúdos mais holísticos que constituem essa experiência. Em outros termos, é preciso um esforço muito grande do pesquisador, no sentido de extrapolar as formas de significação para compreender o sentido constituído pelo sujeito. Esse acesso se dá a partir da busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram, no plano do sujeito, como motivações, necessidades, interesses (Aguiar, 2011).

De acordo com Souza e Andrada (2013), é nas relações sociais, em que se estabelece um movimento dialético, que o sujeito se apropria de significados e sentidos de forma única. Para

esses autores, o indivíduo e a realidade estão imbricados em um processo mútuo e contínuo de constituição – nesse caso, o indivíduo e o seu contexto: a rua. Suas histórias de vida, ao entrelaçar os tempos passado, presente e futuro, podem constituir dados importantes para o que se propõe estudar. Nas palavras de Argiles (2012), “o relato de cada uma das histórias de vida possibilitará mais uma forma de conhecimento para a criação teórica sobre a realidade que é plurideterminada, incerta, não linear, interativa, histórica e diferenciada” (p. 23).

#### **4.1. Contexto da pesquisa e participantes**

Feira de Santana-Ba é a segunda cidade mais populosa do estado da Bahia, com população estimada em 622 mil habitantes, e está situada a 108 quilômetros da capital Salvador. Sua localização, em um dos principais entroncamentos rodoviários do nordeste brasileiro, facilita a chegada de pessoas de diversas partes do estado e do Brasil. Entre essas pessoas estão as que chegam em busca de melhores condições de vida, mas nem sempre conseguem. Assim, as “dificuldades em custear suas despesas básicas, como moradia e alimentação, são circunstâncias que os levam a ocupar as ruas à espera de conseguir passagem para voltar ao seu município de origem ou para conseguir se manter” (Carvalho *et al.*, 2016, p. 31-32).

Segundo a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, Feira de Santana possui 237 pessoas vivendo em situação de rua (Carvalho *et al.*, 2016). O município conta com programas, serviços, movimentos e associações direcionados a essa população, dentre eles: Consultório de Rua, Centro POP, MNPR, Programa “Corra pro Abraço”, dentre outros.

A presente pesquisa foi realizada na sede do MNPR, núcleo de Feira de Santana-Ba, mas poderia ter sido em quaisquer outros órgãos. A escolha se deu a partir da facilidade e disponibilidade dos responsáveis pelo referido Movimento para colaborar com a realização da pesquisa. Os dados foram coletados nesse espaço, com o intuito de facilitar o acesso às pessoas em situação de rua, além de possibilitar um ambiente mais propício para o encontro com os participantes, visando garantir o sigilo e os procedimentos éticos do estudo. Os quatro participantes da pesquisa foram adultos em situação de rua (três homens e uma mulher), selecionados a partir da disponibilidade e conveniência.



Todos os encontros e entrevistas aconteceram na sede do MNPR de Feira de Santana, por uma sugestão do pesquisador que visou maior conforto dos participantes, tendo em vista a facilidade de acesso que eles têm ao local em que funciona o referido Movimento.

#### **4.2. Procedimentos éticos**

Todo o procedimento de coleta de dados foi realizado dentro dos princípios éticos e humanísticos. O presente trabalho, portanto, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, através da Plataforma Brasil (CAAE: C67259717.0.0000.5686). Além disso, a pesquisa foi autorizada pelos participantes, através da assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO C), que lhes foi entregue pelo pesquisador.

#### **4.3. Instrumentos e Procedimentos de coleta de dados**

A coleta de dados foi feita em duas etapas: a primeira através da utilização de recurso fotográfico e, a segunda, de uma entrevista semiestruturada.

A utilização da produção fotográfica como um dos instrumentos de coleta de dados é importante porque “ajuda a ampliar a constituição do olhar humano de forma infinita, pois as imagens, como processos de criação, aludem a ações de subjetivação e objetivação dos sujeitos sempre em constantes movimentos” (Strapazzon, Santa, Werner & Maheirie, 2008, p. 44).

Esse instrumento fotográfico viabiliza a exploração de outras perspectivas da fotografia, servindo como instrumento de pesquisa para a Psicologia Social, principalmente porque auxilia na “desnaturalização” do cotidiano, propiciando a criação de sentidos do indivíduo a partir dessa subjetivação (Koller & Neiva-Silva, 2002).

Geralmente, a fotografia é utilizada apenas como um produto visual, um apoio, mas, de acordo com Maheirie, Boeing e Pinto (2005), diferentes aspectos podem ser percebidos e identificados por meio da imagem, trazendo novas informações àqueles que a observam. Então, a contribuição da fotografia na ciência é a “sequência de registros qualificados que não pode ser obtida de nenhuma outra forma, servindo como uma espécie de olho sintético, imparcial, capaz de tornar visíveis fenômenos que, de outra forma, não haveríamos conhecido” (p. 215).

O registro fotográfico também pode ajudar no entendimento do que seria a realidade cotidiana das PSR, “E este seria um espaço fecundo para trabalhar a ressignificação dos sujeitos e do lugar que ocupam, ao mesmo tempo em que se objetivaria que estes se reconhecessem enquanto protagonistas de sua própria história, bem como da história da sua coletividade” (Maheirie, Boeing & Pinto, 2005, p. 215). Estudos, como o de Seitz e Strack (2016) apontam que pesquisas que trabalham com câmeras fotográficas são bastante úteis para os usuários com pouca influência ou que não tenham “vozes” nas suas comunidades, como as PSR.

Assim, foram entregues, aos participantes, câmeras fotográficas descartáveis (cada uma com 27 poses coloridas), solicitando que registrassem, no prazo de uma semana, objetos, eventos, situações, indivíduos que estivessem relacionados a sua significação de futuro. Ao final desse processo, atingiu-se o número de 97 fotografias, porém por questões metodológicas, bem como dos objetivos do trabalho e, a partir das fotos que eles consideraram mais importantes, foram selecionadas treze pelo pesquisador<sup>6</sup>.

Para a entrevista semiestruturada, foi elaborado um roteiro básico (ANEXO B), a partir dos objetivos do trabalho, a ser complementado por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista. Para Manzini (2004), esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Nessa entrevista também foram coletadas informações sobre as fotografias registradas, a partir dos relatos dos participantes. Importante frisar também que todas as entrevistas foram gravadas.

Na pesquisa qualitativa de cunho histórico-cultural, a entrevista também é marcada por essa dimensão do social. “Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social” (Freitas, 2002, p. 29). A técnica de entrevista se mostra, portanto, coerente com os aportes teóricos adotados no estudo, visto que enfatizou o processo de compreensão da significação de futuro para pessoas em situação de rua construído ao longo de sua história de vida e no contexto em que vive atualmente.

---

<sup>6</sup> Por questões metodológicas seria inviável analisar as 97 fotografias, portanto foi solicitado aos participantes que eles escolhessem as que mais significativas. Destas, as 13 que mais se relacionavam com os objetivos do trabalho, foram selecionadas pelo pesquisador.

#### 4.4. Procedimento da análise de dados

As análises dos dados foram desenvolvidas de forma ampla, não apenas limitadas às falas dos entrevistados, mas articuladas com o contexto social e histórico, buscando a compreensão do sujeito na sua totalidade, como defendem Aguiar e Ozella (2006). Para esses autores, tal interpretação não pode ser desconectada do contexto que lhes atribui significado, “entendendo aqui como contexto desde a narrativa do sujeito até as condições histórico-sociais que o constituem” (p. 230).

Primeiramente, foi realizada a transcrição literal das entrevistas e os dados de cada participante foram analisados separadamente, sem ajuda de qualquer *software* para transcrever ou categorizar. De acordo com Bauer (2002), o codificador humano não pode ser dispensado, principalmente porque a codificação automática e computadorizada tem mostrado suas limitações e, por isso, é incapaz de substituir a interpretação e sistematização humanas.

Após a transcrição das conversações, foram realizadas intensas leituras do material coletado (Gibbs, 2009), cujo intuito foi selecionar categorias através do agrupamento das unidades de registro, de acordo com a equivalência do conteúdo. Faz-se necessário frisar que todas essas categorias foram estruturadas de acordo com os objetivos da pesquisa (Bauer, 2002), entrelaçados com a fundamentação teórica e a literatura pesquisada.

Esse referencial de codificação é um conjunto de questões (códigos) do qual o codificador extrai respostas, a partir de um todo. A codificação, dessa forma, é um modo de categorizar o texto para “estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele” (Gibbs, 2009, p. 60). E esses conteúdos devem ser “entendidos assim menos pela frequência e mais por ser aqueles que motivam, geram emoções e envolvimento” (Aguiar, 2011, p. 135). Segundo Bauer (2002), “embora o *corpus* de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, [essa análise] interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa” (p. 199).

Essa técnica, portanto, consiste em “identificar uma ou mais passagens do texto que exemplifique alguma ideia temática e, em seguida, atrelá-las a um código” (Gibbs, 2009, p. 77). Não obstante, a apreensão dos sentidos não significa captar uma resposta única, coesa, completa, “mas expressões muitas vezes parciais, prenes de contradições, muitas vezes não significadas pelo sujeito, mas que nos apresentam indicadores das formas de ser do sujeito, de processos vividos por ele” (Aguiar & Ozella, 2013, p. 307).

Isso significa que essa classificação das passagens do texto não é fortuita, visto que envolve um “processo deliberado e refletido de categorização do conteúdo do texto” (Gibbs, 2009, p. 60). Segundo esse autor, nessa análise qualitativa, os sentidos dos participantes também podem ser codificados, por exemplo: que conceitos, valores, normas, os participantes usam para entender seu mundo e orientar suas ações? “Que sentido ou significado para os participantes, como eles interpretam os eventos, quais são seus sentimentos? Quais símbolos as pessoas usam para entender sua situação?” (Gibbs, 2009, p. 69).

Faz-se necessário frisar que todo o processo de análise das fotografias também foi realizado através das categorias extraídas da entrevista. No roteiro básico da entrevista semiestruturada (ANEXO B) também houve perguntas a partir da explicação sobre todos os registros fotográficos que os participantes fizeram, o que possibilitou a extração de categorias fundamentadas nos relatos.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das “categorias” – ou “códigos descritivos” (Gibbs, 2009) – extraídas das entrevistas, os dados de cada participante da pesquisa foram discutidos individualmente e, em seguida, as significações de futuro analisadas em conjunto.

Contudo, não se pode esquecer que essas significações não podem ser analisadas de forma isolada, até porque “o ser humano é uma ‘produção social’ na qual participa na condição de sujeito” (Pino, 1993, p. 17). Ou seja, “as lembranças e os significados revelados pelos indivíduos são compreendidos como construções sociais orientadas a partir do lugar em que eles se posicionam e onde mantém relações intersubjetivas” (Sousa, 2012, p. 126). Nossa tarefa como pesquisadores, portanto, “não é tentar isolar o fato a ser analisado, buscá-lo no seu estado puro. Nossa tarefa é sim apreendê-lo em seu movimento, em seu processo de constituição, incluindo aí as determinações que lhe são constitutivas” (Aguilar, 2011, p. 134).

Nesta seção, após a descrição resumida dos dados sociodemográficos, são apresentadas as trajetórias dos quatro participantes, a partir do período em que começaram a viver em situação de rua até o momento da entrevista. Em cada uma dessas trajetórias, são abordados, sempre a partir da percepção dos participantes: os motivos que os levaram a estar em situação de rua; os aspectos positivos e negativos dessa situação; e as estratégias que utilizam para sobreviver nas ruas. Cabe frisar que, em cada caso, foi criada uma Linha do Tempo, apresentada nas Considerações Finais, referente à trajetória na situação de rua para melhor organizar os discursos temporais, a partir dos fatores analisados.

Em um segundo momento, expõe-se a percepção dos participantes sobre os princípios norteadores dos serviços que atendem PSR, já que se pretende identificar se estão imbricados na significação de futuro dos participantes. Por fim, são analisadas as significações sobre o futuro. Estas estão organizadas e analisadas em sete categorias (Significações pautadas em Casa/moradia, Significações pautadas na constituição de família, Significações pautadas no estudo, Significações pautadas em emprego/profissão, Significações pautadas na garantia de direitos, Significações pautadas na ajuda divina e Significações pautadas no altruísmo), elaboradas a partir das falas dos participantes e orientadas pelos objetivos do trabalho.

## 5.1. Dados sociodemográficos dos participantes

A tabela 1, exposta abaixo, apresenta um breve resumo dos dados sociodemográficos dos participantes (três homens e uma mulher)<sup>7</sup>, coletados em entrevista realizada com eles.

Tabela 1: Dados sociodemográficos dos participantes

Nome	Idade	Cor <sup>7</sup>	Escolaridade	Profissão	Situação ocupacional	Renda	Estado civil	Filhos/ Quantidade	Tempo na rua	Contato com a família
Pedro	26 anos	Pardo	Ensino fundamental incompleto	---	Flanelinha	Diária de R\$ 40,00	Solteiro	Não	10 anos	Sim, com a mãe e irmãos
Alan	33 anos	Pardo	Ensino fundamental incompleto	Jardineiro	Educador	Mensal de R\$ 800,00	Solteiro	Não	15 anos	Com a mãe e a irmã
Moisés	39 anos	Preto	Ensino médio completo	Soldador	Flanelinha	Mensal de R\$ 85,00 (PBF)	Divorciado	Sim 2	10 anos	Com os filhos
Joana	32 anos	Parda	Ensino fundamental incompleto Cursa a 6ª série	Auxiliar de serviços gerais	Auxiliar de serviços gerais	Mensal de R\$ 880,00	Solteira	Sim 6	12 anos	Filhos e irmão

### 5.1.1. Trajetória de Pedro

Pedro, uma das 237 pessoas vivendo em situação de rua, em Feira de Santana-Ba<sup>8</sup>, é um jovem-adulto de 26 anos, autodeclarado pardo, com ensino fundamental incompleto. Há cerca de 10 anos está em situação de rua, mas mantém contato com seus familiares que residem na mesma cidade. Não tem uma profissão definida, mas já exerceu várias atividades laborativas e, atualmente, trabalha como flanelinha. Sua renda diária tem uma média de R\$ 40,00. Vive com uma companheira, mas não tem filhos.

<sup>7</sup> Por questões éticas, todos os quatro nomes dos participantes são fictícios.

<sup>8</sup> Segundo a pesquisa de Carvalho *et al* (2016).

### ***Motivos que o levaram a estar em situação de rua***

Pedro relata problemas na relação com o padrasto, em função das agressões perpetradas contra sua mãe: “*Já cheguei lá e ele bebendo, batendo em minha mãe. Aí, o bicho pegou para o lado dele! Nesse dia foi uma onda da porra... Eu tomei raiva da cara dele*”.<sup>9</sup> Esse fator familiar foi preponderante para leva-lo às ruas, somado ao envolvimento com drogas: “*O vínculo familiar junto com as drogas, o pior de tudo foi se afastar da família. Depois entrei nas drogas*”.

Sobre esse aspecto, é importante frisar que as drogas lícitas e ilícitas comumente fazem parte da realidade das ruas, “seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua” (Costa, 2005, p. 9). Além disso, ainda podem causar um efeito profundo na percepção temporal, visto que “as preocupações com o passado e o futuro e a racionalidade são suspensas, ao passo que os olhos da mente se voltam para dentro, para um presente sem limites” (Zimbardo & Boyd, 2009, p. 112). Assim, segundo esses autores, o uso de drogas acaba sendo um fator inibidor para o desenvolvimento de uma orientação para o futuro, visto que, sem estabilidade e harmonia no presente, “as pessoas não terão condições de fazer previsões razoáveis sobre as consequências futuras de seus atos” (p. 102).

Essas vivências, nas quais o sujeito e o contexto sociocultural se constituem mutuamente vão reverberar, portanto, no processo de significação que as PSR constroem sobre o futuro. Mas é importante destacar que as perspectivas temporais não são determinadas pela natureza ou por “alguma espécie de operador do relógio cósmico, mas são maneiras que aprendemos ao nos relacionar com nossos ambientes físicos, biológicos, sociais e culturais” (Zimbardo & Boyd, 2009, p. 119). Destarte, para ter acesso às crenças e às expectativas em relação ao futuro de Pedro é indispensável apreender o que acontece no presente, nas suas formas de pensar, sentir, agir.

### ***Estratégias de sobrevivência nas ruas***

Pedro trabalha atualmente como guardador de carros (flanelinha), corroborando os dados de uma pesquisa de âmbito nacional sobre a população em situação de rua (Brasil, 2008c), a qual mostra que cerca de 70% das pessoas que compõem essa população possuem atividade

---

<sup>9</sup> Neste, e em todos os excertos extraídos das entrevistas foi preservado ao máximo o discurso *ipsis litteris* do entrevistado, exceto por alguns ajustes gramaticais a fim de evitar dubiedades para o leitor.

remunerada. Em relação ao seu labor diário, ele diz o seguinte: “(...) vou e fico no serviço olhando “meus carros”, aí começa a encostar os carros quando dá umas nove horas”.

De acordo com dados da literatura, as PSR mantêm o trabalho regular como principal referência material, psicológica e cultural de sobrevivência. E, mesmo sendo essas atividades bastante precárias (mendicância, catar materiais recicláveis, lavar, manobrar e vigiar carros, bicos em serviços especializados, trabalho sem carteira assinada na construção civil), são elas que garantem a sobrevivência dessas pessoas (Amaral, 2010). Todavia, existe um fator importante a ser destacado. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), “flanelinha” já é considerada oficialmente uma ocupação, enquadrando-se no eixo “Outros trabalhadores de serviços diversos” do referido código. A CBO classifica como: Flanelinha; Guardador autônomo de veículos; Guardador de carro ou Orientador de tráfego para estacionamento (Código 5199-25).

Ainda sobre o fator trabalho, existe um paradoxo atualmente no Brasil: “se, por um lado, esse grupo populacional não tem acesso ao trabalho assalariado ou outra forma de trabalho que assegure o acesso às políticas de proteção social aos trabalhadores” (Silva, 2006, p. 142), por outro, não tem garantia de direitos sociais voltados a essa questão laborativa porque não são incapazes. Ainda segundo essa autora, essas pessoas “enfrentam uma degradação crescente da vida, em face da pobreza extrema e da ausência de proteção social” (Silva, 2006, p. 143).

Em Feira de Santana-Ba, no dia 05 de novembro de 2014, foi instituída a Lei Nº 3482/2014, que trata da Política Municipal para a População em Situação de Rua. O seu Art. 5º, inciso XII, diz o seguinte: “disponibilizar programa de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho ou geração de renda” (p. 3). Não obstante essa determinação, tais ações ainda estão longe de serem efetivadas na realidade.

Pedro também descreve outras estratégias que utiliza nas ruas, como buscar um lugar para ter melhor alimentação, ou uma forma dele custear: “Às vezes eu vou almoçar no centro, no restaurante de dois reais, mas eu já descobri uma mulher que é mais comida, mais carne, mas é quatro reais, agora em outro lugar”. Frisa também a tática de dormir em local estratégico por onde ele sabe que as pessoas que fazem doações vão passar: “Quando dá umas cinco e meia pra seis horas todo mundo pega o beco, vai para sua quebrada e fica sentado ou deitado. Então, só conversando e esperando chegar as doações”.



E finalmente, ainda cita sobre a estratégia que utiliza para não ficar sem tomar banho: “*Se eu dormir na rua eu vou lá na Queimadinha [Bairro no qual ele trabalha] tomo um banho, troco de roupa [no banheiro público]*”. Ao contrário do que se pensa, “o povo da rua se preocupa com cuidados pessoais, principalmente com o banho diário. Mantém nas ruas hábitos de higienização convencionalmente adquiridos” (Kunz, Heckert & Carvalho, 2014, p. 937).

### ***Aspectos positivos de estar em situação de rua***

No tocante às formas de configuração do pensar, sentir e agir na exclusão, Sawaia (2014) mostra que existem os que resistem à exclusão, sabem que são excluídos, querem sair dela e desenvolvem potência de ação para tanto; há os que se subjugam à exclusão, sabem que são excluídos, querem sair, mas afirmam que não podem; há até os que falam que não querem sair da situação atual, porque ela é boa. Sobre esse aspecto, Pedro também consegue identificar algo de positivo nessa situação: “*Se a rua tem algo de bom? Um bocado! Por exemplo: a pessoa não paga água, não paga luz, não paga comida... É tudo fácil, ganha muito dinheiro*”. Mas, apesar desse significado de liberdade e de “isenção” de responsabilidade como uma nuance positiva de vida nas ruas, seu discurso acentua, consideravelmente, os aspectos negativos.

### ***Aspectos negativos de estar em situação de rua***

A humilhação sofrida impede essas pessoas de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social, “a categoria à qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros” (Sawaia, 2014, p. 69). Essa afirmação de Sawaia é corroborada pelo relato de Pedro:

*O ruim é que você é roubado pelos próprios moradores de rua. Tem vez que um está bebendo mais que o outro, mais alterado e já quer alterar, aí você já começa a arranjar uns inimigos porque você também não come reggae, e vai indo as coisas. Por isso que não para de morrer gente e a pessoa não para de criar inimigo!*

Em relação ao aspecto mais negativo que tem de viver nas ruas, Pedro é categórico:

*(...) é a discriminação e a violência. (...) Eu já tive velho, o dinheiro na mão do meu aluguel, eu e essa mulher aí [referindo-se a companheira dele que estava*

no mesmo local, porém em outra sala]. *Nós rodou, nós rodou, na rodovia. Teve um lugar que teve mais casa para alugar e a mulher disse que a casa estava reformando... Às vezes, tem gente que não quer alugar a casa à pessoa entendeu?, pela aparência, pelo jeito... Só que dessa vez eu vou botar ela para ir só, (...) depois eu chego. (...) O povo discrimina muito a aparência das outras pessoas.*

O preconceito e o estigma social que atingem a população em situação de rua constituem outro ângulo de explicação para essa completa vulnerabilidade e falta de proteção social (Silva, 2006). Em casos como este, “a aquisição da identidade é problematizada pelo forte sentido de discriminação, vivido diariamente sob a forma da humilhação (...), como cidadãos de segunda categoria” (Sawaia, 2014, p. 135). Pedro também se coloca nessa posição de inferioridade, pois o sentido que ele elabora sobre o preconceito está articulado com os aspectos históricos e sociais concretos, mediatizados através dos sistemas simbólicos da linguagem e da cultura – por isso, decide não aparecer na negociação do aluguel para evitar atrapalhar a transação: “*Às vezes, tem gente que não quer alugar a casa à pessoa entendeu?, pela aparência, pelo jeito... Só que dessa vez eu vou botar ela [a companheira] para ir só, (...) depois eu chego*”.

E a resposta da sociedade para quem não se enquadra nos seus parâmetros é o estigma: vagabundo, malandro, vadio; ele é o outro, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado. No entanto, a PSR assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004).

Sobre a violência, Pedro evidencia que os infortúnios que sofreu/vivenciou foram perpetrados, paradoxalmente, por atores que deveriam garantir verdadeiramente a ordem pública. Ele diz:

*A violência que eu falo é (...) sobre a parte da polícia também... Segurança, vigilante, tudo descarado! (...) quebrando todo mundo no pau. Quando vem saber que Chico não é Francisco, o pau já quebrou.*

Viver nas ruas quase sempre significa estar em risco, principalmente pelo fato de ser alvo constante de “agressões inesperadas vindas de setores preconceituosos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança” (Costa, 2002, p. 10-11).

Sobre a violência nas ruas, existe um Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo governo federal, em 2005, que retrata sobre essa temática. As PSR presentes ao evento, entrevistadas pelo MDS, apontaram vários relatos sobre a violência nas

ruas. Essa violência materializa o preconceito e a intolerância da sociedade em geral, mas também se concretiza pela ação do Estado, por meio da ação da repressão policial nas ruas. Compreende-se que é preciso fazer um enfrentamento dos crimes cometidos contra esse segmento, que permanecem impunes (Silva, 2006).

### **5.1.2. Trajetória de Alan**

Alan tem 33 anos, autodeclarado pardo, e possui o ensino fundamental incompleto. Há 15 anos se encontra em situação de rua. Tem a jardinagem como profissão, porém, atualmente, trabalha como educador do núcleo do Programa “Corra pro Abraço”, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, cuja renda mensal é de R\$ 800,00. É solteiro, sem filhos, possui vínculos com a mãe e a irmã.

#### ***Motivos que o levaram a estar em situação de rua***

Dos quatro participantes entrevistados, Alan é o que se encontra há mais tempo nas ruas, e o que mais precocemente abandonou a família para estar em situação de rua. De acordo com seu relato, os fatos mais significativos se referem à descoberta de ter sido abandonado pela mãe e entregue a uma família substituta, bem como ter sido agredido física e psicologicamente pela mãe adotiva:

*Minha família de criação... eu lembrava que era judiado, (...) porque às vezes eu apanhava até no lugar do meu irmão de criação. Ele ia jogar bola, pulava o muro e quem apanhava era eu... Uma vez eu falei com ela (mãe adotiva): “Por que eu?” Ela dizia: “Porque você está aqui sendo cuidado por mim, eu achei que deveria te bater e bati”.*

Importante salientar que essa vacância afetiva que deve ser provida pela família pode encontrar amparo em outras instâncias, no caso de Alan, nas ruas. E esse “suporte emocional” ainda pode ser acompanhado do uso de substâncias psicoativas. De acordo com Partis (2003), cientista do Reino Unido que pesquisou sobre as PSR de Londres, em função dessas experiências negativas com familiares, baixas condições econômicas e abusos de todos os tipos, essas pessoas geralmente perdem o propósito de suas vidas e “tentam escapar de seus problemas através de ‘muletas emocionais’, como álcool e drogas” (p. 16).

Obviamente não existe uma relação direta, determinista, linear entre a vivência de conflitos familiares e a busca por refúgios nas ruas. De acordo com as análises de Barros (2012), “a constituição social da subjetividade não corresponde a uma transposição mecânica de situações “externas” a situações ‘internas’, fato que homogeneizaria todos aqueles que compartilham de uma mesma trama de relações em um determinado contexto” (p. 143). Entrementes, no caso de Alan, os vínculos familiares fragilizados e rompidos, somados à dependência química, constituíram fatores percebidos por ele como importantes motivos para viver na rua:

*Na verdade, eu fui dado para ser criado por outra família, e eu não entendia porque eu fui dado por outra família, né? (...). Nessa fase da adolescência acabei me envolvendo nas drogas, (...) entrei em depressões, e algumas coisas relacionadas ao vício (...). Eu achava que iria sair das drogas, (...) mas de repente a droga vai e te domina e aí não tem mais como sair, você dá o primeiro gole já era. Começou com a minha própria mãe (adotiva), ela já bebia, fazia coquetel, mandava eu comprar ‘51’ e outras coisas, aí o meu primeiro gole foi escondido. Eu fico com isso na mente: como foi que eu comecei a beber? Aí eu me lembro que foi dentro da minha casa.*

Faz-se necessário frisar que em quase todo o discurso de Alan, está presente essa fragilidade dos vínculos familiares, fazendo com que ele buscasse nas ruas essa referência. Assim, “a rede de vínculos construída na rua passa a ser uma referência progressiva para aquele indivíduo, e sua vinculação à rua passa a ser mais forte que outros laços construídos outrora, em outros espaços” (Brasil, 2011a, p. 24). Sobre esse aspecto, Vieira, Bezerra e Rosa (2004) asseveram que essa debilidade afetiva impede a perspectiva de futuro. De acordo com esses autores, “a falta de convivência com o grupo familiar e a precariedade de outras referências de apoio afetivo e social fazem com que esses indivíduos se encontrem, de certa maneira, impedidos de estabelecer projetos de vida e até de resgatar uma imagem positiva de si mesmos” (p. 155).

### ***Estratégias de sobrevivência nas ruas***

Além de discursos deterministas sobre o que leva a pessoa a estar em situação de rua, outra falácia é a naturalização e uniformização da vivência nas ruas, como se este espaço fosse um ambiente indiferenciado (Resende, 2012; Vieira, Bezerra & Rosa, 2004). Cada pessoa que se

encontra em situação de rua tem seu espaço demarcado e, frente a isso, utiliza-se de estratégias para sobreviver. Sobre esse aspecto, Alan relata:

*Na rua tem lei, porque se não tiver lei vira vadiagem. Todo mundo é todo mundo? Não! A rua não é todo mundo, a rua tem que ter o seu respeito, suas doutrinas, tipo: tem que varrer a casa, que no meu caso é a cobertura da loja, (...), por exemplo: “Hoje, quem vai varrer a casa, buscar alimento?” (...) aquele que é novo e não foi ainda vai lá buscar, vai fazer o corre lá no lixão do São Roque e em outros, vê se tem carne de sertão lá perdida, quiabo duro que jogaram fora, e aí não pode desviar do caminho, quando chegar lá tem que entregar para todo mundo repartir mesmo que seja pequeno. Não pode ser alto e nem baixo na rua, tem que ser igual, aí (...) eu pensei: “A minha família de criação nunca me ensinou isso e a rua me ensinou que temos que dividir com o irmão”.*

Esse trecho do discurso de Alan mostra que a dinâmica da rua não é aleatória. Nesse caso específico, para fazer parte do grupo é necessário entender esta dinâmica existente, partilhar os pertences e a alimentação, além de fazer parte de uma divisão de trabalho.

Referindo-se ao mesmo discurso de Alan, quando ele frisa que na rua “*Todo mundo [não] é todo mundo*” está entendendo que apesar do sujeito nascer em um meio cultural e social carregado de significações historicamente produzidas, elas são continuamente incorporadas e ressignificadas pelo indivíduo (Zanella & Andrada, 2002). Vygotsky (2007) entende o indivíduo como um ser social, cuja singularidade é constituída a partir de determinada conjuntura social e cultural em que o mesmo está inserido, buscando compreender sua produção de significados nesses contextos.

Sobre outra estratégia de sobrevivência nas ruas, Alan relata que trabalha como educador no Programa “Corra pro Abraço”. Comenta que esse trabalho, além de ocupar sua mente, leva-o a pensar no futuro: “*Tem vezes que eu paro sete ou oito horas da noite, pego das nove e paro as oito, o intuito é ocupar a mente, trabalhar o dia todo para ocupar minha mente. (...) Eu quero dormir, acordar e sempre estar pensando lá na frente*”.

Além dessa percepção, Alan narra sobre a importância do trabalho em sua vida, até mesmo como uma possibilidade de saída das ruas, mas com dignidade:

*Sou de um programa que me chamaram para trabalhar como apoiador. Teve o edital de rua, aí eu consegui passar no edital e coloquei um questionamento nas pessoas responsáveis, perguntei a eles: “Eu estou entrando pela porta da*

*frente ou dos fundos? Vocês estão me vendo como mendigo, ou como? Se vocês estiverem me vendo com esses pensamentos, com esse intuito eu estou fora e não vou trabalhar. Se vocês estão me vendo como um profissional que está ali trabalhando no meio de vocês com o mesmo intuito, passando por currículo e seleção aí eu fico tranquilo”. (...) Eu não quero ser pequeno e nem grande, quero ser igual, (...) e estou tentando ajudar com minhas experiências, fazendo minha rotina, porque esse trabalho vai ajudar o outro e me ajudar também porque eu estou ali sendo espelho e servindo de exemplo.*

O Programa “Corra pro Abraço”<sup>10</sup> foi fundado em 2013 e faz parte da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do Estado da Bahia, cujo objetivo é atingir pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas alocados em áreas de vulnerabilidade socioeconômica (especialmente as PSR), garantindo seus direitos enquanto cidadãos. O trabalho é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que tem como referência o respeito aos modos de vida dessas pessoas, acolhendo-as da forma que se apresentam ao mundo, e trabalham com a perspectiva da redução de danos.

Sob outro enfoque, Alan cita outras estratégias para sobreviver nas ruas, como por exemplo, dormir em grupo, que pode estabelecer às vezes “comunidades temporárias de convivência, as quais garantem em alguma medida uma proteção mútua” (Costa, 2005, p. 11). Para esta autora, o agrupamento torna-se, nesses casos, estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, não sendo fundamental com quem, e sim o ato de se agrupar. Isso é bem evidente nesse trecho:

*A estratégia de dormir em grupo, um sempre dormindo com o olho aberto e o outro fechado, um reversa e o outro dorme, dorme não, cochila, porque na rua a gente não dorme (...). O outro, se sair, avisa antes de sair, (então, a gente) pega a mochila bota embaixo da cabeça. Isso é se prevenir na rua.*

Relata também que essa cautela é para evitar que sofram algum tipo de represália por parte de alguém:

*Se a gente não se previne dessa forma a gente acaba até morrendo pelo nosso próprio irmão, a gente acaba pegando a bomba andando e aí nós prevenimos dessa forma: dormindo sempre em grupo. Quando não dormimos em grupos a gente se maloca em casas abandonadas, nas árvores, a gente se maloca em carro velho, a gente se maloca em tanto lugar.*

---

<sup>10</sup> <http://www.justicasocial.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2018.

Além dessa estratégia de se agrupar, ainda tem uma forma de tentar ludibriar possíveis perpetradores, usando a tática de simular um local para se esconder:

*Às vezes criamos estratégias de esconderijo em lugares que algumas pessoas não conseguem entrar nos buracos e a gente consegue entrar. A gente tem também o intuito de fazer (...) cabana de madeira, mas só de estratégia, a gente faz a cabana e dorme em outro lugar porque algumas pessoas perguntam: “Está dormindo aonde?”, aí falamos que é lá na cabana do viaduto, e não é. Isso é se precaver.*

Todas essas estratégias mostram que as PSR precisam constantemente estar alertas para se precaver e criar situações de sobrevivência nas ruas.

### ***Aspectos positivos de estar em situação de rua***

Para Alan, entre os aspectos positivos de estar em situação de rua há um destaque para o que ele significa como aprendizado e experiência de vida: “A rua ensina a gente a viver das altas e das baixas temperaturas, das doenças, (...) a gente mesmo cria nossas medicações quando estamos tossindo, um cuida do outro”. As aprendizagens relatadas incluem cuidados com a saúde, a partilha dos poucos recursos e o cuidado entre os “irmãos” da rua. Mas, o que ele ressalta como mais importante são os ensinamentos e o apoio de uma pessoa com maior experiência de viver na rua: o “pai velho”, como se vê na fala a seguir:

*Eu comecei a aprender também na rua com uma pessoa que viveu 40 anos na rua, a gente chamava ela lá na rua de “pai velho”, e o meu pai velho me ensinou a lei da rua, que eu não tinha que ser besta, que eu não poderia dar tudo na rua, tinha que deixar o meu: “se você tem um remédio divide no meio, se tem dois dá um, porque você pode sentir dor de cabeça também de madrugada”, e ele foi me ensinando e eu aprendendo e outros irmãos também foi aprendendo, e aí eu fiquei esperto, porque nunca tive o apoio da minha família e nunca tive com quem aprender, então quem me ensinou mais foi ele.*

Outro aspecto positivo refere-se ao fato da união, cumplicidade e confiança existente entre os membros do grupo, conforme seu relato: “Sempre dormimos na “maloca”, em grupo juntos e unidos, um sempre respeitando o outro, um sempre ouvindo o outro, sempre falando a verdade”. Nesse sentido, pode-se inferir que a valorização desses aspectos positivos encontrados

na rua está relacionada ao que Alan relata nunca ter encontrado na família e que, segundo ele, constituiu um importante motivo para a sua decisão de viver na rua.

*A rua que fez eu encontrar realmente o motivo que levava outras pessoas a estar na rua (...) foi aí que eu entendi que a rua era muito mais mãe e pai que os próprios pais, que só por que botou no mundo achava que tinha a autonomia de fazer e acontecer, e não era. A rua me ensinou muita coisa boa, coisas que a minha família não me ensinou e não me agregou.*

Essas experiências na rua fez Alan reconhecer que outras pessoas poderiam assumir a função afetiva e educacional no lugar da sua família.

### ***Aspectos negativos de estar em situação de rua***

Por outro lado, o morar na rua expõe a situações de constantes violências. De acordo com Vieira, Bezerra e Rosa (2004), “quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo da polícia ou de denúncias por parte da vizinhança, provocadas por possíveis algazarras, bebedeiras” (p. 58). Sobre esse aspecto, Alan relata o seguinte:

*(Existe) a violência do poder público, da segurança pública mesmo, dos seguranças de rua, os grupos de extermínio, os comerciantes que não entendem que estamos ali na cobertura para dormir. Nós somos muito agredidos à noite.*

Relata também a preocupação com os sumiços de companheiros de rua, já que não se sabe o que pode ter acontecido com eles:

*(...) todo mundo está dentro de casa, mas não está vendo o que está acontecendo na rua, só quem sabe é quem dorme na rua: os espancamentos, as pessoas “sumindo”, saindo e não voltando... Você dorme com um cara aqui do lado quando vai no outro dia o cara não está mais lá, não está com você, a gente fica preocupado, pensando: “Onde é que o cara foi?”.*

Além de discorrer sobre a violência em geral, que acontece no cotidiano das ruas, Alan relata sua experiência pessoal de ter sido espancado por pessoas que, supostamente, deveriam protegê-lo:

*Eu mesmo já fui espancado na rua, minhas costelas fraturadas. Tem pessoas que dizem ser da segurança pública e que era para cuidar da gente, para nos*



*proteger. Eram para chegar dando boa noite, mas a gente sabe que nunca vai acontecer isso, eles já chegam chutando, chamando de vagabundo e mandando colocar a mão na cabeça, dizendo: “Você roubou aonde?”, “Foi você que roubou a loja?”. Isso chama-se “aplicando o fragrante na rua”.*

No documentário “O nome da rua sem porta nem porta voz”, dirigido por Faria (2016), esse discurso de violência sofrida também está presente em algumas falas como a de um senhor em situação de rua: “Tava dormindo, tomei uma paulada na cabeça, começaram a me bater, só sei que me levaram desmaiado para o hospital... uma violência bruta sem necessidade, não precisava disso, eu não tinha feito nada, mas infelizmente o pessoal é muito covarde”. Para Lopes e Mendonça (2009), essas condições de violência e adversidades que as PSR enfrentam cotidianamente são reflexos de “uma tradição cultural e política que permanece, em grande medida, ainda privatista e patriarcal” (p. 49).

Todas essas formas de violência, obviamente, dificultam ou impedem a significação de um futuro longe das ruas. Ainda se referindo a essa temática da violência, Gomes e Santos (2012) sinalizam que, se por um lado existe a naturalização, fazendo com as pessoas não se sensibilizem frente à situação das PSR, por outro há lado existe bastante hostilidade contra esses indivíduos, oportunizando situações de violência: não só a física, mas também a violência da exclusão, como denuncia Alan:

*Porque a sociedade está nos excluindo: de dia a gente tenta correr atrás de uma comida numa boa e não dão; quando alguns colegas da gente acaba roubando para se manter eles dizem que somos vagabundos, que a gente não pede, que a gente não faz nada e acontece. A gente pede, a gente espera amanhecer o dia para fazer nossos “corres” e ninguém nos dá nada, passamos fome e a violência é tanta na rua. Dizem o povo que na rua ninguém é de ninguém, não é verdade... Mas para eles a rua não é de ninguém mesmo não, porque eles nos agride (...).*

E, para Alan, a única saída para superar esses infortúnios é ter fé em Deus, pois seria o único capaz de proteger as PSR: “Nós não somos protegidos é a gente que se protege e Deus, primeiramente”. Em outro trecho ele frisa: “Já fomos muito judiados, mulheres apanhavam às vezes e aí nos perguntamos: ‘Quem é que nos protege, se não for Deus?’”.

### 5.1.3. Trajetória de Moisés

Moisés tem 39 anos, autodeclarado preto, e tem o ensino médio completo. Sua profissão é soldador, mas, apesar de ter experiência na área, nunca fez qualquer curso relacionado a isso. Atualmente trabalha como flanelinha, porém não tem uma estimativa sobre sua renda mensal. O único provento que considera são os R\$ 85,00 que recebe mensalmente, oriundos do Programa Bolsa Família. Há cerca de 10 anos se encontra em situação de rua. É divorciado e tem dois filhos (um rapaz de 18 anos e uma garota de 16) frutos desse antigo relacionamento. Eles moram com a mãe, mas Moisés os visita com frequência.

#### *Motivos que o levaram a estar em situação de rua*

No tocante às circunstâncias que o levaram a estar em situação de rua, Moisés aponta que, desde a infância, já tinha esse contato com as ruas, através das vivências de trabalho infantil, que se iniciou aos sete anos: *“Eu andava nas ruas, eu catava cebola, eu catava tomate e ia vender nas escadas, eu vendia tudo na CEASA, eu fazia minhas bandejas com as verduras e frutas que eu achava caído no chão e vendia”*.

Quando chegou à fase adulta, o uso de substâncias psicoativas e a ruptura do seu relacionamento foram os aspectos facilitadores para viver em situação de rua: *“O que me levou a morar nas ruas a princípio foi o uso das drogas e, por consequência, a separação, porque o uso das drogas fez com que a minha esposa se separasse de mim, então eu fui morar na rua”*.

Além disso, Moisés descreve que chegou a um estágio de dependência do crack sobre a qual não conseguia mais ter controle:

*Até parece que é uma escolha que a gente faz... Eu já me peguei várias vezes, minha mulher me perguntando se eu estava trocando ela pelo crack, porque eu usava crack, mas eu não estava trocando ela pelo crack consciente, porque eu queria ela, mas muita das vezes eu ficava sem usar o crack e aí vinha o período da abstinência que era: você ficar nervoso, você começava a sonhar com a droga, amanhecer o dia com o gosto da droga na boca mesmo sem ter usado a droga (...).*

Essa autorresponsabilização por sua dependência às substâncias psicoativas levou Moisés a se culpabilizar pelo insucesso da sua abstinência:

*E quando eu me deparava eu já estava usando a droga (...). E por vergonha eu não ia para casa, por vergonha de ter usado droga na rua, aí eu ficava com vergonha de voltar para casa, e aí esperava aquele período de tudo se acalmar em casa.*

E a única alternativa que ele encontrou para tentar enfrentar essa dependência foi através do internamento em um centro de recuperação, conforme relata:

*Ou seja, desse jeito eu estava sendo expulso de casa sem perceber, a minha esposa na época gostava de mim, ela queria me ver longe das drogas, tanto que ela conversava com minha mãe para me levar para o centro de recuperações, eu ia, mas não conseguia sair das drogas. Então não foi uma escolha que a gente fez, foi uma consequência dos nossos atos.*

Mas, para romper com este ciclo de dependência é imprescindível uma análise holística repleta de “ações intersetoriais para este segmento populacional, onde sejam consideradas as peculiaridades da cultura da rua” (Bottil *et al*, 2011, p. 173). Moisés não tem dúvidas sobre a ineficácia da internação e tratamento compulsório, em uma instituição que obriga a aderir à religião, como relata a partir de sua experiência vivida:

*Eu aprendi também que o centro de recuperação não estava dando aquele resultado que eu esperava ter, porque eu colocava toda minha expectativa no centro de recuperação. Eu entrava, ficava seis meses, da porta para dentro eu não usava mais nada, só bíblia, culto e oração, mas só que você não usa, não tem mulher e nada, ou seja, você não está sendo tratado, você está sendo obrigado a parar de usar, e enfiam em você o evangelho e mais evangelho sem você querer ou não, e aí você aprende o evangelho de tanto ouvir, mesmo sem querer... A diferença de você aprender e você usar aquilo que você aprendeu tem muita diferença, porque quando você tentar usar algo que você aprendeu sem querer, você acaba ficando sem forças.*

Como defendem Varanda e Adorno (2004), a linha de trabalho ideal para pessoas nessa situação seria através de práticas de redução de danos e riscos sociais, visto que “apontam para possibilidade de intervenções visando à melhoria da saúde nos circuitos de sobrevivência e de acordo com a vida destas pessoas” (p. 67). Moisés também compartilha dessa ideia:

*Eu percebo que é melhor você fazer uma redução (do uso de drogas) ao invés de fazer um choque. Era muito difícil você me ver um final de semana sem tomar uma, hoje eu faço minha redução, se eu vejo que o crack está provocando mau efeito em mim, eu tento reduzir. Eu comecei a fazer uso do*

*crack em 2002, em Fortaleza, que foi quando eu tive o primeiro contato com as ruas, e com o crack também.*

Esse relato leva à suposição de que Moisés, atualmente, consegue ter um certo controle sobre o uso do crack, na medida em que parece ter estabelecido alguns limites para a aceitação dos seus efeitos danosos e é capaz de fazer uma redução, ao perceber a extrapolação desses limites.

### ***Aspectos negativos de estar em situação de rua***

No relato de Moisés, aparecem aspectos negativos de estar em situação de rua que podem indicar significações de sofrimento. Para Sawaia (2014), “é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (p. 99). O primeiro aspecto relatado é a falta de referência em relação à moradia, também apresentado pelos outros entrevistados como um dos maiores problemas: *não ter moradia, você não ter uma referência e nem um endereço, alguém te perguntar onde você mora e você dizer que não tem onde morar.*

Moisés coloca a dificuldade de arrumar um trabalho como mais um aspecto negativo de morar na rua: *Quando a gente mora na rua a gente tem muita dificuldade de sair dela, até mesmo para procurar um trabalho... Você sai para procurar um trabalho e as pessoas te barram porque você não tem um endereço.*

Outro aspecto diz respeito às violências frequentemente vivenciadas e também relatadas pelos outros participantes.

*Esse negócio de violência é tão normal pra gente, toda hora é uma briga, uma facada, tiro, e muito mais. Uma vez eu presenciei uma facada, eu estava conversando com um amigo, aí chegou outro amigo e começou a falar que tinha brigado com um cara, depois disso o cara apareceu, e deu uma facada nele, sorte dele que pegou na “saboneteira”, e a faca entortou, por pouco ele não morreu.*

Nesse caso da violência, Moisés a considera normal em função da frequência com que ocorre esse tipo de infortúnio na rua. É a naturalização da violência. Na pesquisa de Kunz, Heckert e Carvalho (2014) com PSR, as queixas dos entrevistados sobre as situações de violência foram uníssonas. “As queixas sobre espancamentos são inúmeras, as incidências de violações de

direitos são quase uma constante contra esses sujeitos. O povo da rua muitas vezes se cala e não denuncia por medo de represália na calada da noite” (p. 933).

### ***Aspectos positivos de estar em situação de rua***

Ainda assim, a rua possibilita experiências positivas para Moisés. Segundo sua visão sobre esses aspectos positivos, conhecer mais sobre seus direitos e ter acesso à inclusão através de programas sociais é algo que pode contribuir, no futuro, para a concretização daquilo que almeja, que é ter uma casa própria:

*(...) Conhecer o Movimento de rua (MNPR): antes de eu estar na rua, conhecer o Movimento, como as pessoas vivem e o que está por trás do Movimento de rua, como os direitos dos moradores, por exemplo, que eu não sabia.*

De acordo com a declaração de Moisés, ter acesso ao que são os movimentos sociais, como o MNPR foi imprescindível para ele (re)conhecer o acesso aos programas sociais a que tinha direito.

*Hoje eu vejo como algo bom é o (Programa) Bolsa Família que eu recebo todo mês R\$ 85,00, estou (inscrito) no Programa Minha Casa, Minha Vida, estou (inscrito) como uma pessoa em situação de rua.*

Moisés relatou poucos aspectos positivos, talvez em função da precariedade de sua condição atual. Entretanto, nesse pequeno trecho de entrevista, que trata sobre esse aspecto, ele consegue mostrar que é cômico da importância do conhecimento de seus direitos e que, mesmo que esses direitos ainda sejam atualmente inalcançáveis, existe uma possibilidade de mudança, principalmente através do apoio do MNPR. Sobre essas fontes de apoio na luta por reconhecimento e respeito, Oliveira e Feitosa (2016) afirmam que elas “atuam no sentido de garantir ao povo da rua a dignidade de ser devidamente assistido e ter seus direitos garantidos” (p. 241).

### ***Estratégias de sobrevivência nas ruas***

Moisés, mesmo com as dificuldades, apresenta atributos emocionais para (sobre)viver nessa situação: “Eu hoje me deparo em situação de rua, então a partir disso eu tenho que

*procurar uma forma de viver. (...) Estou na rua e sou feliz! Não sou feliz por estar na rua, mas estou lá e sou feliz*". Outrora, Moisés retrata sobre as dificuldades enfrentadas para sair dessa situação de rua, e nesse trecho acima denota um sentimento de felicidade estando nas ruas. Essa inconstância de sentimentos também é uma característica muito presente nas pessoas que vivem nessas condições subalternas. Para a maioria dos entrevistados da pesquisa de Partis (2003), “a experiência de estar sem uma casa e nas ruas foi muito difícil, e seus sentimentos alternaram entre esperança e desesperança” (p. 14).

Sobre essa “forma de viver”, Moisés também disserta sobre as estratégias que utiliza para sobreviver nas ruas. Em relação à alimentação ele diz o seguinte:

*Quantas vezes levantei de madrugada porque eu estava usando droga durante a tarde, (...) e quando chegava pela madrugada eu levantava com fome procurando comida, estava tudo fechado, eu ficava olhando para ver se o carro do lixo não tinha passado, se não tivesse poderia conseguir comida de alguém que estava comendo um lanche e caiu no chão, ou um resto de lanche de alguém que não quis comer todo.*

No que se refere ao trabalho, Moisés frisa que faz “bicos”, visto que, como precisa do dinheiro para sobreviver, não pode escolher muito e, assim, agarra as oportunidades que porventura aparecem:

*Além de flanelinha (...) eu faço um monte de coisa, tudo que aparece eu faço na rua, eu descarrego um caminhão, lavo um carro e tudo mais que apareça, tudo aquilo que rola dinheiro eu estou colado. Eu aprendi a soldar na prática mesmo, sem curso, e incentivei meu filho, e meu irmão a ser serralheiro.*

Essas estratégias mencionadas mostram que, como uma forma de sobreviver diante das situações enfrentadas, as PSR “criam táticas e usam de astúcias para driblar proibições e limites, ressignificando objetos, lugares e usos, bem como produzindo desenhos variados no tecido urbano” (Kunz, Heckert & Carvalho, 2014, p. 924).

#### **5.1.4. Trajetória de Joana**

Joana tem 32 anos, se autodeclara parda, e tem o ensino fundamental incompleto, mas retomou os estudos e está cursando a 6ª série. Está em situação de rua há 12 anos. Sua profissão é auxiliar de serviços gerais, mesma função que desempenha atualmente no Programa “Corra pro

Abraço”, cuja renda mensal é de R\$ 880,00. É solteira, tem seis filhos (dois garotos e quatro meninas), porém não convive com eles, pois foram dados para adoção e, por isso, tem pouco contato com os mesmos. Além dos filhos, o único membro da família com quem possui vínculo familiar é um irmão.

### ***Motivos que a levaram a estar em situação de rua***

As PSR não podem ser analisadas a partir de uma perspectiva unívoca e monocausal. Como garante Sousa (2015), “são múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua” (p. 5). Não obstante, entre essas pessoas existem alguns aspectos similares que as caracterizam: “a passagem por processos de rupturas emocionais e/ou econômicas que as levaram gradativamente a fazer da rua seu espaço de manutenção da vida (...), sendo recorrente em seus relatos a existência de família, cônjuge, moradia e o posterior processo de perdas” (Gomes & Santos, 2012, p. 6). Schuch e Gehlen (2012b) também coadunam com esse entendimento, “Embora a situação de rua seja, de fato, resultado de processos sociais, históricos e subjetivos bastante complexos e multicausais, (...) o início desse processo muitas vezes se dá resultante de ruptura(s) nas dimensões afetiva, profissional, social, familiar” (p. 27).

Foi justamente isso que aconteceu com Joana. O discurso da entrevistada é permeado por elementos que apontam para o sofrimento vivenciado na infância e algumas rupturas vivenciadas no grupo familiar que facilitaram essa chegada às ruas: “*Eu perdi meu pai, aí minha família eu já não era muito próxima porque era filha de criação, aí quando ele (o pai) arranhou outra família eu fui sentindo um afastamento, mas o amor dele superava tudo*”.

Essa fragilidade emocional pela perda do pai pode ter facilitado o uso de substâncias psicoativas: “*Mas depois que eu perdi ele (pai), aí eu comecei nas drogas, com o marido que se drogava, me dava... quando eu vi já tava envolvida*”.

Esse amálgama de experiências negativas contribuiu ainda mais para sair em busca de um refúgio, que acabou encontrando nas ruas:

*E não ia procurar a família atrás de nada, quando ia era pra jogar na cara, esses tipos de coisa, pra brigar. [ia para a rua] e por ali mesmo eu ficava, dormia... No outro dia eu já encostava em outra maloca, e por aí foi indo. (...). Uma coisa vai puxando a outra, eu não saí de casa e fui para rua não, (...)*

*Quando eu dei por mim já me encontrava na rua e muito dependente, bastante dependente, no extremo mesmo.*

Faz-se necessário frisar que essas fragilidades dos vínculos familiares também facilitaram à ida de Joana às ruas.

### ***Aspectos positivos de estar em situação de rua***

Como dito anteriormente, apesar da aparente hostilidade que a rua apresenta, ela pode ter aspectos positivos para algumas pessoas que estão nessa situação; isso se explica com base nas formulações da teoria histórico-cultural, cuja compreensão do mundo ocorre a partir do significado de cada pessoa (Vygotsky, 1996). Nesse sentido, o discurso de Joana caminha na direção de dar um sentido positivo para o sentimento de autonomia que o viver na rua lhe proporciona: *“A gente é dependente de nós mesmos, não tem hora marcada com ninguém, não tem compromisso com ninguém”*.

Além de autonomia e liberdade, também existe o afeto e o acolhimento que recebeu das pessoas que estavam em situação de rua: *“Aí eu fui me afastando, me afastando, e procurando apoio na rua, nos amigos da rua, e aí fui criando aqueles laços com as pessoas que encontrava na rua, que me apoiavam, me abraçavam...”*.

Ela ainda frisa a liberdade que tem vivendo na rua, sem qualquer compromisso, especialmente financeiro: *“Às vezes a gente quer sair daquela situação, tenta hoje, mas amanhã as tentações vêm novamente, e (...) e aquela situação vai tomando conta de você: ‘Pra quê trabalhar, se na rua não vou pagar aluguel?’. Aqui durmo, acordo, tomo café”*.

Pesquisas, como a de Viegas (2013), também mostram que as PSR percebem aspectos positivos na sua condição de vida. Viegas elencou algumas características a partir da percepção dessas próprias pessoas: importante consciência reflexiva crítica acerca de si e do mundo; aprimoramento de determinadas competências; liberdade e a oportunidade de autoconhecimento. Ainda segundo o autor, as PSR são *“capazes de identificar dimensões satisfatórias inerentes à vida na rua, demonstrando que, paralelamente a todas as adversidades vividas, esta pode ser uma experiência com um potencial transformador positivo”* (Viegas, 2013, p. 57).

Em uma pesquisa realizada em Nova Iorque, a amostra incluiu 24 mulheres solteiras em situação de rua, entre 19 e 52 anos. Destas, muitas foram vítimas, no passado, de pobreza, negligência, abuso infantil ou violência doméstica. Contrariando a hipótese inicial da



investigação, proposta pelos autores, a maioria das mulheres em situação de rua entrevistadas descreveram sua experiência de falta de moradia em termos positivos, levando em consideração as realidades de vida que viveram no passado (Styron, Janoff-Bulman & Davidson, 2000).

### *Aspectos negativos de estar em situação de rua*

Existe um estereótipo bastante disseminado de que a PSR é “aquela que está na rua, provavelmente desde sempre, viciada em drogas, sem estudo, e que comete crimes” (Gomes & Santos, 2012, p. 2). Sobre esse estereótipo, Joana frisa: “*Como a gente dorme em praça pública, aí você sabe que a gente não é bem visto pela população: ‘Tá ali porque quer’, mas não sabem no fundo, no fundo, o que é mesmo, não sabem sondar só sabem apontar e julgar*”. Mas os autores supracitados afirmam que quando nos aproximamos desta parcela da população, “fica nítido que este estereótipo não condiz com a realidade. A população em situação de rua é formada de maneira extremamente heterogênea, e a maioria tem emprego” (p. 2).

Além do preconceito, Joana relata algumas experiências de violência perpetrada contra ela e outras pessoas:

*Porque na rua você está sujeito a colocarem fogo em você, a acordar apanhando, acordar morrendo de fome de chegar a lágrima sair, de chegar até pedir e alguém dizer: “Não!”. São várias situações que só no ritmo mesmo, só na hora que está vivendo para dizer o que está sentindo, e o que sabe.*

Ainda descreve o cruel assassinato do seu marido, situação na qual ela e sua filha quase foram mortas também:

*Eu vivo um trauma até hoje, e ainda não consigo dormir direto, que foi a morte de um marido meu. Eles mataram e retalharam todinho, eu só ouvi os tiros e fiquei desesperada. Mataram ele junto de mim, aí eu saí porque o povo mandou eu sair de lá, quando eu saí com a criança no braço e fui para o outro lado eu vi um vulto passar atrás de mim aí eu voltei, porque eles iam matar eu e minha filha também.*

Outros excertos do seu relato revelam a significação que ela constrói sobre a ineficácia, despreparo e paradoxo da intervenção dos atores da segurança pública, demonstrando que aqueles que deveriam proteger acabam sendo os perpetradores da violência:

*Muitas vezes eu apanhei, grávida principalmente, quando eles (os policiais) chegam e estão atrás de quem é, de quem seja, eles chegam e diz: 'É você!', você tem que dar conta. Às vezes você está com uma balinha de crack e eles apontam com um quilo ou dois, sendo que você é usuário; às vezes você não tem nem uma balinha, você tem um pedaço que alguém lhe deu, e eles batem e tiram mesmo a saúde da pessoa. Eles tiraram muitas das vezes a minha saúde até mesmo eu em situação de gravidez.*

No entanto, segundo Costa (2002), essas ações não são aleatórias, mas reflexos de um amálgama de influências socialmente hegemônicas, que fazem com que órgãos de segurança, não apenas deixem de assegurar a essa população a condição de detentora de direitos humanos, e que deveriam ser respeitados, mas também que vejam suas ações como legítimas. Joana corrobora isso no seu discurso: *“A polícia quando chega não acorda, já chega batendo. Não sabe perguntar: “Ei, deixe eu ver se é você mesmo que estou procurando...”, é pau, é murro. Eu mesmo, grávida na rua, várias vezes apanhei de polícia, de ficar roxa e de até botar sangue... horrível”*.

Sobre esse aspecto da violência é necessário destacar que essas práticas acontecem não apenas no âmbito da violência física. Segundo Sawaia (2014), o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, inútil, estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano é um dos sofrimentos mais verbalizados. E para as PSR, por exemplo, não lhes interessam qualquer sobrevivência, mas uma específica, com reconhecimento e dignidade. Até porque um “sofrimento psicossocial também pode redundar em morte biológica” (Sawaia, 2014, p. 104).

### ***Estratégias de sobrevivência nas ruas***

Frente a esses infortúnios supracitados, Joana sinaliza algumas estratégias e recursos simbólicos de sobrevivência nas ruas: *“Ou a gente se torna uma pessoa agressiva pra aquela outra começar a respeitar, ou a gente vira chinelo na mão, está entendendo? Então é a dinâmica da rua”*. Ao informar sobre essa “dinâmica da rua”, nota-se um indicador de significações que demonstra a importância que a forma como ela vive nas ruas pode determinar seu futuro. Em outro trecho ela relata que quando estava grávida utilizava do recurso da mendicância para comer e para usar drogas: *“Eu grávida sentava na porta do restaurante, se tivesse faltando comida para*

*mim eu (...) não tinha vergonha de pedir. Agora também não me esbanjei para o outro lado (roubo), até mesmo para sustentar o meu vício eu tinha que pedir, muitas vezes eu pedia”.*

A entrevistada também detalha outras situações relacionadas aos filhos. Ela se sentiu incapaz de cuidar dos filhos na rua e preferiu entregá-los para outras famílias criarem: *“Perdi meus filhos. Só não perdi para o juizado porque fui mais ligeira e procurei logo outras famílias que pudesse dar carinho e amor a eles e entreguei, ou então eu tinha perdido para o juizado e seria pior para mim”.* Desta forma, Joana traz à tona algo marcante em sua trajetória que é o sentimento de culpa pela sua situação atual e pela perda dos filhos: *“O verdadeiro culpado sempre foi eu mesmo, sempre foi. Então não queria culpar e não queria que ninguém fizesse nada por mim enquanto eu mesma não acordasse e procurasse minha própria ajuda”.*

A literatura mostra que as PSR geralmente se culpam pela situação em que se encontram (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004). Joana continua: *“Eu até me cobro às vezes, porque eu fui uma pessoa que fui adotada e tive que fazer com que meus filhos fossem adotados também. Eu me cobro isso o tempo todo, mas são coisas que só Deus sabe”.* O sujeito então é “responsabilizado e estigmatizado a partir de elementos que fazem parte da própria estrutura do sistema socioeconômico (...), mas que dentro da lógica meritocrática, são considerados elementos determinados pelo esforço individual de cada um” (Oliveira & Feitosa, 2016, p. 229).

## **5.2. Princípios norteadores das práticas institucionais**

De acordo com as conclusões de Mendonça (2006), “é muito claro o fato de que as instituições trabalham imersas na subjetividade social dominante, representando morador de rua como alguém fracassado e indigno de confiança” (p.100). Para Machado (2017), talvez isso aconteça em função da transferência de responsabilidade da própria marginalização para as PSR, escondendo as inúmeras violações de direitos sofridas antes de sua situação atual.

E essa marginalização sofrida reiteradamente ocorre, principalmente, devido à falta de acesso às políticas de trabalho e renda, educação, saúde, habitação, assistência social (Machado, 2017). Para este autor, “a situação de rua evidencia o acirramento das desigualdades sociais e implica a não efetividade das políticas públicas na vida desta população” (p. 23).

Entretanto, não basta apenas criar políticas públicas, é preciso que elas sejam regidas e executadas frente às demandas desta população (Machado, 2017). Prates (2017) concorda com

essa análise ao afirmar que “o primeiro passo para a formulação de uma política pública é identificar o público alvo e o grau de vulnerabilidade em que se encontra, para então pensar políticas específicas, a partir de realidades específicas” (p. 93). Para este autor, isso certamente vai garantir um resultado mais efetivo na execução dessas políticas.

Nas entrevistas com os participantes deste estudo, as políticas públicas mais destacadas por eles foram as de cunho social, mais especificamente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o Centro POP. Neste sentido, as diretrizes desse Centro focalizam o acompanhamento do indivíduo paulatinamente, visando a possibilidade de construção de novos projetos de vida, de acordo com sua demanda e realidade, bem como a “oferta da reinserção familiar e/ou comunitária, contribuindo para a autonomia do sujeito” (Machado, 2017, p. 25).

Pensa-se que a maneira como os participantes se apropriam desses princípios norteadores das instituições direcionadas às PSR (como o Centro POP) estará, de alguma forma, presente nas significações de futuro construídas pelos participantes. Assim, procurou-se analisar as percepções de cada um dos quatro participantes sobre as políticas públicas direcionadas à população em situação de rua e sobre as instituições responsáveis por sua execução.

### ***Pedro***

O I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua realizado em 2005 discutiu os desafios de traçar estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas. Silva (2006) explicita, a partir do relatório produzido nesse encontro, alguns temas presentes nas falas das PSR: preconceito, não reconhecimento das PSR como sujeitos de direitos; falta de capacitação, de compromisso e de habilidade dos servidores públicos para lidar com elas; inadequação dos programas sociais municipais e federais; falta de articulação entre as políticas sociais.

Pedro fala sobre as políticas públicas e as instâncias governamentais: “*A minha maior dificuldade... Eu não vou botar do meu dia a dia não, eu vou botar da minha vida: é o governo municipal de Feira de Santana. (...) Esse povo aí, ninguém me ajudou*”. E relata também sobre sua participação na Conferência Municipal da Assistência Social:

*(...) E vem outra conferência aí de novo. Está entendendo? Na primeira conferência eu fui parar em Salvador... Quem votou em mim não foi a maloca da rua não, quem votou em mim foi os assistentes sociais, os delegados, os*

*psicólogos, mais de cem pessoas. Eu sou o segundo colocado no meio de um monte de gente experiente, eu sem experiência nenhuma, só falei a verdade e o povo achou que eu falei alguma verdade com propriedade do que eu estava falando e me elegeram para ir para Salvador, participar do primeiro municipal de Salvador. Chegou lá em Salvador eles me deram uns papéis desse para fazer umas noções, tinha gente de outro município que não ia nem votar neles. Queriam votar em mim, mas só que eu não me candidatei, que eles fazem uma jogada deles lá de marketing, e aí quando eu vim dessa conferência todo mundo deu as costas; e eu estava sóbrio como estou andando agora fora de drogas e esses negócios.*

Não obstante, faz-se necessário destacar que Pedro não se mostra subserviente a essas dificuldades impostas, com destaque para seu protagonismo:

*(...) que nem essa conferência que vai vim agora. Eu vou contar minha vida, da saga para cá, que eles não fizeram nada por mim. Eles vão falar o que? Eles não vão ter como abrir a boca para falar: “Nós cuidou de você Pedro!” Vão ter algum argumento para eles? “Ô Pedro nós te botou dentro de um aluguel, nós corremos atrás de você para você ganhar sua casa”. E vai ter como falar isso assim? Porque eles não fizeram nada. Então me perguntaram esses dias: “Pedro! Você está estudando para a conferência?” Eu falei: “Eu vou está estudando pra quê?”.*

*Não estou deixando ninguém dar entrevista em nada, que ninguém está resolvendo nada. Está todo mundo só levando o morador de rua na lábia. Para você vê que está fazendo tanto frio, e nem uma campanha de cobertor eles fizeram para dar para a gente. Cadê? Recebemos doações direto de cobertor, mas não tem a ver com prefeitura, e nem com Centro POP, etc... É falta de interesse deles mesmos, eu falo, aprovo e provo.*

Cabe destacar que, apesar de ser um problema construído histórica e socialmente, Pedro consegue atribuir sentidos diversos de forma ativa ao socialmente estabelecido, demarcando a sua condição de autor, “visto que a relação estabelecida com a cultura é ativa, marcada por movimentos de aceitação, oposição, confronto, indiferença” (Zanella, 2004, p. 133).

Por isso, a perspectiva Histórico-cultural de entendimento da subjetividade humana não ignora a autonomia do indivíduo, ao contrário: nessas relações existe a “oportunidade de os sujeitos reivindicarem para si a responsabilidade de reescreverem as suas próprias histórias e assumirem os caminhos até então traçados” (Dantas, 2008, p. 93).

E Pedro vai mais além, propondo intervenções que significa como indispensáveis para atender as PSR em um futuro imediato:

*Se eu fosse uma pessoa assim: presidente de uma casa de conselho, diretor de assistência social... No mínimo eu ligava para o local que acompanha as pessoas e dizia: “Fulano tem capacidade, está cuidando da sobriedade e ele pode ir além do que ele foi para Salvador, ele pode ir mais além do que isso, vamos cuidar dele, vamos colocar ele dentro de uma casa e vamos agilizar a vida dele”. Ninguém fez isso! (...) E eu estou aqui na mesma, que um mês de aluguel ninguém me deu...*

No que se refere ao direito à moradia, de acordo com Costa (2005), uma política pública voltada a esse público precisa garantir ofertas habitacionais diferenciadas, ou seja, precisa identificar as pessoas em situação de rua como parte de seu público, propondo alternativas de moradia adequadas a sua realidade. E o paradoxo é que, apesar dessa fragilidade dos programas habitacionais, um dos objetivos da Política Municipal para a População em situação de Rua, de acordo com a Lei Municipal de Feira de Santana-Ba (Lei Nº 3482/2014), é: I. Assegurar o acesso amplo e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, habitação, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (Art. 5º).

Esse hiato que há entre o proposto e o efetivado é avassalador. Sobre isso, Silva (2006) propõe que esse tema seja tratado e assumido pelo governo federal, com ética e respeito aos seres humanos que estão nessa condição social e que as políticas traçadas estejam vinculadas a um projeto societário que aponte para a igualdade de condições sociais e não apenas para minorar a dor e o sofrimento causados pela pobreza extrema em que se encontra esse grupo social.

Tal incipiência de políticas públicas (Moura, Ximenes & Sarriera, 2013; Valencio *et al* 2008) retrata as estatísticas da pesquisa nacional com as PSR, ao revelar que 88,5% destas não são amparadas por programas governamentais (Brasil, 2008c).

De acordo com Costa (2005), diante do contexto social contemporâneo e da “gravidade da situação específica de violação de direitos que caracterizam a população em situação de rua, vê-se que o caminho a ser seguido é a implementação de políticas públicas capazes de ampliar a abrangência protetiva do Estado para com esse público” (p. 14).

Frente a essas precariedades, Pedro argumenta que as pessoas que estão nessa situação querem apenas que sejam cumpridos seus direitos mais básicos e fundamentais: “*Quem escutar esse depoimento, [saiba que] o morador de rua, ele não quer milhões, trilhões, prédio, mansão, não! Ele só quer um teto para ele botar a cabeça e saber que é dele mesmo, só isso!*”.

Um dos programas do Governo Federal que deveria facilitar o acesso a essa garantia dos direitos mais básicos como a habitação é o Centro POP. Esse serviço deve ser referência para os usuários, além de “contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência” (CNMP, 2015, p. 19). Entretanto, sobre a possibilidade do Centro POP ajudar, de alguma forma, a concretizar seus planos para o futuro, Pedro foi taxativo: “*Não [ajuda]. Tenho certeza!*”.

Porém, o desgaste é tão grande que, indivíduos que estão nas ruas há mais de três anos, como Pedro, tendem a desconfiar das instituições sociais (Sawaia, 2014), até daquelas que deveriam ser mais efetivas:

*(...) porque você vai na Defensoria. Chega na Defensoria você faz uma queixa, daqui que venha ser tomada uma providência, você já passou dois, três, quatro dias, um mês na rua ainda dormindo, isso a pessoa já lhe matou e tudo, se você brigar! Quem morreu que se fudeu... não é assim não?*

Para Gomes e Santos (2012), fatos como esse demonstram os sérios obstáculos que impedem a garantia dos direitos básicos da população em situação de rua. Até a humanidade deles é negada, “já que sua vida é considerada de menor valor perante as investigações de homicídio e de violência, que na maioria das vezes não se preocupa em indicar autores, apenas em utilizar justificativas carentes de embasamento fático e provas para encerrar o caso” (p. 19).

### **Alan**

Para Alan, o processo de saída das ruas está significativamente atrelado à eficiência das políticas públicas direcionadas às PSR, porém não apenas na inclusão em um programa habitacional, por exemplo, mas de um planejamento direcionado a essas pessoas:

*Tem que ter planejamento para essas pessoas, um propósito, um objetivo, porque as propostas que aparecem são assim: “Você quer ou você não quer?”. Você tem que sair da rua à força, (mas) não tem como você sair (assim) da rua, aí ficam usando esses termos: “Não sai da rua porque não quer”, “A rua é a casa deles”. A rua não é a casa de ninguém, (mas) o que a gente não acha na nossa família, em um parente ou na sociedade a gente acha na rua.*

Com esse discurso, Alan está denunciando que as políticas públicas voltadas a esse público precisam conhecer a realidade das pessoas que moram nas ruas, com o escopo de traçar estratégias e planejamento para elas, sem enquadrá-las no que consideram como referência. Outrossim, essa questão social também mostra a dificuldade sobre a concretização dos direitos do cidadão que está em situação de rua. Lopes e Mendonça (2009) argumentam que, apesar desses direitos sociais existirem através de políticas públicas e em garantias legais, “na prática há enormes dificuldades em se concretizarem em trabalho, moradia e cidadania, isto é, em identidades sociais respeitadas” (p. 56).

Estando cômico disso é que Alan faz essa cobrança:

*O que o poder público deveria fazer como mínimo é a moradia, porque ninguém nasce na rua (...). É contraditório: como você diz que é cidadã ou cidadão de uma cidade e nem isso é garantido? Está muito longe disso acontecer porque se o que ele deveria fazer que é moradia ele não faz, imagina o restante que é dar uma escova de dente e que até isso está difícil achar... Isso faz parte do governo, do poder público, o poder público diz que é favor (...) e na minha linguagem é obrigação, porque são pessoas, trabalhadores contratados pelo município ou pelo estado para garantir o direito dessas pessoas que não tem moradia, não tem trabalho, não tem um cobertor, uma alimentação.*

Nesse discurso, Alan significa cada PSR como um cidadão e, conseqüentemente, como uma pessoa com direitos garantidos por lei. Mas, até mesmo o que deveria ser uma moradia provisória com vistas a concretizar o direito à habitação no futuro, o albergue ou casa de passagem, muitas vezes, não cumpre esse papel, como relata Alan: “*Eu morei quatro meses no abrigo, e é muita regra para a pessoa dormir, ganhar um lençol*”. Sobre esse aspecto, autores como Mattos, Yamaguchi & Domingues (2005) entendem o objetivo do albergue como um elemento de fachada, com punições e regras rigorosas, impossibilitando autonomia e liberdade para pessoas, favorecendo a dependência institucional, sem propor “formas de diálogo com as pessoas em situação de rua para que sejam propostas maneiras efetivas de saída das ruas” (p. 260), além de falhar no que se refere ao processo de saída dessas pessoas das ruas.

Kunz, Heckert e Carvalho (2014) compartilham do mesmo raciocínio, afirmando que os excessos de regras fazem com que esses espaços de albergamento funcionem de forma paradoxal, afastando ao invés de acolher essas pessoas. “Como os abrigos funcionam como espaços de



disciplinarização e controle, com regras e valores que se confrontam àqueles tecidos nas ruas, estes espaços são apropriados de forma restrita pelos moradores de rua” (p. 926).

Sobre o Centro POP, que deveria ser referência na concretização da garantia de direitos, finda por ratificar ainda mais a negligência e descaso, segundo sua própria experiência:

*Hoje, o Centro POP está parecendo um instrumento de violação, porque o Pop dentro do que nos falamos, o intuito do Pop é estabelecer os vínculos cidadãos dessas pessoas vulneráveis, prestar serviços básico, médio ou complexo, como algo para limpeza pessoal, um banho, um médico se tiver com alguma enfermidade, o intuito era esse. Mas hoje não, hoje é uma violação total, a gente tenta correr atrás de um abrigo e não acha, tem que esperar, manda para outro lado, às vezes não consegue, nega, promete e não cumpre.*

*Hoje você vai pedir um conselho e não é escutado direito, não tem um atendimento humanizado como dizem. A gente está lidando com pessoas, pais de famílias que trabalham lá e a gente não consegue um banho saudável porque o banheiro é horrível, mas para os funcionários o banheiro é bom. Tem que ser direitos iguais, né? (...) Na rua a gente come bem melhor do que a (comida) do Pop.*

Alan analisa repressões desse tipo como um repúdio às pessoas que deveriam ser os pilares dessa política. Como conseguir significar um futuro se as demandas mais básicas do presente não estão sendo garantidas?

*Hoje o Pop não serve. O lugar ao invés de nos acolher, nos expulsa, nos comete a violência. O Pop hoje a gente não pode chamar de nossa casa porque lá até a segurança pública entra. Então como é que um equipamento da rede do município que é para agregar as pessoas em situação de rua (...) e os nossos direitos não são cobrados nesse lugar? (...) Temos que pensar em uma nova cara para o Pop. (...) A gente estava se perguntando: “O que é o Pop pra gente mesmo?”, “Pra nós, malocas, o que é o Pop?” Não tem um lugar para tomar banho, para comer, para correr atrás do que (a gente) quer. O Pop serve pra quê?*

### **Moisés**

O estudo das PSR inevitavelmente vai encontrar pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade, pobreza ou extrema pobreza, com poucos direitos sociais garantidos (Amaral, 2010). E através dos discursos dos entrevistados, “podemos apreender os aspectos cognitivos/afetivos/volitivos constitutivos da subjetividade, sem esquecer que tal subjetividade e, portanto, os sentidos produzidos pelos indivíduos são sociais e históricos” (Aguilar, 2011, p. 131).

A assistente social Sandra Moreira Costa, em uma entrevista ao Canal “Universidade Sociedade”, frisa que os profissionais que trabalham com essa temática exigem prioritariamente a primazia do Estado na execução das ações voltadas para essas PSR e que os programas efetivamente funcionem, “já que são direitos e estão instituídos na Constituição Federal, instituído no Decreto 7.053 que é essa Política nacional de inclusão social da população em situação de rua. Então, que eles se efetivem nos programas” (Mecenas, 2017).

Porém, assim como os outros participantes, o discurso de Moisés é sempre de desaprovação sobre os programas destinados a este público, mais especificamente o Centro POP, com que eles têm contato mais direto. Exceto por esse trecho – “*O Centro POP, ele me ajudou em algumas coisas, por exemplo: (inscrição no Programa) Minha Casa, Minha Vida. O Centro POP foi essencial porque através do Centro POP que eu comprovei a minha situação de rua*” – todos os outros excertos da entrevista foram de significações negativas sobre o referido Programa: “*Hoje, eles dizem que o Centro POP é um centro de referência para as pessoas que moram nas ruas, mas quando você fala em referência, você está dizendo: ‘Você está em situação de rua, então a sua referência é o Centro POP’*”.

Não obstante, segundo Moisés não é isso que acontece:

*Quando a gente chegar lá tem que achar todo suporte, porque na verdade a sociedade pensa que é isso, e o Centro POP não [tem] estrutura. Quando você chega lá você tem que lutar pela sua demanda, você vai dizer o que é, qual o seu direito... Lá não tem aquela assistência que era para a pessoa ter, era para eles fazer assim: “você está em situação de rua?, vamos te escutar, analisar a sua realidade...”, apresentar os funcionários que podem nos ajudar. Esse é o trabalho do Centro POP, facilitar a vida dos moradores de rua, e não manter a pessoa em situação de rua. Eles mudaram a visão, porque eles acham que tem que manter a pessoa em situação de rua e alimentar a pessoa, mas eu não quero me manter na rua, eu quero sair.*

Por isso, Moisés defende que o Centro POP deve contribuir para essa saída das ruas, a partir de um projeto que seja construído de acordo com a realidade de cada um:

*Eu me encontro em situação de rua igual à dele, mas não sou igual a ele, e no Centro POP quando aparece alguém (profissional) com essa vontade de fazer a correria para mudar, chega lá e sente a dificuldade, porque o Pop era para ajudar e não dificultar, não meter o pé para atrapalhar.*

Em meio a essas miríades de contradições, Moisés registra duas fotos que evidenciam bem o paradoxo entre o acolhimento e a rejeição. Sobre a Figura 4 ele frisa que “*A porta de entrada da pessoa em situação de rua é o Pop*”. No entanto, mostra, na Figura 5, a negação desse

acolhimento expresso no aviso: “ESTÁ TERMINANTEMENTE PROIBIDO DORMIR NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO POP RUA”, e de caneta uma frase escrita ironicamente por ele: “*Vou deita, mas não vô dormi! (Ass.) Demandatário*”.



Figura 4: Fachada do Centro POP de Feira de Santana-Ba, registrada por Moisés.



Figura 5: Aviso colado pela coordenação no interior das dependências do Centro POP, registrado por Moisés.

Sobre esse aviso, ele explica:

*Eu fui surpreendido com esse aviso... eu na hora eu senti assim... como se estivesse me expulsando de um lugar que eu acharia que era a minha porta de entrada porque o Centro POP já diz, né? Centro de referência especializado para população em situação de rua. Eu como população de rua, eu entendi que ali era pra ser um lugar que eu podia entrar, descansar, deitar, dormir... Ou seja, se eu passei a noite na rua e não consegui dormir (...) por que não ter um lugar que eu possa descansar, dormir? Quando eu vi aquele aviso... uma placa de proibição... Como pode me proibir se aquele lugar tá dizendo que é a porta de entrada? Então eu achei, eu acho isso uma afronta, eu acho isso uma contramão...*

Em outro momento, Moisés explica que a frase que ele escreveu foi um desabafo em função do que considerou como descaso por parte de uma instituição que deveria acolher, não repelir:

*Eu escrevi aquela frase porque eu acho que isso que estão fazendo com a gente é uma brincadeira, então eu respondi à altura... essa é uma foto de indignação... mas é eles que querem, se eles acham que é certo fazer isso (...). Mas eu espero que lá na frente eu possa ver essa foto de uma outra forma, mas por enquanto eu vejo essa foto com muita raiva e desprezo.*

O paradoxo de tudo isso é o fato das diretrizes do Centro POP serem totalmente opostas a essas práticas discriminatórias, devendo até mesmo ter “espaço reservado para a higiene pessoal da população em situação de rua, haja vista, ser a demanda mais urgente destas pessoas, pois escassos são espaços públicos para higiene do dia a dia” (Machado, 2017, p. 25). As orientações técnicas para esse centro de referência, no que se refere aos eixos norteadores da atenção ofertada no serviço são bem claras quanto ao acolhimento em condições de dignidade que se deve prestar às PSR: “O Serviço deve oportunizar espaços e atividades que possam efetivamente contribuir para que o Centro POP se constitua como referência no território para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito” (Brasil, 2011a, p. 67).

### **Joana**

No tocante à relação de Joana com as instituições públicas direcionadas às PSR, suas críticas são contundentes. De acordo com os estudos de Silva (2006), a relação da população em

situação de rua com as políticas sociais é quase inexistente. Ainda segundo essa autora, “não existem políticas sociais no país, na esfera federal, capazes de alcançá-la como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura, impostos pela natureza seletiva destas políticas, é o principal fator de exclusão social da população em situação de rua” (p. 144).

Como forma de protesto e com ironia pela falta de políticas públicas voltadas à área habitacional para PSR, Joana registra a imagem de um monumento de Feira de Santana (Figura 6) e brada: “*O cartão postal de Feira é a maloca*”.



Figura 6: PSR dormindo embaixo de um monumento em Feira de Santana, registrada por Joana.

E, mais especificamente, sobre o Centro POP, que é o serviço mais frequentado por ela, sua experiência permite significar essa instituição como a maior responsável pela perda dos seus filhos: “*Se o Centro POP me desse minha casa que é de direito meu e que o governo está dando aí às pessoas que não tem nem precisão, eu não abriria mão dos meus filhos (...). Se o Pop tivesse feito o papel deles eu não perderia meus filhos*”. Nesse trecho do discurso, Joana reitera sua culpa diante de sua situação atual corroborando ainda mais para simplificar o problema social, colocando-o em uma perspectiva individualizante, ou seja, “tirando o foco da questão estrutural, e reproduzindo preconceitos frente à população em situação de rua” (Machado, 2017, p. 22).

Joana também acredita que o número de pessoas que estão em situação de rua poderia ser bem menor se as incumbências das instituições públicas, como o Centro POP, fossem efetivas:

*Eu, frequentadora do Centro POP, não só eu, como muitas pessoas, aí e há muitos anos, até muito mais tempo do que eu, e o Centro POP pegava o nome das pessoas pra fazer Bolsa família, pra fazer cadastro de Minha Casa, Minha Vida, e nunca saiu nada. Talvez se o Centro POP tivesse me acompanhado de verdade eu estaria com meus filhos e estaria estabilizada. Se eles tivessem me acompanhado de verdade. (...) Se o Centro POP tivesse feito o trabalho dele certo, talvez não teria tanta gente (nas ruas).*

Todavia – confirmando a “lógica meritocrática” (Oliveira & Feitosa, 2016) – Joana atribui também para si a culpabilização por não conseguir sair dessa situação de rua, sem deixar de reconhecer que as condições subumanas também dificultam esse processo:

*Mas também eu “acordei” tarde. Culpa minha, não é de ninguém. Mas assim: um acompanhamento faz sentido de quem mora na rua porque quando a gente mora na rua a gente perde as esperanças, a gente perde o amor de si mesmo, a gente perde tudo, olha aonde a gente chega: mendiga. Vai esperar o quê? Nada. Dali pra pior.*

De acordo com Silva (2006), “a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão” (p. 144). Ainda segundo essa autora, “Os limites de abrangência e de cobertura impostos pela natureza seletiva destas políticas é o principal fator de exclusão social da população em situação de rua de seus atendimentos” (Silva, 2006, p. 144).

A cobertura dessas políticas é ínfima se forem analisadas as diretrizes que regem as leis e o que se concretiza na prática. No Artigo 4, da Lei Municipal de Feira de Santana-Ba (Lei Nº 3482/2014), por exemplo, estão traçadas os seguintes regimentos da Política Municipal para a População em Situação de Rua: I. Promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; II. Responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III. Articulação e coordenação das políticas públicas municipais; IV. Integração das políticas públicas em cada nível de governo; V. Integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução.

Não obstante, o que Joana vivencia na prática destoa totalmente dessas diretrizes supramencionadas:

*O atendimento lá (no Centro POP) não é o dos melhores e parece que cada dia que passa, piora. Um dia dava um cafezinho de manhã, no outro dia não dava. (...) Pra viver naquela situação só quem tá submisso mesmo, mas depois que a gente vai sabendo qual é os nossos direitos, (...) quais são as obrigações do Centro POP com a gente de rua aí a gente vai se apoderando disso, aí a gente vai batendo de frente, tá entendendo? Mas senão, a gente é tratado que nem cachorro, que nem lixo.*

Para Sawaia (2014), é imprescindível refletir sobre os "cuidados" que o Estado tem com seus cidadãos, pois estes são indicadores do (des)compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil.

Ante o exposto, a partir do relato dos participantes se pode inferir que os princípios norteadores das práticas institucionais direcionadas às PSR não apenas deixam de ajudar na concretização desses futuros imaginados, como ainda dificultam essas possibilidades devido à ineficiência desses princípios.

### **5.3. Significações sobre o futuro**

Conforme descrito anteriormente, o discurso dos participantes foi cuidadosamente analisado de forma a identificar as significações construídas sobre o futuro. Estas foram, então, organizadas em sete categorias, em função das questões relatadas como relevantes para a concretização dos futuros imaginados. Assim, os significados se pautaram em: casa/moradia, constituição de família, estudo, emprego/profissão, garantia de direitos, ajuda divina e altruísmo.



Inicialmente, é imprescindível destacar que as significações de futuro relacionadas às expectativas sociais e institucionais foram predominantes nos discursos, mas essas significações frente às condições de desigualdade social não são inadvertidas. A relação dialética entre meio e indivíduo está imbricada de recursos culturalmente desenvolvidos e a Psicologia histórico-cultural “sustenta a natureza social-cultural do homem cujo desenvolvimento implica a apropriação das características humanas e da produção cultural dos homens” (Pino, 1993, p. 17).

Portanto, “aquele/a que está em situação de rua vivencia a marginalização advinda do preconceito socialmente constituído também pelo modo de ser do sistema capitalista que rege a sociedade global e a sociedade brasileira, de modo específico” (Machado, 2017, p. 20). Em síntese, “pode-se dizer que a situação de rua constitui uma afronta à ordem social, em relação a como sobreviver (trabalho), com quem viver (família) e onde viver (casa)” (Mattos, Yamaguchi & Domingues, 2005, p. 257). Ou seja, as pessoas que vivenciam essa situação estão absurdamente destituídas dos seus direitos em comparação às que são “aceitas socialmente” por se adequar aos regimes capitalistas. Inevitavelmente, esses fracionamentos de direitos acabam produzindo diferentes categorias de cidadãos (Reis & Dutra, 2013).

Excluídos do processo de cidadania, somando-se à desvalorização social por não se amoldar aos princípios reproduzidos pelo sistema capitalista, esses indivíduos conclamam pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos brasileiros, direcionados por uma responsabilidade do Estado na promoção de políticas públicas e concretização de justiça social (Alvarez, Alvarenga & Rina, 2009).

Segundo Machado (2017), o reflexo das desigualdades sociais é reproduzido nas vidas das pessoas que estão em situação de rua, isso porque “não há como desvincular o estar na rua com os modos de ser reproduzidos pelo sistema capitalista” (p. 22). A partir desses amálgamas socioeconômicos e histórico-culturais é que as PSR entrevistadas construíram suas significações sobre o futuro.

Segundo análises de Zimbardo e Boyd (2009), “o futuro, assim como o passado, nunca é vivenciado diretamente. É um estado mental construído com nossas esperanças, nossos medos, expectativas e aspirações” (p. 136). Para Vieira, Bezerra e Rosa (2004) é outro o tempo da rua, ele não está controlado pelo relógio. “É possível passar horas assistindo a cidade acontecer. Não há pressa no andar lento e pausado do homem da rua” (p. 100).



Entretanto, a atitude de duas pessoas em relação ao tempo nunca é idêntica (Zimbardo & Boyd, 2009). Por isso, segundo Tacca (2000), “o processo de significação envolve motivações, referências, significados e sentidos no contexto de interações (...), nos diferentes lugares e situações” (p. 41). Além disso, para esta autora, tal processo está implicado nas situações interativas e temporais, erigidas em um momento ontogenético, cultural e histórico.

Quando se fala de expectativa de futuro, portanto, vários fatores podem estar envolvidos na vida de um indivíduo, “como sucesso profissional e financeiro e satisfação pessoal e familiar, entre outros. Além disso, a expectativa de futuro vai estar relacionada não somente a indivíduos na sociedade, mas também a instituições, áreas do conhecimento e ao próprio mundo” (Souza, Pereira, Funck & Formiga, 2013, p. 333).

Para as pessoas que estão em situação de rua existe a possibilidade dessa expectativa? São inegáveis os avanços, em comparação às práticas higienistas de outrora (Brasil, 2008b), contudo, diante do longo caminho percorrido para superar o preconceito, a intolerância, a negação do direito e as práticas assistencialistas (Souza, 2015), como pensar frente ao porvir, se as ações que existem para as PSR são restritas a atenções superficiais (Prates, Prates & Machado, 2011), se elas geralmente têm vivências marcadas pela violência, culpas, uso de substâncias psicoativas, e de sofrimento psíquico (Prates *et al*, 2013), são rotuladas como violentas, criminosas (Moura, Ximenes, Verônica & Sarriera, 2013), são forçadas a assumir, de forma extremamente rígida, o estigma lançado sobre si, sentindo-se fracassado (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004), são sujeitos sem direitos e sem cidadania que não podem parar nem permanecer por muito tempo em lugares públicos (Pizzato, 2012), e quando acontece a “aceitação”, tem os seus direitos mais básicos privados (Giorgetti, 2006)... Então, como significar o futuro sob tais circunstâncias?

Grande parte da literatura pesquisada retrata que as PSR têm uma perspectiva focada no curto-prazo (Doorn, 2010); têm perda de perspectivas de futuro (Viegas, 2013); prezam pelo imediatismo ou possuem uma cronologia irregular (Mattos, 2006); ou não conseguem projetar seu futuro (Mendonça, 2006). Não obstante, de acordo com as análises de Aguiar (2011), “as falas/conteúdos/emoções do sujeito, (...) precisam ser articuladas com o processo histórico que as constitui, com a base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade, para explicitar como o sujeito transformou o social em psicológico e assim constituiu seus sentidos” (p. 137).

No caso do presente trabalho, com base nos dados construídos, é possível afirmar que os participantes significaram seu futuro tanto mediato como imediato, envolvendo aspirações

pautadas em um viver bastante enquadrado nas normas sociais vigentes em nossa sociedade, com o exposto a seguir.

### *Significações pautadas em Casa/moradia*

Inicialmente, uma aspiração presente em todas as categorias é a de querer sair da situação de rua. Para seu futuro, os entrevistados imaginam ter uma condição diferente daquela que têm atualmente, a partir da moradia. Essa categoria de significado foi unânime entre os participantes. Todos eles destacaram a moradia como pré-requisito para ter dignidade no futuro. Pedro, por exemplo, quer viver sua velhice com decência, longe da situação de rua:

*É porque tem uns coroas que vive com a gente aí, e eu não quero ficar na mesma situação que eles né?, velho na rua! Eu quero ter pelo menos uma casa, só um quarto está bom, uma cama, uma televisão, uma geladeira e um sofá pequeno está ótimo. Até eu olhando meu carro dá para sobreviver desse jeito. Só tendo isso aí. Você ver que não é coisa grande que eu estou imaginando!*

Lopes e Mendonça (2009) afirmam que a falta da habitação não se refere apenas ao estorvo de não ter um local para se abrigar, mas, invariavelmente, também na vacância de outros direitos sociais imbricados: “Não consegue um trabalho sem ter como tomar banho, nem pode dar o endereço dos serviços de acolhimento a ‘moradores de rua’ como residência, bem como não tem direito a um cartão de transporte para desempregado, por não ter um endereço fixo” (p. 56). Moisés corrobora essa afirmação: “*Quando a gente mora na rua, a gente tem muita dificuldade de sair dela, até mesmo para procurar um trabalho, você sai para procurar um trabalho e as pessoas te barram porque você não tem um endereço*”.

Por isso ele tem uma expectativa de ser contemplado com uma casa ainda em 2018: “*Eu não tenho muita esperança para um ano não, mas a expectativa que eu estou fazendo é estar na minha casa e com minha família reconstruída, restabelecida, ou seja, essa é a minha meta para esse ano*”.

Pedro também significa seu futuro permeado por esse direito à habitação, porém, ao contrário de Moisés, que constrói uma significação de um futuro imediato, para ele é um futuro em longo prazo. Isso porque sua realidade atual destoa bastante do que espera no futuro mediato:

atualmente dorme com sua companheira na rua ou na casa de passagem (Figura 7), sem a liberdade e a privacidade que almeja, devido à coletividade do espaço dividido (Figuras 8 e 9).



Figura 7: Casa de Passagem na qual Pedro dorme às vezes com sua companheira (em quartos separados), registrada por Pedro.



Figura 8: Refeitório da Casa de Passagem, registrado por Pedro.



Figura 9: Sala de TV da Casa de Passagem, registrada por Pedro.

Alan também entende que a estabilidade da sua vida longe da situação de rua vai depender, dentre outras coisas, da aquisição de uma casa: “*Eu penso muita coisa boa (para o futuro). Eu penso em uma estabilidade de vida boa (...), uma casa fixa*”.

Contudo, mesmo frente às adversidades e dificuldades para se efetuar o que está proposto nas leis, Alan, através de um registro fotográfico, consegue mostrar a possibilidade de um futuro longe das ruas, a partir do cumprimento da garantia de direitos por parte do Estado. Conforme seu relato, a família que ele registrou (Figura 10) conseguiu sair da situação a partir do Programa habitacional do Governo Federal “Minha casa, minha vida”:



Figura 10: Família que estava em situação de rua e agora tem uma casa para morar, registrado por Alan.

*Aqui é o exemplo de vida da família que sai das ruas. Morador de rua, descendente de morador de rua e... está em casa. Superação de vida. História viva. (...) (A casa foi oriunda do Programa) Minha Casa, Minha Vida. (O pai) tem suas recaídas, mas nunca desiste da casinha dele. (...) Exemplo de que a família tem condições de sair das ruas. Ele não maltrata a filhinha como diz o povo, como o conselho tutelar fala. A mãe sofre de transtorno... mas também nunca abandona a família.*

Em outro trecho, Alan também frisa: “(daqui a um ano) *eu penso da minha vida estar estruturada, já com minha casa própria*”. Alan mostra, assim, uma visão mais esperançosa e otimista quanto à possibilidade de conseguir sua casa, através de programas sociais, tomando como exemplo famílias como a da foto que ele apresentou.

Joana também acredita que seu futuro perpassa a garantia de direito à habitação e enfatiza que as instituições públicas deveriam assumir uma responsabilidade no cumprimento desses direitos: “*Se o Centro POP me desse minha casa que é de direito meu (...), eu não abriria mão dos meus filhos*”. Em relação a esse aspecto, suas análises estão condizentes com as diretrizes que regem o Centro POP, no sentido de que “o desenvolvimento do trabalho social no Serviço pressupõe escuta qualificada da demanda de cada usuário, compreendendo sua trajetória de vida em um determinado contexto familiar, social, histórico, econômico e cultural” (Brasil, 2011a, p. 88). Isso significa que essa garantia de direitos perpassa pela elaboração de um Plano de Acompanhamento Individual, junto com os usuários; tal ação é “essencial para guiar a equipe no desenvolvimento do trabalho social no âmbito do Serviço, bem como para delinear, junto aos mesmos, a construção de novas perspectivas de vida” (Brasil, 2011a, p. 88).

### ***Significações pautadas na constituição de família***

De acordo com González Rey (2012), “Vygotsky compreende a psique humana através da articulação entre o social, o cultural e o histórico” (p. 68). Isso quer dizer que não existe nenhum determinismo nem uma sequência linear que leve o indivíduo que outrora vivenciou infortúnios na família a evitar construir outros laços afetivos. E isso pode ser ratificado pelas falas de todos os participantes: Moisés (“*Daqui a dez anos eu quero estar com (...) minha família e minha vida estabelecida*”); Joana (“*Construir uma família, porque a gente sempre fica na esperança de ter uma família, um marido, uma casinha, tomar conta de tudo, essas coisas assim, ter uma vida normal e digna*”); Pedro (“*Daqui a dez anos eu não quero nem falar isso, só quero está com*

*minha vida estabilizada, de boa, com minha mulher sossegado, meu filho”); e Alan (“Ter uma família com uma mulher companheira, uma mulher que eu possa ter meus filhos e o meu trabalho”).*

Como dito anteriormente, apesar de grande parte da literatura frisar que as PSR perdem dimensões como a identidade social, a autoestima, as perspectivas de futuro e o sentido de pertença à sociedade, ou de ser difícil, para essa população, elaborar um projeto pessoal, “uma história, uma biografia, um sentido” (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004, p. 93), ainda assim os participantes conseguem significar e projetar seu futuro mediato, em relação à constituição de uma família.

Com relação a Pedro, a sua imaginação do futuro é baseada em uma estrutura familiar bastante tradicional e até um tanto retrógrada em relação à mulher, conforme trecho abaixo:

*[penso] todos os dias [em sair dessa situação de rua]. Tirar os meus documentos, arranjar um emprego de carteira assinada, sair de manhã e voltar de tarde, minha mulher em casa cozinhando, tudo feito esperando eu chegar, e assim vai a vida. No dia de sábado nós sair para dá um rolé, ir na igreja, no parque, um lugar assim.*

Alan também consegue significar seu futuro em longo prazo, envolvendo a questão familiar: “*Eu penso em uma família estruturada*”. Ele também traça algumas estratégias (apesar de não explicar como seria) para conseguir o que almeja:

*Como meta, (...) eu determinei para minha vida que eu queria um trabalho fixo com carteira assinada e tudo direitinho, uma casa própria e terminar meus estudos, foi essa meta que eu bati para o meu futuro. Eu preciso bater essas três metas e aí eu tenho que correr atrás desse prejuízo.*

Importante destacar que essa constituição de família estruturada que ele almeja perpassa pela condição de ter, primeiramente, uma casa própria, conforme pode-se observar no relato abaixo:

*Eu tendo minha casa própria eu consigo trabalhar, estudar e me estruturar, ter uma família com uma mulher companheira, uma mulher que eu possa ter meus filhos e o meu trabalho que é de onde eu posso tirar minha renda sem está tendo que lavar carro e pedindo moeda.*



Ainda sobre esse quesito família, Joana registra uma fotografia (Figura 11) na qual pode-se observar uma família dormindo na rua, contudo ela vê a situação de rua de uma criança como uma fase que pode ser superada. Talvez pelo seu histórico de sentimento de culpa pelo abandono dos filhos, ela consegue imaginar a possibilidade daquela família criá-lo na rua sem entregá-lo para adoção, como ela fez: *“Lembra muito (...) eu e minha filha. Foi momentos difíceis onde eu não suportei e dei ela para uma família ‘boa’. Não é o caso (desse casal) que tá lutando para ter sua família juntos e (eles não podem) desistir, a união faz a força”*. Isso a faz significar seu futuro ao lado dos filhos:

*Perdi meus filhos, não cheguei a perder pro juizado porque fui mais ligeira do que eles, procurei família que pudesse dar carinho, amor e entreguei, tá entendendo? Até me cobro às vezes: “Eu fui uma pessoa que foi adotada e tive que fazer (com) que meus filhos fossem adotados também”. Eu me cobro isso o tempo todo. (Daqui a dez anos) eu tenho vontade de rever meus filhos. Todos! Antes de morrer. Nem que saiba no leito, em cima da cama. Quero ver todos seis. (Se pudesse resumir futuro em uma palavra seria) Reencontro... Com meus filhos.*



Figura 11: Criança em situação de rua dormindo com sua família, registrada por Joana.

Essa fala de Joana deixa claro que a sua projeção de futuro está fortemente vinculada à reaproximação com os filhos, ao reencontro da família perdida. Em outro excerto, ela também deixa evidente a importância em construir uma família: *“(Quero) construir uma família, porque a*

*gente sempre fica na esperança de ter uma família, um marido, uma casinha, tomar conta de tudo, essas coisas assim, ter uma vida normal e digna”.*

De acordo com a única pesquisa governamental realizada no Brasil sobre o perfil e a caracterização das PSR (Brasil, 2008), os problemas familiares estão entre os três maiores motivos para as pessoas estarem em situação de rua. Mas, apesar desses problemas afetivos com os familiares – também corroborados pelos participantes – todos eles significaram um futuro a partir de uma constituição familiar, ou de uma reconstituição familiar, no caso de Joana.

### ***Significações pautadas no estudo***

Apesar de não ter sido avaliado através do Inventário de Perspectiva do Tempo de Zimbardo (ZTPI) (Zimbardo & Boyd, 1999), a perspectiva do tempo psicológico de Moisés é predominantemente direcionada para o futuro. Ele constantemente relata a expectativa de cursar uma faculdade de Direito: *“Sobre o futuro, tirei a foto da Nassau (Figura 12). Tenho um sonho de ingressar lá. Se eu ganhar uma bolsa pra lá, tá bom, mas eu tô de olho na Universidade (UEFS)”.*



Figura 12: Fachada da Faculdade que Moisés registrou, onde pretende cursar Direito.



Sobre esse sonho ele fala mais:

*Para mim o futuro é infinito. Eu acredito que cada dia que eu realizar um sonho meu, ou alcançar um objetivo, eu sei que eu vou querer alcançar outros objetivos, não tem limites. Agora minha vontade é fazer Direito, e depois, será que eu vou querer parar nesse curso ou vou querer fazer outros? Eu sei que vou começar, mas não sei se vou querer fazer mais outras coisas. Hoje eu quero fazer direito, pegar minha carteira da OAB, e daí é novos sonhos.*

Ainda referente a essa temática, é importante destacar que essa significação de futuro foi sendo construída a partir da vivência nas ruas, como pode ser percebido a partir do seu discurso: “A vontade de estudar novamente e entrar em uma faculdade, ou seja, tudo isso eu despertei na rua, eu costumo dizer para minha família que a gente pensa que tudo está acabado e é aí que a gente começa a descobrir a possibilidade de uma nova vida”.

Não se pode esquecer que Moisés não apresenta quais seriam os caminhos que almeja traçar para alcançar seus objetivos futuros, mas, de qualquer forma, apesar de sua condição de vida atual, consegue significar seu futuro em longo prazo, colocando a educação e a qualificação como caminhos “para uma nova vida”, como portas de saída das ruas.

Apesar de sua condição social atual, Moisés consegue significar e projetar seu futuro através do ingresso e conclusão de um curso de nível superior. Isso comprova que “a relação entre o social e o individual não aparece de modo direto e imediato, como relação reprodutiva em nível individual dos processos que ocorrem socialmente” (González Rey, 2012, p. 247). Ou seja, apesar do discurso social hegemônico considerar as PSR como incapacitadas, Moisés mostra através de suas significações que, apesar dos desdobramentos dos processos sociais em que essas pessoas estão envolvidas, “todo processo individual é produzido através da configuração subjetiva das pessoas” (González Rey, 2012, p. 247).

Joana, da mesma forma, apesar de não significar como seria sua velhice – “Não dá para pensar não, sinceramente não dá para pensar não” – consegue idealizar seu futuro imediato a partir do reconhecimento sobre a importância de estudar, visto que essa qualificação pode reverberar em uma qualificação no trabalho: “Concluir os estudos, subir no meu ambiente de trabalho, porque eu sei que tenho capacidade”.

Toda essa importância que atrela ao estudo tem o escopo de recuperar o tempo outrora perdido, quando não dava importância para essas questões:

*Dentro de mim eu sabia que eu tinha uma força e que poderia dar a volta por cima, eu sempre parava de usar, mas nunca fui tão longe como estou indo agora. Eu me arrependo do meu estudo, se eu tivesse estudado eu não teria descido tanto. (...)*

### ***Significações pautadas em emprego/profissão***

Segundo Machado (2017), o capitalismo engendra, na sociedade, relações sociais que repercutem na vida humana. Portanto, estar fora dessa lógica significa desaparecer. Contudo, o trabalho que as PSR desempenham, muitas vezes de maneira informal, reforça ainda mais a responsabilização individual pelo fracasso profissional. Ainda de acordo com o autor, “a lógica formal do discurso ideológico da ‘culpabilização’ da população e da ‘higienização’ da sociedade, não responde às necessidades básicas de sobrevivência porque as pessoas são violadas em seus direitos básicos, numa sociedade que prioriza o acirramento das desigualdades sociais” (Machado, 2017, p. 25).

Conforme visto anteriormente, no item sobre a trajetória de Pedro, toda a sua rotina diária está relacionada ao trabalho como flanelinha (Figura 13).



Figura 13: Local de trabalho de Pedro, registrada pelo mesmo.

E ele até conseguiu participar de uma capacitação de PSR que trabalham como flanelinha (Figura 14) para aperfeiçoar suas atividades laborativas, mas, de forma independente do poder

público municipal. Pedro considera que esse processo de aprendizagem pode ser benéfico para sua vida, o que aumenta suas projeções de retorno financeiro em longo prazo. Todavia, chama a atenção a ambivalência que Pedro sinaliza quanto a administrar o dinheiro que ganha. De acordo com sua opinião, as pessoas que estão em situação de rua se sentem nesse impasse entre gastar o dinheiro imediatamente ou guarda-lo pensando no futuro a longo prazo:

*(...) mas também gasta tudo com droga, não consegue administrar o dinheiro da pessoa. É por isso que esse negócio da pessoa olhar carro, era bom se tivesse uma associação mesmo, uma associação dos flanelinhas para todo mês a gente pagar uma taxa, tá entendendo? ... E ficar tudo de boa, legal. Quem não contribuísse, no futuro se acabava.*

Apesar de Pedro fazer parte de uma realidade na qual as pessoas prezam pelo imediatismo, ou “fatalismo do presente” (Zimbardo & Boyd, 2009), ele consegue ter perspectivas em longo prazo. Por isso, como defende Valsiner (2007), embora as situações possam ser similares para diferentes indivíduos, cada um deles será afetado de modo diferente por ela, e construirá uma rede de sentidos acerca daquele dado culturalmente compartilhado.

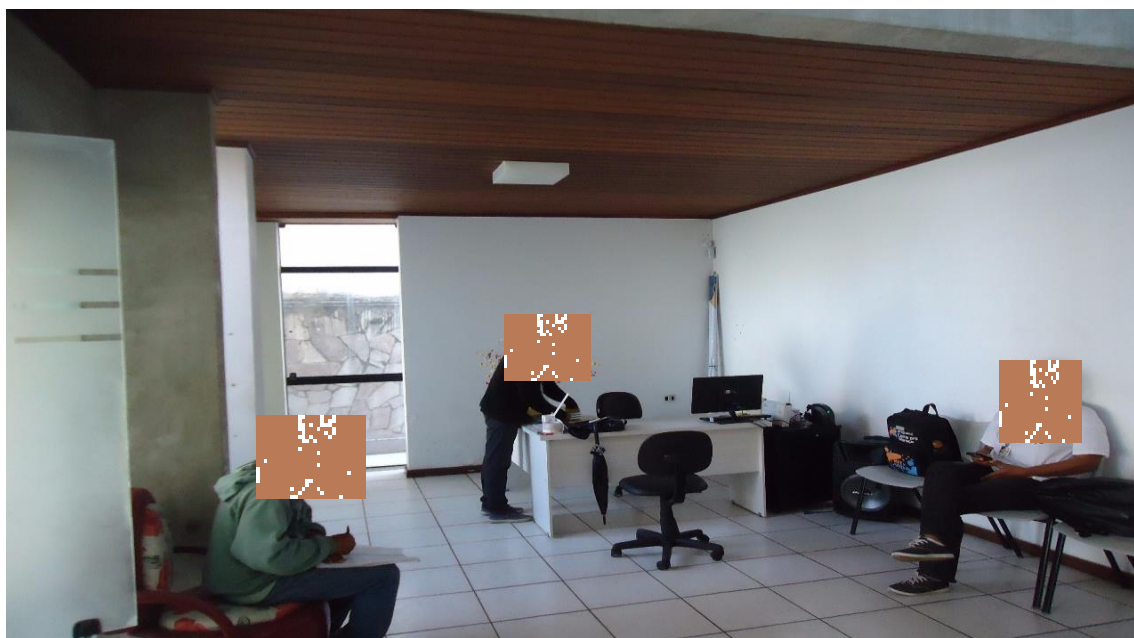


Figura 14: Espaço físico onde Pedro participou de uma capacitação, registrado por ele.

Joana, Alan e Moisés não fizeram curso de capacitação, mas todos eles também trabalham e não veem seu futuro mediato e imediato distante do trabalho, mesmo que seja de maneira informal, como Moisés: *“Na verdade eu faço um monte de coisa, tudo que aparece eu faço na rua, eu descarrego um caminhão, lavo um carro e tudo mais que apareça, tudo aquilo que rola dinheiro eu estou colado”*.

Para Joana não importa qual seja o trabalho, pode ser de qualquer tipo, desde que tenha um: *“Mas o que mais me interessa para o meu futuro é o meu trabalho, eu não posso ficar sem ele mais”*. Talvez isso não seja subserviência à ditadura do capital, até porque ela gosta do trabalho; mas quem vive nessas condições de rua precisa sobreviver de alguma forma, e o trabalho pode ajudar consideravelmente na concretização dos seus projetos para o futuro.

Alan não sustenta a necessidade de um trabalho qualquer, mas de um emprego: *“Eu tendo minha casa própria eu consigo trabalhar, estudar e me estruturar, ter uma família com uma (...) mulher que eu possa ter meus filhos e o meu trabalho que é de onde eu posso tirar minha renda sem está tendo que lavar carro e pedindo moeda”*. Em outro trecho, também aprofunda mais sobre essa perspectiva da importância em ter uma melhor estabilidade no emprego para poder ter um retorno melhor no futuro, como por exemplo, uma aposentadoria: *“(daqui a um ano) eu penso (estar) com meu emprego fixo, um cargo fixo mesmo até me aposentar, se eu for me aposentar ou não que eu tenha uma renda própria, um comércio pra me virar e administrar”*.

### ***Significado pautado na garantia de direitos***

Nessa categoria de significações perpassam sentimentos de igualdade social. Mas, para Joana e Moisés, por exemplo, para sair das ruas não basta ter esse conhecimento, precisa ter oportunidade. Joana defende isso através de uma foto de um jovem em situação de rua (Figura 15) com potencial, mas que não tem a possibilidade de mostrar: *“Esse rapaz vive nas ruas. É muito inteligente, você não tem noção da inteligência dele, bonito, alegre, bom de coração... É pena a sociedade não dar oportunidade a (essa) pessoa, que tem tudo pra mostrar seu potencial”*.



Figura 15: PSR sem oportunidade de mostrar seu potencial, segundo registro e discurso de Joana.

Já Moisés defende que estar em situação de rua não é uma opção, escolha, e sim uma condição:

*Não é que as pessoas queira ficar na rua, é porque já se acostumou, então ele acha que a vida dele é ali, e acaba não criando uma expectativa de sair daquilo, mas eu não conheço ninguém que diga que quer ficar na rua, que gosta da rua e que a rua é bom para viver.*

Assim, no seu discurso, ele deixa evidente que essa possibilidade de saída das ruas ocorre não apenas a partir da igualdade em relação à garantia de direitos, mas também do reconhecimento da peculiaridade de cada pessoa que está em situação de rua:

*Esse negócio que todos nós somos iguais perante a lei, mas qual a igualdade que eles estão falando, eles são igual a mim em quê? Se você parar para pensar nessa “igualdade” já começa a contradição porque os meus olhos, as minhas digitais não são iguais a de outras pessoas em lugar nenhum, ou seja, eu sou único, então eu sou igual a quem? Eu me encontro em situação de rua igual à dele, mas não sou igual a ele.*

Joana também defende essa concepção de igualdade, porém, faz-se necessário lutar por ela, através da garantia de direitos: *“Mas depois que a gente vai sabendo qual é o nosso direito, e nem todos sabem, só depois que vamos descobrindo os nossos direitos, a obrigação do Centro POP com os moradores de rua é que nós vamos batendo de frente”.*

O futuro que Moisés constrói através de suas significações é sair das ruas através da concretização da garantia dos seus direitos mais fundamentais, como ter uma casa para morar. E ele projeta esse futuro em curto prazo:

*A minha expectativa de 2018 é ser contemplado para pegar minha chave (da casa). Já tenho até uma reunião com o secretário, com a coordenadora do Pop e a minha assistente social, vamos falar sobre isso para eu ter uma nova posição, fora isso, eu penso, como eu vou fazer para me sustentar e sair da rua, aí o Pop tem que está em parceria comigo nesse momento, para me dar autonomia para eu poder viver bem, construindo tudo isso comigo, visando um curso, ou algo para eu me manter.*

A perspectiva temporal orientada para o futuro permite que as pessoas superem perspectivas hedônicas e imediatas, impulsionando-as e ajudando-as a valorizar os objetivos mais distantes, mas também mais importantes (Matthews & Stolarski, 2015). É por isso que Moisés traz um autorretrato (Figura 16) idealizando ser, no futuro, um antigo usuário do Centro POP: *“Mostro também a minha saída, a minha expectativa... quando eu já tô lá fora já arrumado, com uma agenda na mão. Então, ali já é uma visão no futuro... Eu chegar (no Centro POP) como uma pessoa que veio visitar, tá ligado?”.*





Figura 16: Significação de futuro de Moisés longe da situação de rua (foto registrada por um amigo de Moisés, a pedido dele).

Todavia, é imprescindível frisar que, como protagonista de seu futuro, Moisés recusa uma política meramente assistencialista, mas reivindica uma que incentive o protagonismo, o respeito aos seus direitos e a saída da rua com dignidade:

*Não! Não estamos falando em dar, nós estamos falando de programar uma saída, juntamente com o município. Quase nenhum morador de rua recebe curso, eu (...) não recebi ainda. A assistente social poderia já está pensando em um curso para essas pessoas... Eles só ofertam artesanato, isso não vai ajudar o cidadão... Não precisaria eles dar nada, só garantir a sua saída da rua com dignidade, mesmo porque você não pode esperar que o povo te dê as coisas, eu mesmo não quero que ninguém me dê nada, só quero que facilitem a nossa saída.*

Porém, é mais confortável significar um futuro em que possa estar longe dessas condições. Isto é, “em tal contexto, parece adequado afirmar que a crença em um futuro melhor terá que se basear em aspectos que não incluem as condições sociais atualmente vivenciadas pelo

indivíduo” (Souza *et al* 2013, p. 335). Por isso, suas significações sobre o futuro são importantes também no plano representativo. Para Lopes e Mendonça (2009) ao analisar as PSR, o pesquisador deve “entender que esses indivíduos lutam por construir várias redes de relações sociais e interpretam e representam os seus limitados papéis na sociedade também no plano simbólico” (p. 49). Isso porque, apesar de grande parte das PSR manifestarem o desejo de sair dessa condição, poucos revelam que se sentem capazes de fazê-lo (Viegas, 2013).

Mas, por enquanto, o mínimo que eles querem é ser cidadãos, pessoas com direitos iguais, como Moisés relata: “*Meu futuro em uma palavra? Igualdade, a igualdade de saber que eu sou igual a você, mas sabendo a sua diferença. Igualdade em saber que (...), se o outro não comer vai sentir fome. O que eu quero para mim, eu quero para você. Essa igualdade que eu falo*”. Alan é ainda mais objetivo e taxativo: “*Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual*”.

As duas categorias apresentadas a seguir foram as únicas não comuns a todos os participantes.

### ***Significações pautadas na ajuda divina***

Pedro foi o único que significou um futuro longe das adversidades a partir de uma intervenção divina. Segundo estudos de Zittoun (2015), a “imaginação é o que temos para enfrentar os desafios de nossa vida diária” (p. 1). E, partindo desse pressuposto, Pedro constrói uma significação de um futuro transcendental, cuja concretização deste seria a partir da “vontade de Deus”. Sobre isso, ele diz o seguinte: “*Quem me dá forças é Deus, porque senão eu já tinha desistido. Quem me dá força é Deus, (...) mas também na hora que Deus quiser nós vamos chegar no nosso objetivo*”.

Para Zimbardo e Boyd (2009), a existência se torna mais suportável e até mesmo mais significativa para as pessoas sem esperança de sucesso material, mas com a visão do futuro transcendente. (...). Para esses autores, a promessa de recompensas no futuro transcendental vai muito além do que se pode conseguir durante a vida. Essa promessa torna uma vida oprimida mais “fácil” de suportar. “Se as crenças no futuro transcendente são verdadeiras ou ilusórias – meras invenções de nossa imaginação – é algo que não temos como saber antes de morrer. Até lá essas crenças amenizam a dura realidade, aumentam a autoestima e dão significado à vida”



(Zimbardo e Boyd, 2009, p. 184), como Pedro afirma: “*O que livra a gente de tudo é Deus, meu filho. Eu tenho muita fé!*”.

Uma crença firme no futuro transcendental pode tornar as iniquidades do presente menos dolorosas de suportar, “pessoas podem suportar maus-tratos e subjugação se acreditarem que serão punidas eternamente se retrucarem com violência, e recompensadas para sempre se oferecerem a outra face” (Zimbardo & Boyd, 2009, p. 179). Portanto, é como se Pedro entendesse que as dificuldades de sua vida atual fizessem parte de uma provação divina, que pudesse leva-lo a um futuro almejado, como ele diz: “*Isso é prova que estamos passando*”.

### ***Significações pautadas no altruísmo***

Pedro e Alan significaram o futuro mediato longe da situação de rua, mas com o compromisso de resgatar outras pessoas que estiverem na mesma situação em que eles se encontram atualmente.

Em um estudo canadense, no qual participaram 29 adultos solteiros, na faixa etária entre 18 e 61 anos. Em termos do *self* futuro, muitos participantes falaram de um futuro que incluía uma identidade fora das ruas, e alguns gostariam de se envolver em algum projeto que ajudasse outras PSR. Alguns sentiram que essa experiência de estar em situação de rua deu-lhes uma compreensão mais profunda do significado da vida (Boydell, Goeringm & Morrell-Bellai, 2000). Da mesma forma, quando saírem dessa situação de rua futuramente, Pedro e Alan aspiram ajudar outras pessoas. Pedro diz: “*Eu não quero desistir de quem ficou na rua não, quero fazer alguma coisa por quem está na rua ainda, está entendendo? Mas, vai depender das minhas condições*”.

Em outro trecho Pedro se refere a algumas ações que poderá empreender para efetivar essa ajuda: “*Mas no que eu poder, eu não vou sair da rua e esquecer de quem ficou. Quero fazer um negócio diferente, um café, tá ligado?, uma sopa para dar...Ajudar de algum jeito, entendeu? Não sei de que jeito, mas de algum jeito*”. Interessante frisar que ele pensa em ajudar essas pessoas através de projetos filantrópicos e não de uma garantia de direitos, talvez pela experiência negativa com as políticas públicas.

Alan também tem esse sentimento altruísta: “*Eu penso em uma estabilidade de vida boa, (...) isso é o que eu penso do futuro para mim e meus companheiros*”. O seu planejamento de vida em um futuro mediato é trabalhar com essas PSR para que elas saiam dessa situação da qual

ele almeja sair. E esse trabalho seria totalmente contrário ao que ele vivencia atualmente: *“Eu me vejo ainda abrindo grandes espaços que possa agregar eles sem ter restrição, muita disciplina, desrespeito e que tenhamos tempo para pensar e ter seu sonho realizado”*.

Porém, Alan esclarece que antes de ajudar as outras pessoas é preciso que ele estruture sua própria vida:

*Porque isso eu aprendi na rua: a pensar por mim e meus companheiros. Se eu consigo me estruturar eu consigo passar para meus irmãos, se eu consigo estruturar minha casa, a minha família, o meu trabalho, eu consigo ajudar o outro. (...) Coisas que a gente não conseguiu, no futuro a gente correndo atrás a gente consegue.*

Por fim, ele ainda frisa a importância de ajudar as outras pessoas a serem felizes e poderem realizar seus sonhos: *“Meu futuro é ver as outras pessoas bem, em um bom lugar e que fique à vontade para ser feliz e construir seus sonhos”*.

Ante o exposto, pode-se inferir que todos esses discursos sobre as significações de futuro que eles constroem (sair das ruas, constituir uma família, ter uma casa, voltar a estudar, concluir uma graduação, trabalhar, ajudar outras pessoas a saírem da situação de rua) contrariam teses como a de Partis (2003). Para essa autora, o fato das PSR estarem quase sempre vulneráveis acaba reforçando a incapacidade de lidar com tensões internas ou externas e, conseqüentemente, sendo impedidas de manter um foco. Suas projeções se afastam do futuro e concentram-se na sobrevivência do dia a dia, tornando-as incapazes de estabelecer metas ou trabalhar para sair dessa situação. Da mesma forma, para Zimbardo e Boyd (2009), a orientação para o futuro é uma característica predominantemente de classe média. *“A ambição e a necessidade de conquistas estimulam uma orientação para o futuro que se concentra no trabalho, nas economias e no planejamento contínuo para uma vida melhor por meio dos esforços pessoais”* (p. 103).

Entretanto, as significações dos quatro entrevistados evidenciam a possibilidade de uma PSR se organizar subjetivamente de modo que viabilize a formulação de projetos para seu futuro, mesmo imersa em uma realidade social que a restringe (González Rey, 2003). Obviamente que a rua, com seus perigos e sofrimentos, não é um espaço ideal para sobreviver, como argumentam Oliveira e Feitosa (2016), porém, *“muito mais do que juízos de valor, cabem a reflexão e o questionamento de preconceitos, bem como a atenção aos modos de enfrentamento, sabendo-se que este ambiente é um espaço complexo e plural”* (p. 240).

Nesse sentido, cabe destacar que todos os entrevistados dessa pesquisa – frente a sua condição social atual; a sua história de vida; ao tempo em que estão em situação de rua e a insipiência e fragilidade das políticas públicas – constroem sua significação e tem perspectivas de futuro longe da situação opressora e indigna que vivenciam atualmente estando nas ruas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explicitado na seção dos resultados e discussão, a partir da entrevista de cada participante foi criada uma Linha do Tempo, para ilustrar melhor a trajetória de cada um, além de suas projeções frente o porvir. Entretanto, faz-se necessário lembrar que esse trajeto entre passado e futuro é a partir do período em que começaram a viver em situação de rua até o momento da entrevista.

As figuras que ilustram essa Linha do tempo de cada participante também mostram quais aspectos vividos no passado ou no presente estão reverberando no que eles esperam do futuro, tendo como discurso uníssono o desejo de sair dessa situação de rua.

Assim, optou-se por localizar essas quatro figuras nas Considerações Finais por julgar que elas sintetizam graficamente os resultados deste trabalho.

Eis abaixo as figuras dos quatro participantes:

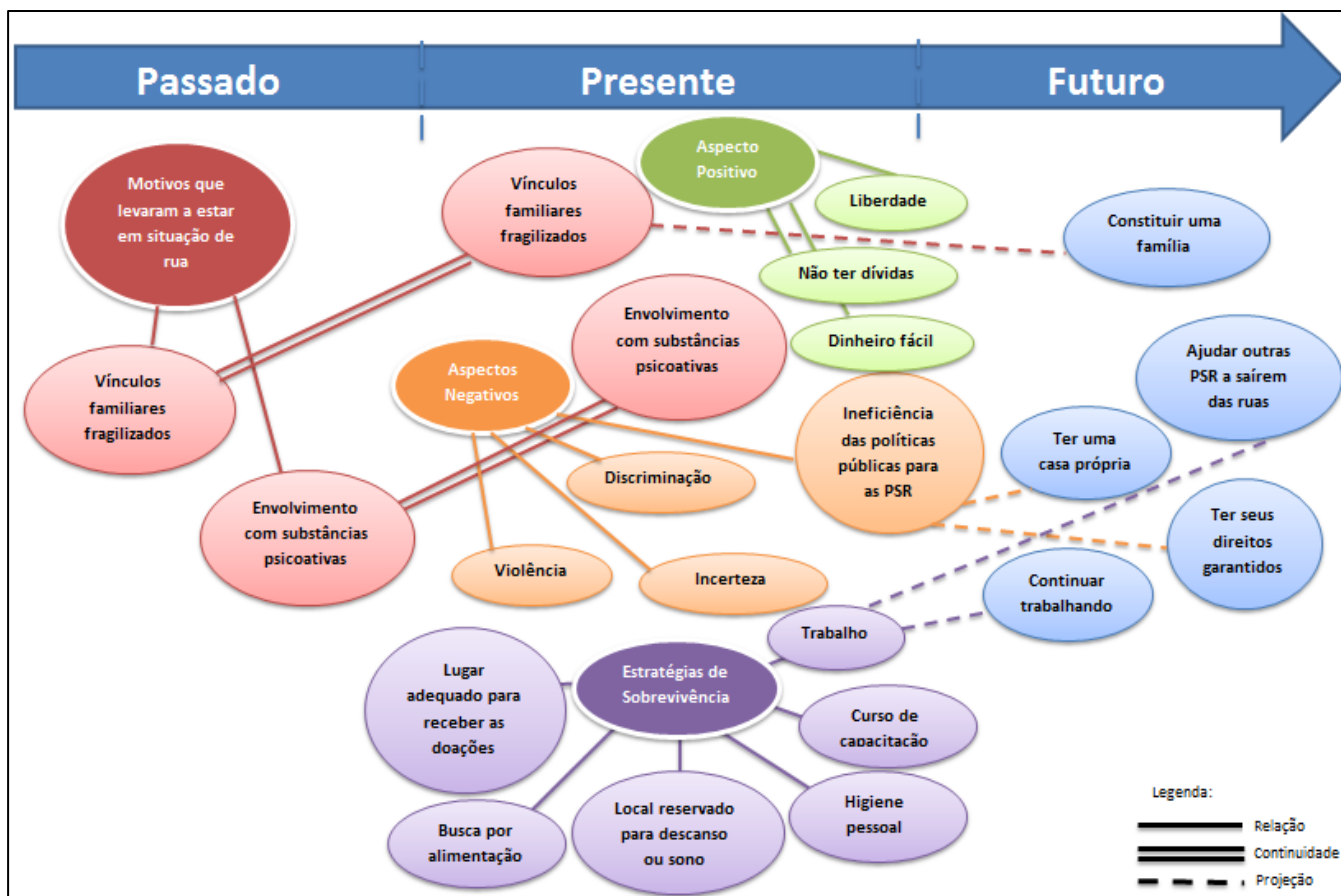


Figura 17: Linha do tempo de Pedro.  
Fonte: Figura criada pelo autor.

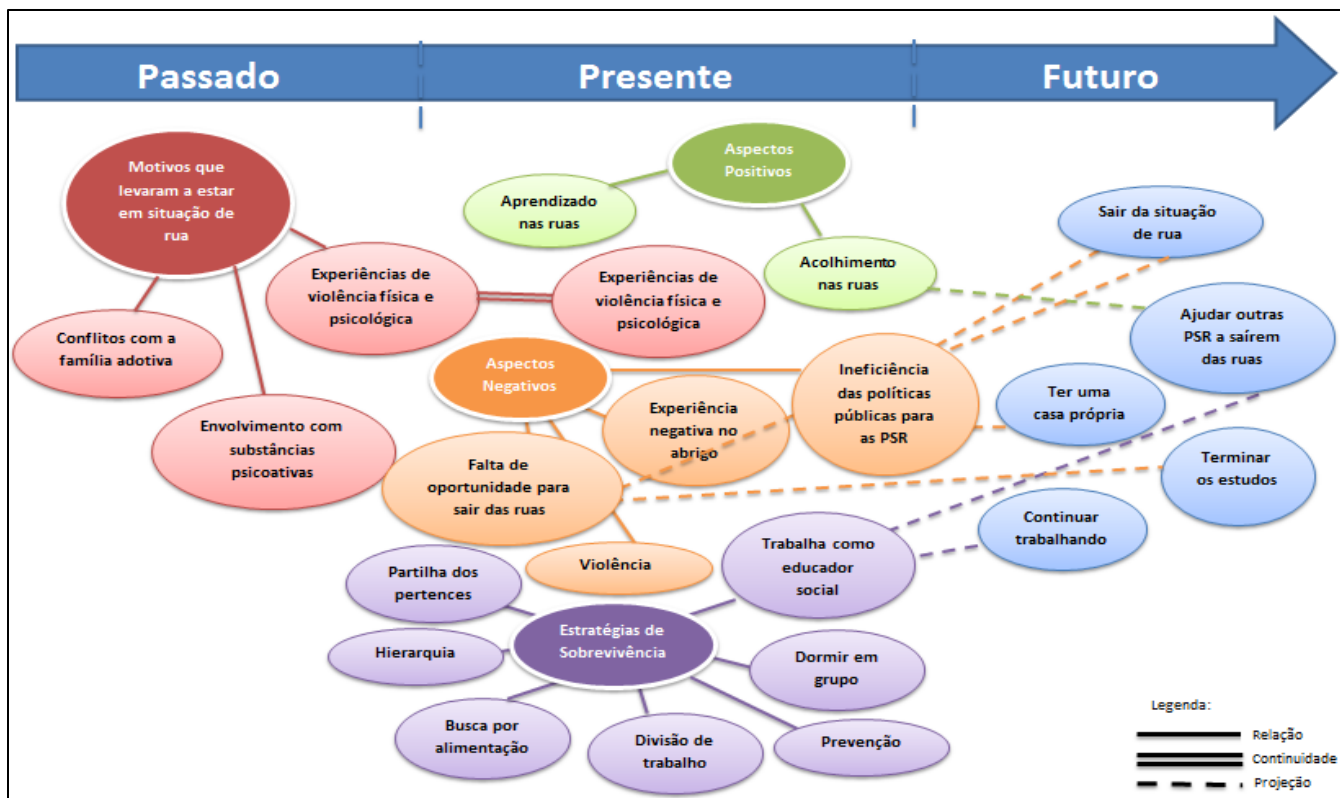


Figura 18: Linha do tempo de Alan.  
 Fonte: Figura criada pelo autor.

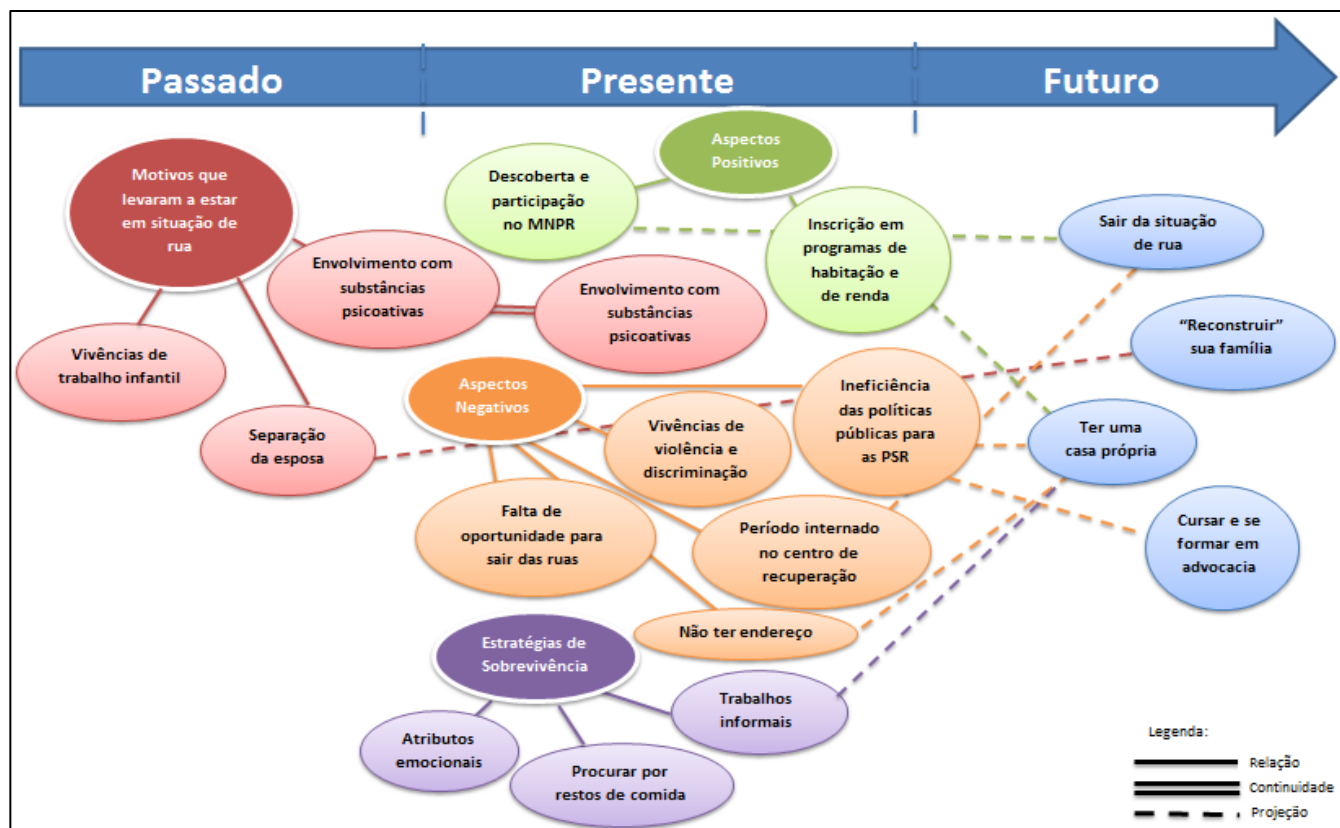


Figura 19: Linha do tempo de Moisés.  
 Fonte: Figura criada pelo autor.

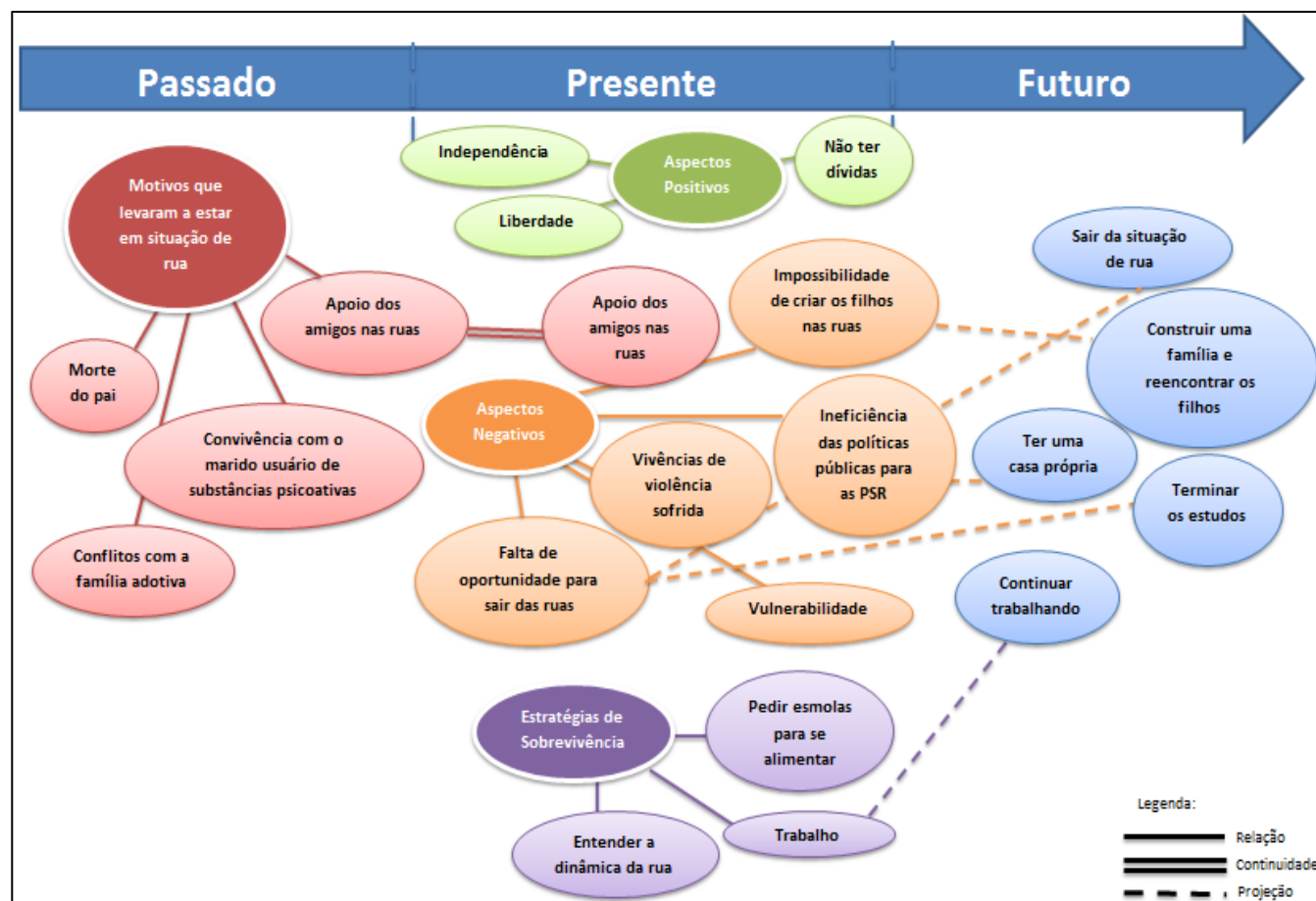


Figura 20: Linha do tempo de Joana.  
Fonte: Figura criada pelo autor.

O futuro, tanto imediato quanto mediato que os participantes significaram foi a partir da expectativa do cumprimento dos seus direitos mais fundamentais, como por exemplo, o direito à moradia. Mas para entender essa significação de futuro construída individualmente foi crucial lembrar que a formação dessa perspectiva é arraigada em componentes cognitivos, emocionais e sociais e influenciada por um conjunto de fatores, alguns aprendidos no processo de socialização, tais como valores culturais e orientação religiosa, forma e tipos de educação, *status* socioeconômico e modelo familiar (Zimbardo & Boyd, 2009).

Segundo a abordagem histórico-cultural é impossível compreender o processo de formação psíquica pelas relações sociais, “sem considerar a produção simultânea de signos e sentidos, relacionada à constituição de sujeitos” (Smolka, 2000, p. 31). Dessa forma, o tempo de vivência das ruas; os motivos que os levaram a estar em situação de rua; as estratégias utilizadas

para sobreviver nas ruas; as mazelas sofridas; a perda de perspectivas; todas essas condições, nas quais o sujeito e o contexto sociocultural se constituem mutuamente, reverberaram nas significações construídas pelos participantes frente ao porvir.

Todas as formas de violência sofridas, obviamente, também dificultam a significação de um futuro longe das ruas, limitando sua capacidade de romper com a situação de exclusão social extrema nas quais se encontram. Então, como significar um futuro diante de condições execráveis no presente?

A vida de uma PSR, após meses ou anos de privação, parece uma vida sem esperança, em que muitos não têm mais nada a perder, por isso a dificuldade em fazer planos para o futuro: as PSR, “Após terem interiorizado sua condição marginal passam a procurar, antes de tudo, satisfazer suas necessidades imediatas” (Sawaia, 2014, p. 80). Alguns indivíduos, mesmo a partir dessas circunstâncias conferem algum “sentido às suas existências e conseguem viver em busca de uma dignidade sonhada, embora nunca alcançada” (Sousa, 2012, p. 231). Ou então, segundo a pesquisa de Viegas (2013), mesmo manifestando o desejo de sair da situação de rua, apenas metade revela que se sente capaz de fazê-lo. Outros pesquisadores, como Doorn (2010), mostram que as PSR tem uma perspectiva focada no curto-prazo; ou tem perda de perspectivas de futuro (Viegas, 2013); prezam pelo imediatismo ou possuem uma cronologia irregular (Mattos, 2006); ou não conseguem projetar seu futuro (Mendonça, 2006).

Não obstante, apesar da discriminação, violência, desprestígio sofridos, somados à ineficiência das instituições públicas para as PSR, elas utilizam estratégias de sobrevivência as quais dão ordem, coerência e significado as suas vidas nas ruas, possibilitando projetar seu futuro. Todos os entrevistados, apesar de suas condições sociais atuais, história de vida; o tempo que estão em situação de rua e a insipiência e fragilidade das políticas públicas, conseguem construir significações de futuro. Eles significam seu futuro fora das ruas, através de um planejamento pessoal (em curto e longo prazo) construindo, portanto, significações de futuro imediato (“*A expectativa que eu estou fazendo é estar na minha casa e com minha família reconstruída, restabelecida, ou seja, essa é a minha meta para esse ano*”), futuro mediato (“*Estar conhecendo outros lugares, passeando muito, conhecendo novas experiências, vivendo mais a vida assim, gozando mais a vida, né? Dentro do que eu conseguir, ter uma estabilidade fixa total de tudo*”) e futuro transcendental (“*Quem me dá forças é Deus, porque senão eu já*

*tinha desistido. Quem me dá força é Deus, (...) mas também na hora que Deus quiser nós vamos chegar no nosso objetivo”*).

Além disso, pelo descrédito das instituições e das políticas públicas, a significação de futuro de Pedro e Alan está também atrelada ao assistencialismo, pois, no futuro, pretendem ajudar outras PSR não através da luta pelo cumprimento dos seus direitos mais básicos, e sim por meio de doações. Quando saírem dessa situação de rua, como almejam, querem ajudar outras pessoas: *“Eu não quero desistir de quem ficou na rua não, quero fazer alguma coisa por quem está na rua ainda, está entendendo? Mas, vai depender das minhas condições”* (Pedro).

Mas, a saída das ruas, para eles, depende não apenas da inclusão em um programa habitacional, por exemplo, mas de um planejamento com as pessoas que representam as instituições voltadas para as PSR: *“Tem que ter planejamento para essas pessoas, um propósito, um objetivo”* (Alan). Todavia, apesar do conhecimento sobre seus direitos – *“Conheci o Movimento (MNPR), como as pessoas vivem e o que está por trás do Movimento de rua, como os direitos dos moradores, por exemplo, que eu não sabia”* (Moisés) – em nossos achados, identificamos que, apesar dessa perspectiva voltada para o futuro, os participantes não conseguem estabelecer uma estratégia que visasse o cumprimento dessas perspectivas, grande parte em função da limitação pela incapacidade de romperem com a situação de exclusão social extrema na qual se encontram.

Zimbardo e Boyd (2015) mostraram que aqueles que apresentaram uma perspectiva temporal voltada para o futuro duraram menos tempo nessa condição. E os quatro entrevistados têm uma média de 11,75 anos em situação de rua, ou seja, de acordo com os achados desses autores, eles não deveriam estar mais nessa condição. Todavia, a pesquisa supracitada foi realizada nos Estados Unidos, cujas condições de vida e políticas públicas são diferentes das do Brasil. Nesse sentido, o fato dos nossos quatro participantes ainda estarem em situação de rua talvez seja devido à inexistência ou deficiência de suporte das políticas sociais.

A perspectiva temporal é um processo por meio do qual o fluxo contínuo da existência está aglomerado em categorias que ajudam a dar ordem, coerência e significado às nossas vidas (Zimbardo & Boyd, 2009). E essas perspectivas trazem conteúdos imbricados que possibilitam a compreensão sobre “suas estratégias de sobrevivência e adaptação; seus costumes; as relações que mantém no espaço em que vivem e convivem; as condições a que estão expostos cotidianamente” (Brasil, 2011a, p. 73).



O processo de saída das ruas, portanto, para essas pessoas também está significativamente atrelado à eficiência das políticas públicas direcionadas às PSR: “*Vamos cuidar dele, vamos colocar ele dentro de uma casa e vamos agilizar a vida dele’. Ninguém fez isso! (...) E eu estou aqui na mesma, que um mês de aluguel ninguém me deu...*” (Pedro). Para além das conquistas legais afiançadas, ainda falta à População em Situação de Rua a “efetivação de políticas públicas eficazes, que de fato, confirmam dignidade e o respeito que é de direito” (Sousa, 2015, p. 10).

Todos os participantes são unânimes em afirmar a precariedade e o descaso dos serviços públicos que deveriam garantir seus direitos, especialmente o Centro POP. Isso mostra a falta de investimento “por parte de políticas sociais que possam atender de forma justa a essa camada da população, excluída. Mas isso ocorre porque os integrantes dessa população de rua não são reconhecidos como pessoas” (Kubota, Pires & Neves, 2008, p. 232). Ainda segundo esses autores, quando existe algum programa voltado para atender a essa população é “sempre fragmentado, assim como instituições que deveriam acolhê-los, assim como as pessoas que trabalham nelas, tratam esse morador de rua com total indiferença e desprezo” (p. 232). Mendonça (2006) compartilha da mesma opinião, ao dizer que “É muito claro o fato de que as instituições trabalham imersas na subjetividade social dominante, representando o morador de rua como alguém fracassado e indigno de confiança” (p. 100).

De acordo com Amaral (2010), os entraves são bastante evidentes no que se refere às políticas públicas direcionadas a essa população: comunicação truncada entre os serviços; participação insipiente das organizações sociais nos fóruns de discussão da política pública da população em situação de rua; falta de consonância entre a política pública e a própria população em situação de rua. Sobre esse aspecto, a presente pesquisa corroborou essas precariedades, a partir do relato dos participantes: os princípios que norteiam instituições direcionadas a essas PSR estão imbricados nos significados de futuro que eles apresentaram, todavia não como uma possibilidade de concretização desses futuros imaginados, mas dificultando suas perspectivas em função das fragilidades e da ineficiência dessas instituições.

Em relação ao método utilizado nessa pesquisa, pode-se afirmar que através das fotografias foi possível identificar melhor as significações dos participantes embasadas nas escolhas dos seus registros. Além disso, esse estudo pode ser ampliado e complementado por outras pesquisas que privilegiem as significações dos atores que compõem a rede de proteção das

instituições direcionadas às PSR; ou a partir de um estudo longitudinal que possa acompanhar essas PSR até a sua (possível) saída.

Por fim, sob a égide da Psicologia histórico-cultural, não se pode esquecer que essas estruturas sociais das quais as PSR fazem parte “surgiram e foram moldadas pelas circunstâncias sociais, culturais e históricas em que surgem trocas interpessoais” (Daniels, 2011, p. 212). Portanto, “o estar em situação de rua perpassa a realidade social que se vivencia e não simplesmente a vontade de estar nesta situação” (Machado, 2017, p. 23). Compreender as significações de futuro dos participantes se reveste de fundamental importância especialmente para aqueles que pretendem “desenvolver estratégias de intervenção que estejam direcionadas para políticas públicas que tenham como objetivo a redução desse contingente de despossuídos” (Souza *et al*, 2013, p. 335).

Assim, é imprescindível destacar que, para concretizar esse futuro significado pelos participantes é necessário um investimento massivo de políticas públicas voltadas para esta população – além de um aprimoramento dos programas sociais existentes – com o escopo de garantir seus direitos mais essenciais no presente para, conseqüentemente, criar possibilidades de um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

Abreu, S. C. A. & Farias, A. A. (2015). Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, v. 24, n. 1, Bogotá, Colômbia, p. 129-143.

Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(2), p. 222-245.

Aguiar, W. M. J. (2011). A pesquisa em Psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: Bock, A. M; Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 5. ed. São Paulo: Cortez.

Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94(236), 299-322. <https://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000100015>

Alvarez, A. M., Alvarenga, A. T. & Rina, S. C. (2009). Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. *Saúde Soc. São Paulo*, v.18, n.2, p. 259-272.

Amaral, D. P. (2010). *A Rede de Atenção a População em Situação de Rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.

Andrade, L. P., Costa, S. L. & Marquetti, F. C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde Soc. São Paulo*, v.23, n.4, p.1248-1261.

Araújo, M. E. (2014). *A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia, São Paulo.

Araújo, P. T. & Tavares, M. G. (2015). População em situação de rua: identidade social e a dialética da inclusão/exclusão. *Ciências humanas e sociais*, Maceió, v. 2, n.3, p. 113-131.

Argiles, M. (2012). *População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Pelotas, Curso de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas.

Barczyk, A. N.; Thompson, S. J. & Rew, L. (2014). The impact of psychosocial factors on subjective well-being among homeless young adults. *Health Soc Work*. Aug;39(3), p. 172-80.

- Barros, J. P. P. (2012). Constituição de “sentidos” e “subjetividades”: aproximações entre Vygotsky e Bakhtin. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 1, n. 2.
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C., Pascual, J. G., Colaço, V. F. R. e Ximenes, V. M. (2009). O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 174-181. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000200004>
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, M. W. & Gaskel, G. (orgs.). (2002). *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Bauman, Z. (2012). Ensaio sobre o conceito de cultura. Zahar.
- Bock, M. B. (1997). Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Revista Psicol. cienc. prof.* v. 17, n. 2, Brasília.
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., Pacheco, D. V. & Barbosa, M. L. E. S. L. (2011). *A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre o sentido subjetivo da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo*. X simpósio de pesquisa e intercâmbio científico.
- Boehm, Camila (2016, 22 abril). Migrantes são mais de 70% da população em situação de rua na capital paulista. *Agência Brasil*, São Paulo. Recuperado a partir de <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/migrantes-sao-mais-de-70-da-populacao-em-situacao-de-rua-na-capital>
- Bottil, N., Castro, C., Ferreira, M., Silva, A., Oliveira, L., Castro, A., & Fonseca, L. (2011). Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 1(2), 164-179. Recuperado de <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1141>
- Boydell, K. M, Goering P. & Morrell-Bellai, T. L. (2000). Narratives of identity: re-presentation of self in people who are homeless. *Qual Health Res. Jan*;10:26–38. <http://dx.doi.org/10.1136/ebn.3.4.132>
- Brasil. (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília.
- Brasil. (2008a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração*. v. 3. Brasília.
- Brasil. (2008b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília.
- Brasil. (2008c). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília.

- Brasil. (2009a). Presidência da República. *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Brasília.
- Brasil. (2009b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*: texto da Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Brasília.
- Brasil. (2010). Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília.
- Brasil. (2011a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP*. Brasília.
- Brasil. (2011b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua*. Brasília.
- Bursztyn, M. (2003). Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: Bursztyn, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Busch-Geertsema, V.; Benjaminsen, L.; Filipovič Hrast, M. & Pleace, N. (2014.) Extent and Profile of Homelessness in European Member States: A Statistical Update, *EOH Comparative Studies on Homelessness*, Number 4, FEANTSA/EOH.
- Campos, M. A. R. (2012). *Sob o céu da cidade: representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-Mg.
- Carvalho, J. et al. (2016). *Somos invisíveis? Conhecendo a população de usuários(as) de drogas em situação de rua de Feira de Santana-Bahia*. MO Barros.
- Cnmp. (2015). *Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua*. Guia de atuação ministerial. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília.
- Conselho Regional de Psicologia – Mg (2015). *A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte.
- Costa, Ana Paula Motta. (2005). População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos & Contextos*. nº 4, ano IV, dez.
- Costas, F. A.; Ferreira, L. S. (2011). Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación*. nº 55, p. 205-223.
- Cruz, M. N. (2015). Imaginário, imaginação e relações sociais: reflexões sobre a imaginação como sistema psicológico. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 35, n. Especial, p. 361-374.

Daniels, H. (2011). *Vygotsky e a pesquisa*. Edições Loyola.

Dantas, M. A. F. (2008). *Os significados da violência doméstica contra a criança entre policiais civis* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Salvador.

Doorn, L. V. (2010). Perceptions of Time and Space of (Formerly) Homeless People. *Journal Of Human Behavior In The Social Environment*. v. 20 , Iss. 2.

Dornelles, A. E; Silva, M. B; Gehlen, I. & Shuch, P. (2012). O retrato censitário da população adulta em situação de rua em Porto Alegre. IN: Dornelles, A. E., Obst, J. & Silva, M. B. (orgs.). (2012). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1ª Ed. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.

Epel, E. S., Bandura, A. & Zimbardo, P. (1999). Escaping Homelessness: The Influences of Self-Efficacy and Time Perspective on Coping With Homelessness. *Journal of Applied Social Psychology*, 29, 3, p. 575-596.

Faria, I. (2016). *O nome da rua sem porta nem porta voz*. [YouTube]. Recuperado a partir de <https://www.youtube.com/watch?v=0pOWsr-GNOY>

Ferro, M. C. T. (2012). Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. In: *Revista Direitos Humanos*, nº 08. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.

Frangella, S. M. (2004). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

Freitas, C. J. (2014). *"Os indesejáveis": agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

Freitas, M. T. A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cad. Pesquisa*, n.116, p. 21-39.

Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Artmed, Porto Alegre.

Giorgetti, C. (2006). *Moradores de rua: uma questão social?*. Editora PUC, São Paulo.

Gomes, T. C. S. & Santos, T. G. D. (2012). *Os invisíveis que eles querem esconder: a luta por direitos básicos, a violência, e os reflexos da copa do mundo FIFA 2014*. XXI Congresso Nacional do CONPEDI. UFF/Niterói – RJ. Recuperado em 18 de dezembro de 2017, de <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uff.php>

González Rey, F. (1993) Psicología social, teoría marxista y el aporte de Vigotsky. *Revista Cubana de Psicología*, v. 10, N°. 2-3.

González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomsom.

González Rey, F. (2004). *O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.

González Rey, F. (2012). *O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento*. Hucitec, 2012.

Henrique, R. A. (2015). *Sentidos subjetivos: história e trajetória de moradores de rua*. (Dissertação de mestrado). UNIR, Programa de pós-graduação em Psicologia, Porto Velho.

Justo, J. S.; Nascimento, E. C & Assis, U. (2005). Errância e delírio em andarilhos de estrada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), p.177-187.

Justo, M. G. (2008). Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis um enfoque sócio-ambiental. *InterfacEHS*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-27.

Koller, S. H., Neiva-Silva, L. (2002). O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudos de Psicologia*, 7, 2, p. 237-250.

Kubota, A. C., Pires, C. B. & Neves, L. P. (2008). O morador de rua: perspectivas conceituais. *Centro Universitário São Camilo*, 2(2), p.223-233.

Kunz, G. S.; Heckert, A. L. & Carvalho, S. V. (2014). Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de vitória/ES. *Rev. Psicol.*, v. 26 – n. 3, p. 919-942, Set./Dez. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1192>.

Lei Nº 3482/2014. (2014). *Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua, e dá Outras Providências*. 05 de novembro de 2014.

Leite, U. R., & Pasquali, L. (2008). Estudo de validação do Inventário de Perspectiva de Tempo do Zimbardo. *Avaliação Psicológica*, 7(3), 301-320. Recuperado em 12 de novembro de 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167704712008000300005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167704712008000300005&lng=pt&tlng=pt)

Lopes, D. A. & Mendonça, A. P. (2009). História e Habitação: cidadania e a questão social da população de rua em Campinas/SP. *Impulso*, Piracicaba, 19 (48): 41-60, jul-dez.

Lucci, M. A. (2006). A proposta de Vygotsky: A Psicologia sócio-histórica. *Revista de currículo y formación del profesorado*, 10, 2. Disponível em: <http://www.ugr.es/~recfpro/rev102col2port.pdf>.

- Machado, L. A. R. (2017). O aporte teórico/ideológico dos serviços em Proteção Social Especial para a População em Situação de Rua: quais implicações? *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, n.3, p. 19-29.
- Maheirie, K., Boeing, K. P., & Pinto, G. C. (2005). Pesquisa e intervenção por meio da imagem: o recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. *Revista Psico*, 36(2), p. 213- 219.
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos. IN: *Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos*, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate, Bauru: USC. ISBN: 85-98623-01-6.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Matthews, G. & Stolarski, M. (2015). Emotional Processes in Development and Dynamics of Individual Time Perspective. In: Stolarski M., Fioulaine N., van Beek W. (eds) *Time Perspective Theory; Review, Research and Application*. Springer, Cham. DOI 10.1007/978-3-319-07368-2
- Mattos, R. M. (2006). *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade São Marcos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Paulo.
- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2), p. 47-58.
- Mattos, R. M., Yamaguchi, M. K. & Domingues, A. R. (2005). Para a crítica do sistema albergal: subversões, submissões e possibilidades de sublevações. *Psicologia Política* . vol. 5, nº 10 . p. 239-271. jul-dez.
- Mecenas, D. (2017). *Universidade sociedade*. [YouTube]. Recuperado a partir de <https://www.youtube.com/watch?v=HelFVuy7aiA&feature=youtu.be>
- Melsert, A.L.M. & Bock, A.M.B. (2015). Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set.
- Mendes C. E. (2014). *Os sentidos de futuro para jovens negras: por caminhos do Capão Redondo e Jardim Ângela periferia paulistana*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo.
- Mendonça, G. C. (2006). *Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Campinas.
- Minayo, M. C. S. (1996). Fase do trabalho de campo. In M. C. Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.



- Molon, S. I. (2011). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-62.
- Moura, J. F.; Ximenes, V. M. & Sarriera, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), p.18-28.
- Nascimento, E. P. (2003). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: Marcel, B. (org.). (2013). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Nascimento, L. S., Sarubbi, M. R. M. & Souza, P. P. (2009). A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. *Transformações em Psicologia*, v. 1, nº 2, p. 8-37.
- Nectoux, M., Machado, S. & Santos, S. R. (2012). Os desafios dos processos de monitoramento e avaliação nos serviços de acolhimento à população adulta em situação de rua na gestão pública da política de assistência social. IN: Dornelles, A. E., Obst, J. & Silva, M. B. (orgs.). (2012). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1ª Ed. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.
- Oliveira, F. J. & Feitosa, M. Z. S. (2016). Representações sociais e população em situação de rua: a visibilidade construída pela mídia. *Rev. FSA, Teresina*, v. 13, n. 2, art. 12, p. 226-243, mar./abr.
- ONUBR (2017, 14 dezembro). População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU. *Nações Unidas no Brasil*. Recuperado a partir de <https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>
- Ortuño, V., & Gamboa, V. (2009). Estrutura factorial do Zimbaro Time Perspective Inventory - ZTPI numa amostra de estudantes universitários portugueses. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 27 (1), 21-32.
- O'Sullivan, E. (2013). *International Homelessness Policy and Research Profile*. European Observatory on Homelessness and homeless research in Europe. Trinity College Dublin.
- Padovani, A. (2017). *Futuros (im)possíveis. Trajetórias construídas por adolescentes e jovens autores de ato infracional*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Partis, M. (2003). Hope in homeless people: a phenomenological study. *Primary Health Care Research and Development*; 4: 9-19.
- Pino, A. L. B. (1993). Processos de significação e constituição do sujeito. *Temas em Psicologia*. Nº 1, p. 17-24.

Pinto, R. M. P. (2013). *Perambulando pelas ruas: uma reflexão sobre a (in)visibilidade da população em situação de rua em Maracanaú*. IV Seminário CETROS, Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. UECE, Fortaleza-Ce.

Pizzato, R. M. S. (2012). A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: Dornelles, A. E., Obst, J. & Silva, M. B. (orgs.). (2012). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1ª Ed. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.

Pluck, G.; Lee, K. H.; Lauder, H. E.; Fox, J. M.; Spence, S. A. & Parks, R. W. (2008). Time perspective, depression, and substance misuse among the homeless. *Journal of Psychology*, 142(2), p. 159-168.

Prates, B. S. (2017). Considerações sobre as Audiências Públicas da Defensoria no ciclo de elaboração de Políticas Públicas para as pessoas em situação de rua. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, n.3, p. 89-95.

Prates, J. C.; Prates, F. C, Rosário, G. O, Azevedo V, Prates, G. & Nunes, R. S. (2013). A política de inclusão para populações em situação de rua no Brasil e o desafio da integralidade. *Seminário Internacional sobre políticas públicas, intersetorialidade e família*. Porto Alegre, v.1.

Prates, J. C., Prates F. C. & Machado S. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p. 191-215.

Reis, M. F. & Dutra, C. M. (2013). A atenção social à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: desafios à política de Assistência Social. *VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Maranhão.

Resende, V. M. (2012). Representação discursiva de pessoas em situação de rua no “Caderno Brasília”: naturalização e expurgo do outro. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 12, n. 2, p. 439-465, maio/ago.

Ristum, M. (2001). *O conceito de violência de professoras do ensino fundamental*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Rosa, C. M. M. (2005). *Vidas de Rua*. São Paulo: HUCITEC. Associação Rede Rua.

Sawaia, B. (Org.). (2014). *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Seitz C. M. & Strack, R. W. (2016). Conducting public health photovoice projects with those who are homeless: A review of the literature, *Journal of Social Distress and the Homeless*, 25:1, 33-40, DOI: 10.1080/10530789.2015.1135565

- Schuch, P. & Gehlen, I. (2012a). A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. IN: Dornelles, A. E., Obst, J. & Silva, M. B. (orgs.). (2012). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1ª Ed. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.
- Schuch, P. & Gehlen, I. (2012b). Desafios metodológicos ao estudar populações “em situação de rua”. IN: Dornelles, A. E., Obst, J. & Silva, M. B. (orgs.). (2012). *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. 1ª Ed. Didática Editora do Brasil: Belo Horizonte.
- Silva, M. L. L. (2006) *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, UNB, Brasília-Df.
- Smolka, A. L. B. (2000). O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. *Cadernos CEDES*. Campinas, v. 20, n. 50, p. 26-40.
- Sousa, M. A. (2015). População em situação de rua e direitos socioassistenciais no contexto do SUAS: uma análise sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP no município de São Luís/MA. *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luiz, Maranhão.
- Sousa, A. G. L. (2012). “*Eu sou de rua, mas também sou gente*”. *Intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Pe.
- Souza, M. A, Pereira, P. F, Funck, A.L & Formiga, N. S. (2013). Consistência interna e estrutura fatorial da escala de expectativa de futuro em brasileiros. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 33 (85), 330-353.
- Souza, V. L. T. & Andrada, P. C. (2013). Contribuições de Vigotski para a compreensão do psiquismo. *Revista Estudos de Psicologia*, Campinas, 30(3), p. 355-365.
- Strapazzon, A; Santa, B; Werner, F. W. & Maheirie, K. (2008). A criação fotográfica e o aumento da potência de ação: experiências e possibilidades. *Cadernos de Psicopedagogia*, 7(12), 00. Recuperado em 15 de novembro de 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167610492008000100002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167610492008000100002&lng=pt&tlng=pt).
- Styron, T, Janoff-Bulman, R. & Davidson, L. (2000). “Please Ask Me How I Am”: Experiences of Family Homelessness in the Context of Single Mothers’ Lives. *Journal of Social Distress and the Homeless*, Vol. 9, No. 2.
- Tacca, M. C. V. R. (2000). *Ensinar e aprender: análise de processos de significação na relação professor-aluno em contextos estruturados*. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, UNB, Brasília-Df.

- Tatto, N. (2016). *Projeto de Lei nº 5740, de 2016. Estabelece Direitos e Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e dá outras providências*. Recuperado a partir de: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2090339>
- Trindade, A. M. & Menezes, J. A. (2013). Intimidações na adolescência: expressões da violência entre pares na cultura escolar. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 142-151.
- Valencio, N. F. L. Pavan, B. J. C; Siena, M. & Marchezini, V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, p. 556-605.
- Valsiner, J. (2007). *Culture in Minds and Societies*. Los Angeles, London: Sage Publications.
- Varanda, W. & Adorno, R.C.F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saude Soc*, 13 (1), 56-69.
- Viegas, I. O. M. (2013). *Morar na rua: um estudo sobre sobrevivência e identidade de pessoas sem-abrigo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Vieira, A. C., Bezerra, E. M. & Rosa, C. M. (2004). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- Vygotsky, L. S. (1996). *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2009). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1999). *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 127-135.
- Zanella, A. V. & Andrada, E. G. C. (2002). Processos de significação no brincar: problematizando a constituição do sujeito. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 127-133. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722002000200015>
- Zimbardo, P. G. & Boyd, J. N. (2015). Putting Time in Perspective: A Valid, Reliable Individual-Differences Metric. In: Stolarski M., Fieulaine N., van Beek W. (eds) *Time Perspective Theory: Review, Research and Application*. Springer, Cham. DOI 10.1007/978-3-319-07368-2
- Zimbardo, P; Boyd, J. (2009). *O Paradoxo do tempo*. Objetiva.
- Zittoun T. (2012). Life-Course: A Socio-Cultural Perspective. In: Valsiner, J. (2012). *The Oxford Handbook of Culture and Psychology*. Oxford Library of Psychology.

Zittoun T. (2015). Imagining one's life: imagination, transitions and developmental trajectories. In: Gondim, S. M. G. & Bichara, I. D. (Orgs.). (2015). *A Psicologia e os desafios do mundo contemporâneo*. EDUFBA, Salvador.

## **ANEXOS**

**ANEXO A****QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_ ETNIA (COR): \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

SITUAÇÃO OCUPACIONAL: \_\_\_\_\_

RENDA MENSAL: \_\_\_\_\_ TEMPO DE VIVÊNCIA NA RUA: \_\_\_\_\_

**Família**

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ FILHOS: \_\_\_\_\_

POSSUI VÍNCULOS FAMILIARES (Pais, irmãos, outros familiares)? \_\_\_\_\_

---

---

---

TEM CONTATO OU RELACIONA-SE COM ELES? \_\_\_\_\_

---

---

## **ANEXO B**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA**

#### **SOBRE AS FOTOS:**

1. VOCÊ TEVE ALGUMA DIFICULDADE PARA FAZER AS FOTOS?
2. VOCÊ GOSTOU DE TER FEITO AS FOTOS?
3. DAS FOTOS QUE TIROU, ESCOLHA AS 10 QUE MAIS GOSTOU.
4. FALE SOBRE CADA UMA DAS FOTOS (O QUE REPRESENTA, O QUE SIGNIFICA, O QUE SENTE EM RELAÇÃO AO QUE ESTÁ NA FOTO...)
5. DAS 10 FOTOS ESCOLHIDAS, QUAL A SUA PREFERIDA? POR QUÊ?

#### **SOBRE A SITUAÇÃO DE RUA:**

1. QUANTO TEMPO ESTÁ EM SITUAÇÃO DE RUA?
2. FALE SOBRE SUA HISTÓRIA DE VIDA...
3. O QUE TE LEVOU A VIVER NAS RUAS?
4. QUAIS OS ASPECTOS NEGATIVOS DE ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA?
5. QUAIS OS ASPECTOS POSITIVOS DE ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA?
6. QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS NO SEU DIA A DIA?
7. QUAIS ESTRATÉGIAS VOCÊ UTILIZA PARA SOBREVIVER NAS RUAS?
8. RELATE UM MOMENTO MARCANTE EM SUA TRAJETÓRIA NA RUA.

#### **SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS:**

1. JÁ FREQUENTOU ALGUMA INSTITUIÇÃO DIRECIONADA ÀS PSR? O QUE PODE ME DIZER SOBRE O ATENDIMENTO?
2. VOCÊ ACHA QUE ESSAS INSTITUIÇÕES QUEREM O QUÊ PARA VOCÊ?
3. VOCÊ ACHA QUE ISSO É BOM PRA VOCÊ?

#### **SOBRE O FUTURO:**

1. VOCÊ PENSA EM SAIR DESSA SITUAÇÃO? SE SIM, COMO PLANEJA?
2. ALGUMA INSTITUIÇÃO TE AJUDA, DE ALGUMA FORMA, A CUMPRIR SEUS PLANOS PARA O FUTURO?
3. PENSAR NO FUTURO TE AJUDA A ENFRENTAR AS ADVERSIDADES DO DIA A DIA?
4. O QUE É FUTURO PARA VOCÊ?
5. COMO PENSA QUE SERÁ SUA VIDA DAQUI A UM ANO?
6. COMO PENSA QUE SERÁ SUA VIDA DAQUI A 10 ANOS?
7. COMO PENSA QUE SERÁ SUA VELHICE?
8. COMO É O SEU DIA A DIA NA RUA (ROTINA DO DIA TODO)?
9. TEM MAIS ALGUMA COISA PARA FALAR A RESPEITO DO SEU FUTURO?
10. SE PUDESSE RESUMIR SEU FUTURO EM UMA PALAVRA, QUAL SERIA?



## ANEXO C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) entrevistado (a),

A atividade que você está sendo convidado a participar tem como objetivo compreender como as pessoas em situação de rua significam seu futuro, tanto mediato quanto imediato.

Sua participação nessa atividade será da seguinte forma: você receberá gratuitamente uma máquina fotográfica descartável (27 poses), na qual fará o registro de tudo aquilo que você relaciona com o futuro. Depois de uma semana você devolverá a máquina, e após as fotos serem reveladas haverá outros encontros para você falar sobre a experiência dos registros, além de responder uma entrevista com temas relacionados ao futuro. Os dados serão coletados através de um gravador, para melhor utilização posteriormente.

Toda participação nessas atividades será voluntária, não havendo pagamento pela sua participação e sem qualquer despesa para você.

Todo o procedimento de coleta de dados será realizado dentro dos princípios éticos e humanísticos; e, por isso, sua identidade não será revelada em hipótese alguma, inclusive nessa pesquisa ou em outras publicações.

Existe uma probabilidade (sem intencionalidade) que em algum momento da pesquisa, você passe por situações de constrangimento devido à timidez e/ou estresse emocional por compartilhar informações pessoais ou confidenciais. No entanto, é importante destacar que você poderá deixar a pesquisa ou não responder às perguntas em quaisquer momentos, sem nenhum tipo de prejuízo pessoal. Por outro lado, a intenção desse trabalho é produzir benefícios, visto que os dados coletados poderão contribuir para suscitar reflexões ou debates acerca das reestruturações de políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua. Além disso, antes, durante e após a pesquisa, você tem livre acesso a todas as informações que quiser sobre o presente estudo.

É obrigação do pesquisador manter todos os dados em sua posse, por um período de 5 anos; sendo destruídos após este período.

Qualquer dúvida pode ficar à vontade para perguntar, a qualquer momento, ou então através do Comitê de Ética em Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Instituto

de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFBA Endereço: Estrada de São Lázaro, 197. Federação. CEP: 40210-909 Salvador-Ba, ou do meu contato: E-mail: vlad\_psi@hotmail.com e/ou telefone (71) 98809-3157.

Feira de Santana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante  
RG ou CPF: \_\_\_\_\_

---

Assinatura do pesquisador